

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ANDRÉ LUIZ CANÇADO MOTTA

**A COOPERAÇÃO FRUSTRADA NO ÂMBITO NUCLEAR ENTRE BRASIL E ÍNDIA
(1996-1998)**

GOIÂNIA – GO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ [X] Dissertação ☐ [] Tese ☐ [] Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

André Luiz Cançado Motta

3. Título do trabalho

A cooperação frustrada no âmbito nuclear entre Brasil e Índia (1996-1998)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ [X] SIM ☐ [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Cançado Motta, Discente**, em 26/12/2022, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 05/01/2023, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3424370** e o código CRC **5D883FCB**.

Referência: Processo nº 23070.011024/2022-80

SEI nº 3424370

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A COOPERAÇÃO FRUSTRADA NO ÂMBITO NUCLEAR ENTRE BRASIL E
ÍNDIA (1996-1998)**

Dissertação de mestrado acadêmico
apresentada ao Programa de Pós- Graduação
em Ciência Política da Universidade de
Federal de Goiás. Área de concentração em
Relações Internacionais. Linha de pesquisa:
Política Internacional.

Professor: Prof. Dr. Carlo Patti

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cançado Motta, André Luiz
A COOPERAÇÃO FRUSTRADA NO ÂMBITO
NUCLEAR ENTRE BRASIL E ÍNDIA (1996-1998)
[manuscrito]
/ André Luiz Cançado Motta. - 2022.
CX, 111 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Patti.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa
de Pós-Graduação em Ciência Política, Goiânia, 2022.
Bibliografia.
Inclui siglas, mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas.

1. Energia Nuclear. 2. Proliferação Nuclear. 3.
Segurança Internacional. 4. Política Externa Brasileira. 5.
Política Externa Indiana.
I. Patti, Carlo , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **04** da sessão de Defesa de Dissertação de **André Luiz Cançado Motta**, que confere o título de Mestre(a) em **Ciência Política**, na área de concentração em **Relações Internacionais**.

Ao/s **oito dias de março de dois mil e vinte e dois**, a partir da(s) **14 horas**, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“A política nuclear brasileira: as razões que levaram Brasil e Índia à cooperação nuclear”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Carlo Patti (PPGCP/FCS/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Paulo Wrobel (IRI/PUC-Rio)**, membro titular externo, Professor(a) Doutor(a) **Antônio Carlos Moraes Lessa (IRI/PUC-Rio)**, membro titular externo e Professor(a) Doutor(a) **Geisa Cunha Franco (FCS/UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Carlo Patti**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **oito dias de março de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

A cooperação frustrada no âmbito nuclear entre Brasil e Índia (1996-1998)



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 14/12/2022, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Moraes Lessa, Usuário Externo**, em 14/12/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geisa Cunha Franco, Professora do Magistério Superior**, em 14/12/2022, às 21:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo De Moraes Wichers, Vice-Diretora**, em 15/12/2022, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3403856** e o código CRC **AA43536F**.

Referência: Processo nº 23070.011024/2022-80

SEI nº 3403856

AGRADECIMENTOS

Na palestra inaugural da 4ª turma de graduação do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás, a Profª. Drª. Geisa Franco perguntou ao auditório de calouros qual trajetória profissional gostariam de seguir. Naquele dia do mês de janeiro de 2016, eu fui o único que levantou a mão para dizer que gostaria de seguir a carreira acadêmica. Na defesa do meu título de bacharel, a Profª Drª. Geisa, que esteve na minha banca, nos lembrou novamente desse acontecimento, algo que desde então não saiu da minha memória.

Sempre me questionando se estou e estava no caminho certo, olhando para trás depois de tudo que fiz, tenho agora clareza para confirmar que estou sim. O período pandêmico me serviu para reencontrar meus objetivos, meus sonhos, e meus desejos pessoais de me tornar alguém que trabalha refletindo, ensinando e produzindo teses. Um privilégio poder chegar até aqui.

Sou grato por todos aqueles(as) que me ajudaram nessa caminhada. Apesar de muito amor, sonho e utopias, seguir os passos acadêmicos é uma tarefa árdua, solitária e carregada de intempéries incontáveis e morosas. Portanto, do meu lado pessoal, minha dedicatória a realização dessa pesquisa de mestrado vai a Deus, a minha família: minha mãe, Larissa Cançado, meu pai, Paulo Sandro Motta, a minha namorada Ysabela Dias, minha base de sustentação e de muito amor nestes dias tão difíceis, e aos meus irmãos, João Vitor Cançado Motta e João Marcos Domingos Motta.

Os seguintes nomes somam-se a essa lista de dedicatórias especiais: Prof. Dr. Carlo Patti, que teve comigo uma enorme paciência, muitas vezes fazendo o papel até mais de orientador me guiando para escolhas certas na pesquisa e fora dela; Mariza Barbosa, minha chefe, amiga, conselheira e uma daquelas pessoas únicas que cruzam nossas vidas para ficar; Me. João Paulo Nicolini Gabriel, praticamente meu coorientador, amigo que a vida me deu e um sábio conselheiro na minha jornada acadêmica, alguém que carrego uma dívida de gratidão enorme; e ao Prof. Drº. Bruno Hendler, mais que apenas meu ex-professor, um amigo especial e que deixou muitas saudades desde que saiu de Goiás.

Agradeço também: ao Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa e ao Prof. Drº. Paulo Wrobel, por aceitarem compor a minha banca de qualificação e defesa de mestrado. A todos(as) professores(as) do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, autoridades fundamentais no desenvolvimento da minha pesquisa; Ao Diplomata Ishrat Aziz e ao Embaixador Laércio Antônio Vinhas, pessoas extremamente solícitas e gentis que me concederam entrevistas únicas e relatos fundamentais para o entendimento do acordo de cooperação entre Brasil e Índia;

ao Prof. Drº. José Rubens Maiorino, uma das maiores autoridades brasileiras na pesquisa atômica e desenvolvimento de novas teses acerca da importância do uso do tório para o Programa Nuclear Brasileiro; e, por fim, a Célia Sardenberg, que me ajudou a fazer a interlocução com o Ministro Ronaldo Sardenberg, e me conectar para uma entrevista com a ex-assessora de Sardenberg, Simone Henriqueta Cossetin Scholze.

Por fim, é importante mencionar minha gratidão aos meus amigos do curso de Eletrotécnica, turma de 2011 do Instituto Federal de Goiás, e aos meus amigos de Relações Internacionais da UFG, a quem recorri e recorro como fonte de saúde mental e abastecimento de boas risadas, funcionando para mim como uma segunda família. Pessoas que foram, e ainda são, fundamentais nas minhas formações pessoais e profissionais.

“Acho a Índia muito forte, muito peculiar, do hinduísmo ou budismo, islamismo, tudo junto, e vai ser sempre assim, ela é diferente, mas a diferença dela dificilmente pode ser exportável, pode se propor como modelo para o mundo. Então se ela entendesse o terceiro-mundismo como a defesa da sua diferença e não como um modo alternativo ou predominante, nesse caso haveria uma conversa mais fácil com o Brasil. Mas ela ainda quer fazer a bomba atômica e não quer assinar a lei de patentes, tem resistências que o Brasil não tem. Não sei se dá realmente para ter uma política de convergência que não seja baseada somente no simbolismo do respeito às diferenças, mas sem uma proposta nova.” (CARDOSO, 2015, p. 513).

RESUMO

Entre 1996 a 1998, Brasil e Índia tentaram firmar um acordo nuclear. Entre razões distintas, a tentativa fracassou sobretudo pela parte brasileira. Essa pesquisa pretende demonstrar que há um elemento causal comum nisto: pressões internacionais norte-americanas e uma mudança de orientação política do governo brasileiro, que apesar da decisão de assinar um acordo nuclear com a Índia, não prosseguiu com o mesmo. A tentativa da cooperação dá-se no seguinte contexto: Brasil, até 1998, e Índia, não eram signatários do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Iniciaram compromissos de transferência de tecnologia nuclear a partir da assinatura de um Memorando de Entendimento (ME) entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Departamento de Energia Atômica da Índia (*Department of Atomic Energy of India*, DAE) em janeiro de 1996. Em julho do mesmo ano, também se assina um protocolo adicional, conhecido por Protocolo de São Paulo, documento que lista tecnologias de finalidades duais (que pode ser utilizada para pacíficos ou militares) e não duais, a serem exploradas como desdobramento inicial do acordo entre as partes. A pesquisa se apoia no quadro teórico de autonomia e (in)dependência em decisões de política externa. Utiliza-se metodologia qualitativa, amparada pelo uso de *process tracing*, em que será feita investigação em documentos, entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica, correlacionando-os com o estudo de caso da cooperação supracitada. A hipótese é de que as informações contidas nestas fontes demonstrarão que o Brasil foi persuadido de continuar sua cooperação com a Índia. Dessa forma, os resultados obtidos foram os seguintes: i) o ME foi visto como uma tentativa de exercer um certo grau de autonomia com a condução da política nuclear brasileira, ainda que o país estivesse entrando em uma fase de adesão inédita ao TNP, e a sua denúncia (rompimento) em 1998, não foi consensualmente aceita; ii) o acordo com a Índia era estratégico para reativar pesquisas relativas ao uso do tório como combustível nuclear no Brasil; iii) o acordo tinha potencial em promover o desenvolvimento técnico-científico nuclear para Brasil e Índia, visando criar a nível industrial e comercial combustíveis para reatores modelo PWR alimentados com tório e urânio-233; iv) os Estados Unidos pressionaram o Brasil com objetivo de impedir o acordo.

Palavras-chave: Brasil; Índia; Energia Nuclear; Autonomia; Política Externa Brasileira; Política Externa Indiana.

ABSTRACT

Between 1996 and 1998, Brazil and India tried to sign a nuclear agreement. For different reasons, the attempt failed mainly on the Brazilian side. This research intends to demonstrate that there is a common causal element in this: international North American pressures and a change in the political orientation of the Brazilian government, which despite the decision to sign a nuclear agreement with India, did not proceed with it. The cooperation attempt took place in the following context: Brazil and India were not signatories of the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) until 1998. They began nuclear technology transfer commitments after signing a Memorandum of Understanding (MoU) between the National Nuclear Energy Commission (CNEN) and the Department of Atomic Energy of India (DAE) in January 1996. In July of the same year, an additional protocol is also signed, known as the São Paulo Protocol, a document that lists dual-purpose (which can be used for peaceful or military purposes) and non-dual technologies to be explored as the initial development of the agreement between the parties. The research is based on the theoretical framework of autonomy and (in)dependence in foreign policy decisions. A qualitative methodology is used, supported by the use of process tracing, in which research will be carried out on documents, semi-structured interviews, and literature review, correlating them to the case study of the aforementioned cooperation. The hypothesis is that the information contained in these sources will demonstrate that Brazil was persuaded to continue its cooperation with India. Thus, the results obtained were as follows: i) the MoU was seen as an attempt to exercise a certain degree of autonomy with the conduct of Brazilian nuclear policy, even though the country was entering a phase of unprecedented adherence to the NPT, and its denunciation (rupture) in 1998, was not consensually accepted; ii) the agreement with India was strategic to reactivate research regarding the use of thorium as nuclear fuel in Brazil; iii) the agreement had the potential to promote the technical and scientific nuclear development of Brazil and India, aiming at the industrial and commercial creation of fuels for thorium and uranium-233-fueled PWR reactors; iv) the United States pressured Brazil with the objective of impeding the agreement.

Keywords: Brazil; India; Nuclear energy; Autonomy; Brazilian Foreign policy; Indian Foreign Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os três estágios do Programa Nuclear Indiano	52
Figura 2 – Distribuição geográfica dos reatores nucleares indianos	55
Figura 3 – Evolução do orçamento em reais da CNEN entre 1994 a 1999.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Propriedade da produção de Urânio com base nos dados de 1998, entre os principais produtores.....	50
Tabela 2 – Reservas mundiais de tório de acordo com Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Nuclear Energy Agency (NEA) e AIEA, nos anos 2010 ..	51
Tabela 3 – Descrição dos Estágios do PNI, conforme evolução dos reatores	52
Tabela 4 – Reatores em atividade comercial na Índia entre 1969 à 2021	54
Tabela 5 – Reatores de Pesquisa na Índia	54
Tabela 6 – Instalações e materiais físséis produzidos para armas nucleares	56
Tabela 7 – Índice hipotético do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha acerca do posicionamento, por região, da extensão indefinida do TNP, na Conferência de Revisão do tratado, abril de 1995	58
Tabela 8 – Reatores de Pesquisa instalados no Brasil	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABACC – Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ABEN – Associação Brasileira de Energia Nuclear
ACDA – Agência de Controle de Armas e Desarmamento
AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
BJP - Bharatiya Janata Party
BWR – Reator de água Fervente
CD – Conferência do Desarmamento
CEA – Comissão de Energia Atômica da Índia
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CTBT - Tratado de Interdição Completa de Ensaaios Nucleares
CTMSP – Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
EUA – Estados Unidos da América
FBR – Reator Reprodutor Rápido
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
HPEB – Historiografia da Política Externa Brasileira
HPNB – História do Programa Nuclear Brasileiro
HWR – Reator de Água Pesada
INB – Indústria Nuclear Brasileira
IPEN – Instituto de Pesquisas Nucleares
IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais
LEU – Urânio Levemente Enriquecido
ME – Memorando de Entendimento
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MTCR - Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis

MRE – Ministério de Relações Exteriores

NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados

NNWS – Países Não-Nuclearmente Armados

NSG – Grupo de supridores Nucleares

NWS – Países Nuclearmente Armados

OI – Organizações Internacionais

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organizações Não Governamentais

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Indiana

PM – Primeiro Ministro

PROSUB – Programa de Desenvolvimento de Submarinos

PIB – Produto Interno Bruto

RevCon – Revisão de Conferência do Tratado de Não Proliferação Nuclear

PWHR – Reatores de Água Pressurizada Pesada

TNP – Tratado de Não Proliferação Nuclear

USAEC – Comissão Nacional de Energia Atômica dos Estados Unidos

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA	19
DIVISÃO DOS CAPÍTULOS.....	23
1 CAPÍTULO I - BRASIL E ÍNDIA: ASPECTOS GERAIS DE POLÍTICA EXTERNA ENTRE 1995-1998.....	25
1.1 Introdução.....	25
1.2 Revisão geral da Política Externa da gestão Fernando Henrique Cardoso entre 1995 a 1998	25
1.3 Revisão geral da Política Externa indiana entre os anos de 1995 a 1998	37
1.4. Relações Brasil e Índia entre 1995 a 1998	43
1.5 Conclusões	46
2 CAPÍTULO II – OS PROGRAMAS NUCLEARES DA ÍNDIA E DO BRASIL: suas políticas, seus STATUS e condicionantes.....	49
2.1 Introdução.....	49
2.2 O Programa nuclear Indiano: apresentação da sua infraestrutura geral	49
2.3 A política nuclear indiana de 1995 a 1998.	57
2.4 O Programa nuclear brasileiro: apresentação da sua infraestrutura geral.....	65
2.5 A política nuclear do Brasil entre os anos de 1995 à 1998.....	67
2.6 Acordo inusitado: antecedentes da viagem de FHC à Índia, o encontro e a formalização do acordo nuclear indo-brasileiro e do protocolo de São Paulo	72
2.7 Conclusões	83
3 CAPÍTULO III – OS DESDOBRAMENTOS DO MEMORANDO: da pressão estadunidense à denúncia brasileira após os testes de pokhran na Índia	85
3.1 Introdução.....	85
3.2 Acordo entre Não Signatários do TNP: As preocupações de Washington.....	85
3.3 Os testes de Pokhran I e II, a denúncia brasileira do acordo e as reações internacionais.....	90
3.4 Conclusões	94
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata sobre a tentativa de cooperação nuclear entre o Brasil e Índia, com enfoque específico nos anos de 1995 a 1998, e procura levantar evidências empíricas acerca do porquê ambos decidiram cooperar no âmbito do uso pacífico da energia nuclear neste período. Brasil e Índia, que possuem as maiores reservas mundiais de tório¹, e até 1997 não eram signatários do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), iniciaram compromissos de transferência de tecnologia nuclear em áreas comerciais e sensíveis a partir da assinatura de um Memorando de Entendimento (ME) entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e Comissão de Energia Atômica da Índia (CEA), em janeiro de 1996.

Esse foi o período selecionado, pois, quando os dois países celebraram tal iniciativa, tinham políticas nucleares consideravelmente divergentes, em um contexto atípico. Essa divergência, da parte brasileira, pôde ser observada pela ótica da mudança na posição política do Brasil quanto a resistência em participar e aderir aos regimes de não proliferação nuclear até então propostos. Isto é, durante 1968 a 1990, a Política Externa Brasileira (PEB) manteve-se crítica, com diversos outros países, entre os quais a Índia, quanto à ratificação e concordância em tratados de não proliferação nuclear. Essa postura se alterou nos anos de 1990, quando Collor e Itamar Franco (1990-1994)², seguido por Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), ratificaram e iniciaram a adesão do Brasil aos tratados de não proliferação nuclear globais e regionais. Contrastando com o caso brasileiro, a Índia manteve-se, e ainda se mantém, firme na defesa contra tratados de não proliferação de diferentes naturezas.

Ainda que com posturas nucleares diferentes, no contexto atípico mencionado, a Índia teve destaque importante para Brasília. FHC, presidente eleito em 1994, tornou público o interesse do Brasil pela diversificação de parcerias comerciais e política com países estratégicos, ou “nações âncoras”, e tinha na sua lista de países relevantes a Índia (BERNAL-MEZA, 2002). Seu primeiro mandato foi marcado por mudanças gerais no sistema internacional que impulsionaram acordos multilaterais em diversas Organizações Internacionais (OI) e a criação de fóruns, além de estimular bilateralismos com aproximações usualmente pragmáticas, visando estreitamento de laços políticos-comerciais (GOLDGEIER; MCFAUL, 1992). Essa mudança impactou na PEB, e as relações com países de grande peso nesse “novo” sistema internacional (GOLDGEIER; MCFAUL, 1992; HOBBSBAWM, 1995; KISSINGER, 2015; MESSARI, 2005).

¹ Tório é um elemento químico metálico macio que, quando bombardeado com nêutrons, transforma-se em urânio 233 (U-233), utilizado em combustíveis, reatores e bombas nucleares. Ele possui alta relevância nas pesquisas nucleares.

² A única adesão do Brasil a regimes dessa natureza havia sido, a exceção do Tratado de Tlatelolco, que à época já estava assinado e ratificado a iniciativa com os argentinos, na ocasião da criação da Agência Brasileira de Contabilidade e Controle (ABACC) em 1991.

Assim, a partir na década de 1990, a PEB ligou-se a uma conduta mais realista em seu processo de formulação, imersa na concepção de que a globalização era uma força inevitável e que traria um grande impacto para as economias dos países emergentes. Deste modo, os acordos do Brasil neste período seguiram um viés mais pragmático, considerando principalmente a hegemonia unipolar norte-americana que exerceu grande influência sistêmica global neste período (NATALINO, 2020; OLIVEIRA, 2005; RICUPERO, 2017; VIGEVANI; CEPALUNI, 2016). É nesse contexto que o acordo com os indianos esteve inserido.

Discorrendo um pouco mais sobre o momento, crucial para entender o contexto da razão de aproximação dos dois países, para Hurrell (2010, *apud* Natalino, 2010, p.426), no ensaio “Cardoso e o Mundo”, as ações do presidente Cardoso, no plano interno e internacional, mostraram apreço por “um estilo político não-confrontacionista e negociador, com a busca de alianças, pactos e acordos para o alcance de seus objetivos.” (D’INCAO; MARTINS, 2010; NATALINO, 2020). O embaixador Gerson Moura cunhou à época o notável conceito de *autonomia pela participação*³, uma das principais teorias acerca da identidade da política externa brasileira durante a era Cardoso (1995-2001). A análise deste conceito, também para Vigevani e Capaluni (2016), era de que o governo FHC exerceu uma postura de certa forma inédita, considerando o passado da PEB, do Brasil no novo sistema internacional pós-guerra fria.

Tickner (2016) também considera os dois mandatos de FHC como um período de transformação da PEB. A autora defende essa visão dividindo o período em duas posturas principais. A primeiro, deu-se pela tentativa de inserção do Brasil no contexto regional, em que foi utilizado, dentre outros espaços, a plataforma do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A segunda postura, deu-se no ambiente multilateral, na qual o Brasil organizou conferências climáticas, participa ativamente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), ocasião na qual disputou por um assento permanente neste conselho ao lado da Índia (ocupou o cargo de cadeira rotativa do conselho cinco vezes desde o fim da Guerra Fria⁴), e da OMC (TICKNER, 2016, p. 384)⁵.

É a partir dessa nova postura brasileira, que as relações entre o Brasil e Índia se tornam estratégicas. As duas grandes nações, que tinham interesses comuns, iniciaram entre 1995 a 1998

³ O conceito de autonomia pela participação será explorado mais profundamente no começo do capítulo I. resume-se afim de esclarecimento, que o conceito é marcado pela busca de interesses nacionais alcançados como desenvolvimento e autonomia perante àquela comunidade internacional da época: ambiente globalizado, mundo não bipolar, que cobrava dos Estados arranjos políticos e econômicos não mais nacionalizados, mas principalmente universais (Tickner, 2016, p. 381).

⁴ As datas em que ocupou o assento foram, 1989-1990, 1993-1994, 1998-1999, 2003-2004, e 2010-2011.

⁵ Aqui, é válido dar como exemplo a união de Brasil e Índia na OMC, a liderança dos dois entre os países que se opunham às barreiras tarifárias e não tarifárias durante a rodada do Uruguai (1995) (Tickner, 2016, p.386).

aproximações bilaterais que se inseriam na estratégia de *autonomia pela participação* da PEB. Na sua viagem especial à Índia, a primeira feita por um presidente brasileiro, FHC assinou vários acordos com aquele país. Entre estes, lista-se aquele nuclear⁶, de maior interesse para o estudo. O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Dr. José Mauro Esteves dos Santos, assinou com o presidente da CEA. Dr. Rajagopala Chidambaram o Memorando de Entendimento (ME) sobre a Cooperação para utilização pacífica da Energia Nuclear, para expandir as possibilidades de aproveitamento na área nuclear que os dois países dispunham naquele período em específico.

O ME assinado entre às duas partes em questão possui o total de 11 artigos e tratou, especificamente, de áreas diversas⁷. Um protocolo adicional foi assinado e anexado ao memorando após a visita do Dr. Rajagopala Chidambaram ao Brasil em julho de 1996, sendo esse chamado de Protocolo de São Paulo. Todos os detalhes e dados adicionais estão devidamente descritos no capítulo II.

Entretanto, as razões por de trás da assinatura desse ME ainda carecem de uma análise mais profunda, sobretudo devido à ausência de estudos acerca. Considerando que, de um lado, de fato houve incremento e interesse nas relações comerciais e políticas dos dois países, que entre acordos de diferentes tipos, listam-se principalmente aqueles que desejam avançar com questões comerciais. De outro, a assinatura do ME contrasta com o momento que a questão nuclear pesava na Índia e no Brasil, respectivamente um país que já havia feito testes nucleares, não havia abandonado publicamente sua pretensão de fazer outros novos, e outro em direção totalmente oposta, mas que é uma liderança na questão nuclear global.

⁶ O Programa Nuclear Indiano (PNI), o mais avançado entre as nações em desenvolvimento até o dado momento, era ambíguo quanto as suas intenções pacíficas. Vale ressaltar que a Índia adquiriu capacidade de lançamento de ogivas através de mísseis balísticos em 1983, e já havia feito um teste nuclear, em defesa das Peaceful Nuclear Explosions (PNE) em 1974 (ANDRADE; CARPES; LEITE, 2018), o que será aprofundado adiante.

⁷ As áreas tratadas no acordo foram: i. Segurança Nuclear: especificando a avaliação de segurança de centrais nucleares; de instalações do ciclo do combustível nuclear e de depósitos de rejeitos radioativos; ii. Radioproteção: que propôs avaliar o impacto ambiental decorrente das instalações nucleares e métodos de dosimetria para trabalhadores expostos a tório; iii. Pesquisa e desenvolvimento no ciclo do combustível nuclear do tório: que teve o enfoque no desenvolvimento de tecnologias destinadas ao processamento de minérios de tório e de urânio e tório, de técnicas de fabricação de combustíveis de óxido de tório e óxidos mistos de tório e urânio, estudos e experimentos sobre comportamento de barra de combustível nuclear fabricadas com compostos de tório, e, finalmente, cálculos de desempenhos neutrônicos de núcleos de reatores com combustível de tório; iv. Preservação de alimentos por irradiação: enfoque na legislação, aceitação pública viabilidade técnica e dosimetria de alimentos irradiados; v. Aplicação da energia nuclear na agricultura: aplicação de técnicas e troca de experiência para assuntos relacionados a aplicação da energia nuclear no campo, de modo geral; vi. Equipamentos para geração de energia nuclear: fabricação, montagem na obra e serviços nucleares; e, por fim, vii. Medicina Nuclear: produção e fornecimento de radioisótopos e formulação de radiofármacos. Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia sobre a Cooperação para Utilização da Energia Nuclear – CNEN. Data: 27.01.1996. Acessado via solicitação à CNEN em 14/11/2019.

Além disso, em 1998, a Índia fez os seus testes nucleares conclusivos, chamados Pokhran I e II (PERKOVICH, 2000). Na ocasião, em maio daquele ano, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Felipe Lampreia, reagiu publicamente criticando os testes⁸. O Governo Federal brasileiro decidiu, a partir deste acontecimento, unilateralmente abandonar e denunciar o acordo em reação aos testes que haviam celebrado com os indianos.

A reação brasileira, acerca da denúncia do ME é, assim como a assinatura, outro ponto interessante nesta iniciativa, sobretudo quando visto sob a perspectiva da evolução do relacionamento entre Brasil e Índia no imediato pós-Guerra Fria, com suas condicionantes e variações características. Em realidade, tanto a denúncia quanto a assinatura do ME pelo Brasil, revelaram para esta pesquisa aspectos importantes para a História do Programa Nuclear Brasileiro (HPNB), visto que se trata de um episódio, para além de inédito, sensível nas discussões acerca da proliferação nuclear e sua relação com as teorias e discussões sobre a autonomia decisória dentro dos estudos acerca de política externa.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é levantar evidências empíricas das motivações do Brasil e da Índia em buscar cooperar no uso pacífico da energia nuclear em 1996, período em que os dois países passavam por enormes transformações domésticas e internacionais. Complementarmente, faz parte do objetivo geral compreender a razão do Brasil ter denunciado tão rapidamente ME, e se o contexto em que foi assinado levou a isso.

Além disso, esta pesquisa tem como objetivos específicos aprimorar os estudos na área da HPNB, trazendo o caso de cooperação nuclear entre Brasil e Índia para discussão nessa literatura; descrever os acontecimentos que envolviam o Programa Nuclear Brasileiro e o Programa Nuclear Indiano no imediato pós-guerra fria; identificar, catalogar e entrevistar personagens importantes das negociações entre Brasil e Índia em questões nucleares de natureza sensível e estratégica; verificar a importância da questão nuclear para a literatura de Política Externa Brasileira durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso e autoridades indianas; verificar a importância do tório para a parceria que o Brasil fez com a Índia, bem como analisar seus interesses nessa área; analisar a questão da busca por autonomia de Brasil e Índia dentro da influência dos Estados Unidos nas negociações indo-brasileiras; explorar o impacto da assinatura e da denúncia do ME entre CNEN e CEA para os dois países e, por fim, verificar se era esperado que um acordo com a Índia, que havia tentado fazer testes nucleares já em 1995, tinha interesses

⁸ Arquivo pessoal do chanceler Luiz Felipe Lampreia - FGV/CPDOC, p.1. Classificação: LFL pi Lampreia, L. F. Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia, sobre os testes nucleares indianos em maio de 1998.

secretos ou se tratou uma iniciativa de afirmação autônoma dos dois no contexto de cooperação nuclear global.

A hipótese principal que guiou esta pesquisa é de que à época do período de 1995 e 1998, o Brasil estava prosseguindo com a revisão da sua política nuclear, aderindo e se acomodando a tratados de não proliferação, como ao *Nuclear Suppliers Group*⁹ (Grupo de Supridores Nucleares, na sigla em inglês NSG, que será utilizada em todo o trabalho) e ao CTBT (Tratado de Interdição Completa de Ensaio Nucleares, CTBT é a sigla em inglês, e convencionou-se utilizar desta forma neste trabalho), ao mesmo tempo que buscou cooperar com a Índia em termos sensíveis e não sensíveis de assuntos nucleares como uma forma de manter sua postura autônoma em questões estratégicas, mesmo com seu comprometimento na agenda de não proliferação. Além disso, o acordo com os indianos possivelmente foi uma forma de reativar pesquisas relacionadas ao uso do tório na produção de combustíveis nucleares, paralisado desde 1988.

Assim, de modo resumido, o estudo quer verificar se a cooperação entre os dois países foi um caso brasileiro de preservar e resistir, ao menos na questão nuclear, com certo nível de autonomia. É necessário confirmar se isso, a priori, deu-se no escopo do acordo com os indianos, que eram uma espécie de liderança “problemática” na área tecnológica nuclear entre países em desenvolvimento, tendo em vista suas políticas nucleares e o estágio avançado do seu programa. Além disso, questiona-se se denúncia do memorando pelo Brasil está inserido em um ambiente de pressão política norte-americana de tentar inviabilizar que o Brasil prosseguisse em um acordo com uma nação fora dos escopos dos tratados de não proliferação nuclear.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e emprega o *process tracing*. Para Beach e Pedersen (2013) há aplicabilidade deste método de rastreamento de processos em estudos que pretendem enquadrar uma teoria para análise de um evento histórico. O *process tracing* é, portanto, uma investigação de supostas evidências consistentes com a teoria causal geral, sobre a forma de decisão pelo qual o resultado foi produzido. O marco temporal da presente pesquisa foi selecionado justamente pelos procedimentos metodológicos mencionados. Estes procedimentos contam, por conseguinte, com entrevistas, e levantamento de documentos. Pretende-se correlacionar a teoria de *autonomia em política externa* com a decisão do Brasil em cooperar nuclearmente com a Índia.

Beach e Pedersen (2013), utilizam por definição que o emprego de *process tracing* adequa-

⁹ Grupo de Fornecedores Nuclear.

se a estudos de dois tipos, sendo um deles análise de casos, com o teste de teoria (BEACH; PEDERSEN, 2013). Nessa tipologia de estudo, é feita uma correlação entre a teoria e o caso, a verificar se a primeira se encaixa ou não no segundo, que é justamente o procedimento selecionado para este estudo. Foca-se no caso como ambição para análise teórica, sem que necessariamente se crie uma teoria, ou mesmo refine-a. Portanto, para o desenvolvimento deste estudo, foi feita a seleção de estudo de caso descritivo que é definido por Gil (1989) e Leite Henriques; Leite; Teixeira Júnior (2015) como sendo aquele cujo objetivo específico de fazer uma “descrição sistemática do fenômeno sem, contudo, possuírem aspirações teóricas em relação a ele” (GIL, 1989; LEITE HENRIQUES, et al. 2015). De acordo com Oliveira (OLIVEIRA, 2011, p. 22, *apud* SELLTIZ et al., 1965) o estabelecimento de relações entre as variáveis no estudo de caso descritivo resume-se na busca pela descrição do fenômeno, permitindo seu detalhamento em uma situação ou mesmo de um evento pouco explorado. Complementa Oliveira que o método é (2011, p.23, *apud* Triviños, 1987, p.110) a busca pelo conhecimento de uma determinada comunidade e suas características, valores e problemas relacionados.

Assim, o principal objetivo do presente estudo é descrever as características principais de fenômenos de ordem política e histórico da política nuclear brasileira, e correlacionar com a questão teórica de *autonomia em política externa*. Por se tratar de uma pesquisa exploratória e com o uso do rastreamento de processos, com ampla utilização de fontes orais e documentais primárias, argumentam Lustick (1996) e Zeiler (2009), que se deve ter uma preocupação com o viés de escolha desta data-base que serve como sustentação empírica para a descrição dos fatos analisados. Para tanto, o trabalho se amparou na utilização da obra de Trachtenberg (2006) como base metodológica para análise dos documentos e das fontes orais.

É importante destacar inicialmente que, por se tratar de uma pesquisa com acesso a documentos recentes, que apresenta um estudo mais aprofundado de um caso de certo modo inédito, muitos documentos ainda não estavam acessíveis no processo de escrita do estudo. Além disso, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, algumas autarquias públicas não estavam abertas para consulta pública de seus respectivos acervos. No entanto, essa dificuldade foi contornada em certa medida com o uso de recursos telemáticos e digitais que, ao final do estudo, gerou um volume de material satisfatório de documentos à disposição para futuras pesquisas que se interessarem pelo tema.

Foram analisados neste trabalho documentos brasileiros catalogados: i. No Ministério de Relações Exteriores (MRE), entre os quais, mais especificamente destacam-se, os relatórios de trabalho da referida instituição, que mencionam atividades diplomáticas de interesse ao tema, bem como memorandos internos e correspondências telegráficas ostensivas entre Brasília e Nova Delhi

de natureza da Embaixada do Brasil na Índia, obtida via solicitação a terceiros e devidamente certificada pelo autor via comunicação com o MRE; ii. Nos arquivos pessoais e públicos, abertos publicamente na forma de documentos secretos e comuns, entrevistas e depoimentos, disponibilizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), tendo sido analisado o acervo do chanceler Luiz Felipe Lampreia (2010). Demais autoridades como John Milne Albuquerque Forman (2011), Sérgio de Queiroz Duarte (2011) e Antônio José Vallim Guerreiro (2010) possuem entrevistas documentadas no CPDOC, que também foram utilizadas neste trabalho; iii. Levantamento de documentos disponibilizados no acervo da CNEN, que tratou das relações indo-brasileiras no campo nuclear entre os anos de 1967 a 2002, via solicitação na própria plataforma do site da instituição; iv. Levantamento e análise de matérias jornalísticas disponibilizadas publicamente na internet: Acervo da *Folha de São Paulo*; Acervo do *Jornal do Estado de São Paulo* (Estadão) e Acervo da Biblioteca Nacional, e também como matérias jornalísticas e documentos diplomáticos encontrados no Arquivo Nacional.

Houve uma certa dificuldade acerca da obtenção de arquivos e documentos indianos, visto a rigidez a questão nuclear é tratada por este país. Dessa forma, como recurso alternativo a não obtenção de documentos dessa natureza, foi feita uma análise de documentos obtidos em plataformas digitais alternativas, como: *National Security Archive* dos Estados Unidos (portal que também possui documentação desclassificada com temas relacionados à política nuclear e segurança internacional), e os do *Wilson Center Digital Archive*, que possui séries de documentos por período sobre a história nuclear individual de Brasil, Índia e EUA. Além disso, também foram obtidos via solicitação o anuário do Ministério das Relações Exteriores da Índia, dos anos que vão de 1995 a 1998.

Há que se observar que um dos principais documentos levantados, porém ainda não abertos para análise, são aqueles ainda retidos na *Clinton Digital Library*, disposto no inventário “FOIA Request 2010-0652-F *Records related to Relations between Brazil and the United States Regarding Nuclear Issues*, Box 3, *Brazil/India Nuclear Cooperation 1997-1998* [OA/ID 2383]”. Foi feito pelo autor desta dissertação o pedido de desclassificação deste acervo via *Freedom of Information Act* (FOIA), em 18/04/2021, pedido atendido e encaminhado para abertura dos documentos para consulta.

Como recurso adicional, foram feitas entrevistas semiestruturadas cruciais para a compreensão deste notável acontecimento envolvendo Brasil e Índia perante uma situação tão

distinta de cooperação nuclear¹⁰. Entre as autoridades entrevistadas, listam-se figuras importantes do período, sendo: Cientista Laércio Antônio Vinhas, chefe de serviço de salvaguardas entre 1994-1996 e Coordenador-Geral Assuntos Internacionais da CNEN nos anos de 1996 a 2007; representando o Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ronaldo Mota Sardenberg, entrevistei Simone Henriqueta Cossetin Scholze, Assessora de Sardenberg de 1999 a 2002 e nome indicado pela própria esposa de Sardenberg para entrevista; e, por fim, Dr. José Rubens Maiorino, cientista chefe da área de Cooperação Nuclear do Tório no acordo com os indianos. Da parte indiana, o Embaixador da Índia no Brasil, Sr. Ishrat Aziz, que ocupou o cargo entre junho de 1996 a setembro de 1998.

Para a realização das entrevistas, o método selecionado foi o de entrevistas semiestruturadas. Para Gill (1989), essa metodologia tem como característica principal o levantamento de questionamentos básicos conciliados com as hipóteses e teorias que se relacionam diretamente ao tema da pesquisa (GILL, 1989, p.120). Justamente por este trabalho ser descritivo, e em partes até mesmo exploratório, optou-se por proceder desta forma, visto que a estruturação básica das perguntas irá promover a obtenção de dados importantes e indispensáveis para uma boa descrição dos fatos. Desta forma, através do levantamento de documentação, fontes orais e revisão bibliográfica, o objetivo desta pesquisa foi também empreender nos estudos da HPNB uma leitura crítica dos acontecimentos envolvendo Brasil e Índia, que analisa documentos e pontos de vista pouco explorados. Isso demonstrou, em partes, uma grande complexidade do que se alcançou com esta pesquisa, e a relevância dela para a HPNB.

Portanto, o estudo certamente se propôs a trazer uma perspectiva nova dos documentos mencionados, baseando-se na análise de documentos e fontes orais não explorados. Quer se confirme a hipótese ou não, esse trabalho certamente contribuirá em agregar a literatura de PEB, principalmente por se tratar de uma pesquisa descritiva inovadora que dialoga com o campo de discussão de proliferação nuclear entre países do sul-global. Dessa forma, a pesquisa apresentada é importante sob a perspectiva de acrescentar acervos documentais e narrativas essenciais para a Historiografia de Política Externa Brasileira (HPEB), uma vez em que se utiliza de fontes primárias inovadoras para identificar elementos históricos relevantes da PEB.

Compreende-se por fim que a dissertação traz uma tentativa de revelar as estratégias de decisão de PEB do primeiro mandato de FHC, no campo da ciência e tecnologia e proliferação

¹⁰ Para execução das entrevistas, a presente pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, por meio do portal “Plataforma Brasil”, na data de 01 de fevereiro de 2021. Mediante a recomendação para aprovação, sob número do Parecer: 4.584.440, iniciou-se a comunicação do autor com as autoridades a serem entrevistadas.

nuclear, revelando as dinâmicas sócio-políticas que buscaram achar alternativas, dentro de uma nova estrutura de desenvolvimento nacional, no final dos anos 1990, de manter autonomia e inserção internacional do Brasil.

DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

O estudo está separado em três capítulos. O primeiro, foi dividido em três seções. A primeira trata acerca de uma revisão bibliográfica da Política Externa Brasileira, com enfoque principal nos principais fenômenos políticos externos e internos que tenham sido característicos daquele momento e que modelaram a formulação de decisões em política externa de FHC. A segunda seção seguirá a mesma lógica, no mesmo período, com enfoque na Índia, e que tenham impactado de maneira significativa em sua política externa¹¹. A terceira seção tratará de conectar, de maneira breve, o contexto em que os dois países estavam inseridos. Para a revisão bibliográfica, o critério de seleção dos autores de PEB e Política Externa Indiana (PEI), foram artigos, teses, dissertações e livros que mais tenham número de citações nas plataformas *Scielo* e *Google Acadêmico*¹².

O segundo capítulo tratará especificamente da política nuclear dos dois países no período do desenvolvimento dos seus programas nucleares, e da tratativa de cooperação nuclear. Dessa forma, a primeira seção trata de analisar a infraestrutura do Programa Nuclear da Índia e os principais acontecimentos-chaves em sua política nuclear ainda no começo de 1995. A segunda seção avança para, a partir desse mesmo critério, fazer a análise do caso brasileiro. A terceira seção correlaciona esse momento descrito com a aproximação no campo nuclear entre Brasil e Índia, que acontece formalmente em 1996, e teve naturalmente preparativos em 1995, através da assinatura do ME entre a CNEN e a CEA. Essa parte do trabalho descreve as principais interações entre as delegações do Brasil e da Índia, a visita de uma delegação da CEA para o Brasil e detalhes da assinatura do Protocolo de São Paulo. A quarta e última seção realiza uma breve conclusão das seções apresentadas.

O terceiro e último capítulo tratará de analisar os desdobramentos das aproximações no campo nuclear entre os dois países, com objetivo de ressaltar os desfechos da assinatura do

¹¹ Menciona-se como indispensável para este trabalho a importância dessa aparente extensa revisão: isso foi pensado para que, nos capítulos seguintes, o leitor situe-se do que estava ocorrendo no período selecionado na Índia e Brasil, de modo a permitir uma comparação histórica para facilitar na compreensão do que será explorado nos capítulos seguintes. Além disso, a apresentação dos principais pontos das políticas externas de ambos países facilitará uma descrição mais objetiva e direta do capítulo 2.

¹² A organização, leitura e fichamento dos 23 artigos foram procedimentos feitos com amparo do Software de análise qualitativa de dados Atlas TI, versão 9.

memorando celebrado entre a CNEN e a CEA. O período analisado, de maneira geral, compreende os anos de 1996-1997 e 1998. A primeira seção procura demonstrar, a partir de documentos e entrevistas, as reações iniciais dos Estados Unidos por trás da assinatura do memorando entre os dois países, e analisar documentos dos EUA e o encaminhamento de Washington para barrar o acordo nuclear indo-brasileiro, o avanço da pressão para assinatura norte-americana para o Brasil ratificar o TNP e estabelecer um novo acordo nuclear com os EUA. A segunda seção descreve a ascensão do Bharatiya Janata Party (BJP) e a rápida organização para os testes nucleares de Pokhran I e II em maio de 1998, e o impacto dos testes para o Brasil, que resolve denunciar unilateralmente (tendo sido o único país a fazê-lo) o ME firmado entre a CNEN e a DAE, e como isto de fato se deu. A quarta seção trata de analisar as documentações posteriores aos testes indianos, e propõe discutir, por fim, a divergência interna com que as autoridades brasileiras lidaram com os dias seguintes dos testes da Índia, que colocou fim ao acordo nuclear entre os países. Ao final, será apresentada a conclusão do terceiro capítulo.

Na última etapa do estudo, é apresentada a conclusão, que retoma os principais argumentos levantados nos três capítulos, acerca das aproximações dos dois países, resumindo a iniciativa exposta com a relação das fontes primárias e secundárias obtidas para a execução do trabalho. Serão retomados brevemente pontos-chaves do capítulo 3, sob de que forma a relação bilateral mais específica do período de 1995 a 1998, e como se concluiu de modo geral com o estudo apresentado neste trabalho.

1 CAPÍTULO I - BRASIL E ÍNDIA: ASPECTOS GERAIS DE POLÍTICA EXTERNA ENTRE 1995-1998

1.1 Introdução

Países categorizados como “*middle powers*” ou “*regional powers*”, são aqueles que possuem quantidades similares de recursos políticos e materiais, que as grandes potências detém, o que os condiciona a desempenharem um papel de protagonismo, em suas respectivas áreas regionais, de forma semelhante como grandes potências agem no sistema internacional (LIMA, 2005; NOLTE, 2010). Muito embora suas decisões se limitem somente ao regional, conforme dito, alguns pesquisadores defendem que as potências médias também podem ser assim definidas pelo seu tamanho (extensão territorial) e ao nível do seu Produto Interno Bruto (PIB) (THOMSON, 2005). Esse poder intermediário impacta diretamente em comportamento no sistema internacional, visto que gastam mais recursos e tempo para tentar adequarem-se às regras internacionais do que grandes potências, que possuem maior autonomia de decisão (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006). Nesse contexto, Brasil e Índia são exemplos de duas grandes nações em extensão territorial e PIB, que exercem influência em sua região e formam coalizões em organismos internacionais para dificultar, ou até mesmo travar, agendas de interesse global.

Dessa forma, o primeiro capítulo deste trabalho pretende analisar e compreender o contexto no qual Brasil e Índia exerceram, e se comportaram, enquanto poderes intermediários na metade dos anos de 1990. A primeira seção deste capítulo trata de fazer uma revisão bibliográfica de autores de PEB, entre os anos de 1995 a 1998, levantando principais acontecimentos externos e internos do governo de FHC, aprofundando a descrição acerca da postura assertiva que a política externa do Brasil teve neste período, tentando se adequar as normas globais e, ao mesmo tempo, exercer certo nível de autonomia. A segunda seção faz uma análise do mesmo período, e nos mesmos critérios acerca PEI, analisando e descrevendo aspectos gerais daquele período, e de que forma a Índia reagiu e se acomodou nas mudanças das relações internacionais do período. A terceira e última seção apresenta uma breve conclusão deste apanhado geral que fornecerá o panorama para a introdução do próximo capítulo.

1.2 Revisão geral da Política Externa da gestão Fernando Henrique Cardoso entre 1995 a 1998

Não é fácil fazer uma avaliação do cenário mundial de nossos dias. Isso se deve, em parte, ao fato de estarmos ainda atravessando um longo período de transição, que começou com a queda de um muro e que continua hoje com muitos pontos de interrogação. Entre esses pontos de interrogação, existe um que se destaca do ponto de vista da política externa do Brasil: até onde poderemos ir na direção de crescentes fluxos transnacionais e de uma

interdependência internacional cada vez maior sem o desenvolvimento proporcional de estruturas de governança? Não existe, acaso, um déficit de governança em um mundo que se torna, a cada dia, mais globalizado, mas no qual a cooperação internacional deixa de responder a alguns dos problemas mais sérios? (CARDOSO, 2001, p. 8)

Segundo Almeida (2004), a política externa de FHC foi marcada por um multilateralismo moderado, com ênfase ao direito internacional¹³, parcial aceitação do princípio dos mais iguais, isto é, reconhecendo a existência de grandes potências e seus papéis decisivos no sistema internacional (ALMEIDA, 2004). A ênfase ao direito internacional significa, para Bernal-Meza (2002) justamente a transformação da agenda de PEB brasileira que passa de um “universalismo e multilateralismo amplo” a um “universalismo e multilateralismo seletivo”¹⁴, através da construção de parcerias estratégicas com países mais relevância¹⁵ no Sistema Internacional, inseridos no sul-global (BERNAL-MEZA, 2002). Isso, para Pinheiro (2000), significa o mesmo que uma postura voltada para preservar a autonomia do Brasil diante do grau de integração com os regimes internacionais que passa a fazer parte, assegurando alianças de peso para compensar seu baixo protagonismo efetivo em decisões globais (PINHEIRO, 2000, p. 324).

Dessa forma, as duas principais marcas do governo FHC nesse contexto foram para Barros (1998), ao menos no seu primeiro mandato a 1) demarcação da região sul-americana como área de influência (via integração regional) e 2) multilateralismo, tanto na área de segurança como na econômico-comercial, que se contrabalança na hegemonia hemisférica norte-americana (Barros, 1998 *apud* Oliveira & Onuki, 2000).

Para Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) e Vigevani e Cepaluni (2016) a PEB, já nos dois mandatos de FHC, a presidência seguiu parâmetros tradicionais da PEB na busca pelo pacifismo, o que significou, nesse momento, adesão às normas internacionais. O ex-chanceler Celso Lafer cita que: “mesmo não sendo ideais, representam um inequívoco aprimoramento na matéria (da participação das regras internacionais) (VIGEVANI; CEPALUNI *apud* LAFER, 1993, p. 36-7)”. Para Vigevani (2003), acrescenta-se o movimento de defesa da autodeterminação e não-intervenção, valores que acompanharam a formulação de PEB, e o pragmatismo enquanto modo

¹³ Por ênfase ao direito internacional, entende-se a importância das organizações, regimes e acordos internacionais para Cardoso. A avaliação mais ligada ao realismo acerca dos desdobramentos do final da guerra fria gerou, no Fernando Henrique Cardoso ministro e presidente, uma avaliação da realidade mais ligada com uma adesão pragmática às iniciativas de acordos multilaterais. Isso significa dizer que, instituições internacionais deveriam ter um protagonismo maior, locais nos quais se buscava sempre pelos “consensos”, o que, teoricamente, daria mais espaço de decisão para potências emergentes com o Brasil.

¹⁴ Seletivo pois, para Bernal-Meza, parcerias foram priorizadas, mas não restritas, a países com peso no Sistema Internacional, como eram os casos dos acordos com Índia, Rússia, China, África do Sul.

¹⁵ Este grau de relevância, para o autor, é entendido sobretudo pela capacidade operacional dos Estados em participarem ativamente na construção da agenda global de desenvolvimento. Nestas circunstâncias, pode-se destacar como exemplo destes países, além dos mencionados, os desenvolvidos: Estados Unidos, França, Reino Unido, dentre outros.

operacionalizar os interesses sensíveis e estratégicos do Brasil nesses ambientes em que disputava por algum grau de autonomia decisória (PINHEIRO, 2000; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) também complementam que o comportamento da PEB, principalmente entre 1995 a 1998, marcou-se pela adesão ao *mainstream*, isto é, visou perseguir aquele que era o fluxo da época: adesão a regimes, participação em ambientes multilaterais de negociação e respeito às regras globais (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Para os autores, o Brasil buscou protagonismo nos assuntos de maior relevância global: assuntos ligados ao meio ambiente, reforma na Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente no CSNU, impedir regras comerciais na Organização Mundial do Comércio (OMC) contrárias aos interesses das nações em desenvolvimento, adesão a regimes de não proliferação nuclear (ABACC, TNP e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, MTCR¹⁶), quebra de patentes (genéricos e medicamentos de HIV) e promoção dos direitos humanos. Esses esforços foram concentrados, principalmente, visando eliminar visões negativas de outros países sobre o Brasil, sobretudo as herdadas de gestões passadas, abrindo caminho para promover uma imagem de credibilidade do Brasil (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003)¹⁷.

Vigevani e Cepaluni (2016), Bueno e Cervo (2008), Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) e Pinheiro (2000) acrescentam que esse é o pano de fundo em que o pragmatismo institucional mais persistiu e se aflorou na gestão de FHC, procurando transformar o país em um *Global Player* e *Global Trader*, isto é, uma nação capaz de também participar, opinar e influenciar em termos reais na agenda que a globalização promoveu, diante da nova configuração e relação do sistema internacional nascente nos anos de 1990 (BUENO; CERVO, 2008; PINHEIRO, 2000; VIGEVANI; CEPALUNI, 2016; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003)

Para Almeida (2004), Barros (1998), Bernal-Meza (2002) e Silva (2008, 2012) o Itamaraty teve grande destaque neste dado momento. Seu protagonismo foi principalmente na formulação, mas não participação¹⁸, do processo decisório da PEB de Cardoso (ALMEIDA, 2004; BARROS,

¹⁶ Sigla retirada do inglês original, que convencionou-se utilizar nesta dissertação.

¹⁷ A visão a ser combatida era, em ampla medida, desfazer a militância brasileira da agenda do Movimento dos Não Alinhados.

¹⁸ Vizentini (2005) argumenta que: No plano especificamente diplomático, Fernando Henrique habilmente esvaziou o Itamaraty de suas funções, uma vez que este órgão representava um foco de resistência do projeto nacional-desenvolvimentista. FHC transferiu as atribuições econômicas do MRE para o Ministério da Economia e, ao mesmo tempo, assumiu pessoalmente sua dimensão política com a introdução da diplomacia presidencial (VIZENTINI, 2005, p.382). Essa premissa é verdadeira, contudo, o esvaziamento do Itamaraty significou, para maioria dos autores, em uma reformulação, com adesão de novos elementos no processo de *criação* da PEB, e, de fato, não *participação*. Dessa forma, o esvaziamento do Itamaraty refere-se ao fato de que, habilmente, FHC teria reorganizado suas pretensões internacionais, concentrando nele o foco de sua política externa, não na autarquia, o que por isso explica a diplomacia presidencial de Cardoso.

1998; BERNAL-MEZA, 2002; SILVA, 2008, 2012). Segundo os autores, o governo federal buscou no primeiro ano de mandato aprofundar o diálogo do Ministério de Relações Exteriores com entidades sociais, parlamentares, governos estaduais e municipais, empresários, sindicalistas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e imprensa, encaixando os temas de política externa na agenda doméstica de desenvolvimento nacional, com objetivo de intensificar o ambiente cooperativo do ministério e das demais entidades sociais, visando, por conseguinte a melhora de tomada de decisão no presidente em assuntos internacionais (ALMEIDA, 2004; BARROS, 1998; BERNAL-MEZA, 2002)¹⁹. Ainda para Almeida (2004) o Itamaraty, durante esse processo de “reforma”, influenciou de modo significativo as agendas de Cardoso no mundo, que, destaca-se, foram intensas²⁰ (ALMEIDA, 2004).

Bernal-Meza (2002) discorre que esse período de reformulação da política externa acompanhou os feitos do que ocorria internamente no Brasil, unindo uma visão única na construção de interesses conjuntos nacionais em prol do desenvolvimento do país (BERNAL-MEZA, 2002). Isso, do ponto de vista de tentar compreender a estratégia de FHC para inserir o Brasil nas discussões globais, é um fato relevante. Nisto, novamente, o Itamaraty ganhou protagonismo. A autarquia teve papel chave nesta postura nacional, como destacou o Chanceler Luiz Felipe Lampreia, na obra de Silva (2008)

Nosso patrimônio diplomático está-se enriquecendo com o exercício regular do diálogo com a sociedade civil, através dos sindicatos e associações de classe, dos partidos políticos e do Congresso, dos formadores de opinião, do empresariado, dos meios acadêmicos, das organizações não-governamentais, dos governos dos Estados e municípios. Democracia e Federalismo são hoje vetores da formulação e da ação diplomática (...) quanto maior fosse a transparência e a capilaridade do processo de formulação e implementação da nossa diplomacia, melhor estaremos respondendo aos anseios nacionais em relação ao mundo exterior (*apud* LAMPREIA, 1999, p.29)

Diante dessa nova postura, discorrem a maioria dos autores estudados nesta revisão, a PEB de Cardoso também buscou, principalmente, fortalecer a participação ativa do Brasil na

¹⁹ Para Bernal-Meza a relevância na formação do pensamento de Política Externa do Brasil coube, a despeito da participação da diplomacia presidencial característica de Cardoso, e citada por vários autores estudiosos do período, também pelos seus principais conselheiros, inclusive enquanto FHC era chanceler, a nomear: (LAFFER, 1993; RICUPERO, 2017)

²⁰ Silva (2008) ressalta que: Durante a gestão de FHC, o termo diplomacia presidencial foi utilizado como conceituação de sua política externa. Tal fato advém de dois fatores centrais. Em primeiro lugar a intensidade da agenda internacional do presidente durante seu mandato e, em segundo, à própria ênfase dada pelo discurso diplomático brasileiro do período à diplomacia presidencial. Talvez pelo fato de ter sido chanceler antes de ocupar o Planalto, este traço diplomático tenha tido mais ênfase em sua administração. Desde a posse, já era clara a intenção de Cardoso em usar a diplomacia presidencial como instrumento e diretriz de política externa. Sob essa diretriz, a série de viagens do presidente ao exterior foram um marco importante de sua política externa. Contabilizando os dois mandatos, o presidente Cardoso visitou 44 países em 96 viagens. De seus 2.922 dias no comando do País, 374 (um ano e 9 dias) foram dedicados às viagens internacionais. (SILVA, 2008, p. 92).

interdependência financeira global²¹ (BARROS, 1998; BERNAL-MEZA, 2002; BUENO; CERVO, 2008; CERVO, 2002; RICUPERO, 2017). A partir daí, se solidificam os esforços em conceber o Brasil como um *Global Player* e *Global Trader* para o mundo, anunciando-o como um protagonista na promoção dos debates em fóruns internacionais de decisões globais em termos de finanças.

As participações do Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) e na OMC são exemplos diretos disto, e serão devidamente analisadas posteriormente. Elas ocorreram simultaneamente com a intensa e longa agenda de privatizações e concessões de empresas públicas nacionais brasileiras. Essas ações eram o retrato do compromisso daquele governo com a agenda neoliberal predominante nesse período de abertura e “pragmatismo” institucional, e revelava também a simetria entre interesses internos e externos (ALMEIDA, 2004; BARROS, 1998; BERNAL-MEZA, 2002; BUENO; CERVO, 2008; SILVA, 2008, 2012; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). A principal justificativa desse momento de privatizações, que deu cabo a grandes empresas estatais brasileiras, desregulamentações trabalhistas e diminuição dos gastos públicos deveu-se, na visão de Lampreia (1998) e Cardoso (2001), pela situação macroeconômica do país e a necessidade de adequação às normas financeiras internacionais (CARDOSO, 2001; LAMPREIA, 1998). Assim, Cardoso e Lampreia, entre 1995-2000, propuseram diversas reformas que visavam controlar as dívidas internas e externas do país, assegurar pagamento das dívidas nacionais aos seus principais credores, e recuperar a credibilidade internacional do Brasil (CARDOSO, 2001; LAMPREIA, 1998; RICUPERO, 2017).

No entanto, Cervo (2002) afirma que a adesão do Brasil à abertura econômica foi resultado da adoção acrítica e ideológica ao neoliberalismo, que gerou consequências negativas²² para o país em termos internacionais. Para Cervo (2002), a PEB de FHC visou implementar rígidas políticas fiscais, que retirou investimentos improdutivos para diminuiu como consequência o alcance e tamanho do Estado brasileiro (CERVO, 2002). A arrecadação com a venda dessas empresas, custeou parte do pagamento da dívida externa brasileira, resultou de fato em um impacto positivo nas contas do governo (CERVO, 2002, p.26). Porém, de maneira geral, as consequências dessas medidas econômicas, para o autor, passaram longe de serem relacionadas a uma estratégia de inserção internacional do país, sem refletir os interesses ou a importância delas para a posição do Brasil no mundo (CERVO, 2002, p. 30), tese essa que também é observada em outras obras aqui analisadas (BERNAL-MEZA, 2002; CERVO, 2002; RICUPERO, 2017; SILVA, 2008, 2012).

²¹ Segundo Almeida, o Brasil era muito bem visto em Davos e mantinha relações cordiais com vários líderes regularmente convidados para o Foro Econômico Mundial, e outros.

²² Vale dizer que para maioria dos autores mencionados, a fim de síntese, a crítica ao período é semelhante.

No que se refere a questão regional, importante para análise da Política Externa de FHC, destaca-se que a criação do Mercosul foi, para a maioria dos(as) autores(as), um grande momento de demonstração de força do Brasil em suas relações internacionais. A instituição foi pensada para fortalecer as relações com os países do cone sul, e reunir as partes interessadas como forma a transformar decisões individuais (de cada nação) para coletivas, o que daria mais força diante das assimetrias de certos acordos comerciais multilaterais. Participaram de maneira inicial do bloco, principalmente, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil (NATALINO, 2020; RICUPERO, 2017).

Para Cervo (2002), o Mercosul de fato criou - como resultado desse esforço de FHC - uma imagem interna positiva, “acima da própria realidade”, entre os primeiros países membros, principalmente por ter tido êxito em fortalecer a ideia de união dos países sul-americanos, sob a liderança brasileira²³ (CERVO, 2002, p. 26). Silva (2012) também adiciona que o Mercosul significou algo como estratégico por ter, em vários aspectos, “desenvolvido a política regional comum sob perspectiva desenvolvimentista”, dando ao processo de integração regional sul-americano um fator de contrapeso, principalmente diante do peso econômico de Brasil e Argentina, em negociações de países menores (Uruguai e Paraguai) com grandes economias da época (SILVA, 2012, p.25). Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) destacam também que o “Mercosul foi importante por viabilizar, a partir de uma posição maior em que podiam exercer, a incorporação dos países às grandes tendências internacionais” (VIGEVAN; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 36). Para Bernal-Meza (2002), de maneira sumarizada, a visão da política brasileira sobre o Mercosul possuía três finalidades:

- 1) permitir abrir gradualmente sua economia à economia mundial, fortalecido pela amplificação do mercado sub-regional, e logo regional (ALCSA), graças aos ganhos de escala; 2) enfrentar os desafios econômicos e políticos das estratégias hegemônicas norte-americanas na América Latina (ALCA); 3) alcançar o reconhecimento mundial como potência média, graças à sua liderança política no bloco e à dimensão de um mercado que o teria como o centro econômico-industrial fundamental (BERNAL-MEZA, 2002, p.44)

Outra iniciativa regional de comércio importante para a análise da PEB neste período foi a tentativa da criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O principal objetivo da ALCA era de criar uma integração regional comercial entre os 35 países da América Latina com os EUA, até que virasse adequadamente uma área de livre comércio, com a retirada gradual de tarifas alfandegárias (RICUPERO, 2017). Martins (2006) aponta que, apesar de o governo de FHC ter se engajado nos compromissos de cunho liberais, isto é, de adesão e abertura a mercados

²³ Apesar de o Mercosul ter sido uma oportunidade para exercício da liderança brasileira, nem todos autores concordam que isso de fato ocorreu. Para mais sobre ver por exemplo Martins (2006, p.58).

externos, agenda de interesse sobretudo dos Estados Unidos, a ALCA, proposta nos moldes que foi pelos norte-americanos, encontrou forte oposição do Brasil, tornando-se para FHC apenas uma opção secundária, conforme disse o próprio presidente em 2001²⁴ (VIGEVANI, OLIVEIRA; CINTRA 2003).

Almeida (2004) também ressalta que, durante a formulação da ALCA, Cardoso e sua equipe nunca demonstraram grande entusiasmo com a ideia de uma área de livre comércio com os EUA, mas que, mesmo assim, também não havia nenhuma oposição à sua tentativa, tornando a proposta uma “carta na manga” que FHC carregou consigo até o fim de seus dois mandatos (ALMEIDA, 2004). Para Cervo (2002), o motivo pelo qual a ALCA não alcançou seus objetivos, ou mesmo sua implementação, deu-se pelo “arsenal de barreiras às importações brasileiras de manufaturados e produtos primários” retardando as negociações da associação (CERVO, 2002). Para Ricupero (2017), “o Governo Brasileiro não julgava a proposta da Alca como uma ‘inevitabilidade’ nem como uma imposição, e só aceitaria o projeto se fosse equilibrado, gradual e compatível com os interesses nacionais” (RICUPERO, 2017, p.635). Sintetiza melhor Martins (2006), incluindo a ALCA, que:

Seja no âmbito do Mercosul, de sua extensão à América do Sul, ou da ALCA, a diplomacia brasileira teria apresentado uma imensa dificuldade para assumir uma liderança positiva, seja formulando a agenda seja propondo uma ação substantiva. As posições brasileiras tenderam a ser processualísticas, isto é, referirem-se a métodos e cronogramas e não à substância das negociações em pauta. A impressão dessa atuação é de que o país não quis, ou disse não querer, ou silenciou sem dizer não, em cada um desses fóruns, mas sem apresentar uma iniciativa com agenda substantiva ou modelo de integração definida a curto e médio prazo (MARTINS, 2006, p. 58).

Por outro lado, a integração regional com os europeus, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, despertou grande interesse comercial e político no Brasil, e, em partes, passou a ser vista como uma alternativa às limitações da ALCA e outro local em que o Brasil poderia exercer seu papel protagonismo internacional. Através de um acordo quadro entre o Mercosul e a União Europeia, o Brasil tentou aproximar blocos e áreas de negociações que pudessem inserir produtos nacionais nos mercados europeus, e vice-versa. O acordo foi a principal iniciativa de aproximação brasileiro-europeia²⁵, mostrava-se ao Brasil como uma estratégia

²⁴ “Para FHC, Alca é ‘apenas opção’. Mercosul é destino”. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/para-fhc-alca-e- apenas-opcao-mercosul-e-destino-326957.html>. Acessado em 25/02/2022.

²⁵ Vigevani (2003) também destaca as aproximações comerciais entre Brasil e Rússia no mesmo período. Diz o autor que: “Nas relações com a Rússia, deve-se assinalar um aumento substancial do intercâmbio comercial na década de 1990, ainda que pequeno diante da totalidade dos fluxos dos dois países. Da parte brasileira aumentaram substancialmente as exportações de commodities agrícolas, principalmente as ligadas ao setor alimentar” (VIGEVANI, 2003, p.53). Também ressaltou que os dois países haviam firmado um Acordo de Cooperação para os

excepcional, que poderia inclusive fazer frente aos possíveis fracassos nos diálogos com a ALCA. Para Bernal-Meza, era entendimento comum no período (tanto de FHC quanto do Itamaraty e de empresários brasileiros) que havia a necessidade de uma parceria estratégica com a União Europeia, com objetivo de estreitar relações bloco a bloco, por intermédio do uso institucional do Mercosul (BERNAL-MEZA, 2002, p.55). Ressalta Silva (2002), que o continente europeu significou muito para os tomadores de decisões de PEB na época, por ser uma opção muito viável dentro no quadro estratégico de reordenamento das relações internacionais brasileiras, um contraponto à hegemonia unipolar norte-americana (SILVA, 2012).

Vigevani e Cepaluni (2016) argumentam que a tentativa conforme a União Europeia (EU) pode ser compreendida como mais uma, dentre várias outras, buscas por aumento de poder por parte do Brasil (VIGEVANI; CEPALUNI 2016). A decisão por um acordo quadro com os europeus figurou-se também no esforço brasileiro em se consolidar como um *Global Player* (VIGEVANI; CEPALUNI 2016). No entanto, conforme recordam Bueno e Cervo (2008), Vizontini (2006), Bernal-Meza (2002) e Silva (2012), os acordos com os europeus não prosseguiram devido aos problemas relacionados ao *compliance* agrícola europeu (ALMEIDA, 2004; BERNAL-MEZA, 2002; BUENO; CERVO, 2008; SILVA, 2012; VIGEVANI; CEPALUNI, 2016; VIZENTINI, 2006). Vigevani e Cepaluni (2016), dizem que o acordo não foi um fracasso completo, mas que, por outro lado, rendeu poucas externalidades positivas consideráveis ao Brasil, diante do que se pretendia alcançar no período (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016).

Outra área de atenção da PEB foi com o continente africano. Nesse espaço, havia possibilidades de fortalecer laços comerciais e políticos para o Brasil, oportunidade em que a gestão de Cardoso pôde mostrar mais da natureza realista e pragmática de suas aproximações. Conforme observa Cervo (2002), a maioria dos países africanos também passavam por reformas neoliberais, o que contribuiu para aproximar a agenda brasileira com a africana, visto a semelhança da natureza financeira de seus mercados em desenvolvimento (CERVO, 2002, p.24).

No entanto, Silva (2012) relembra que, a aproximação brasileira ao continente se

usos pacíficos da energia nuclear em 15 de setembro de 1994. Cervo (2002) destaca dois países: França e Espanha. No primeiro: “a França veio atrás do espaço deixado pelos parceiros de outrora. Relações históricas inertes foram substituídas por recente dinamismo. Concertou-se a imagem desfavorável do Brasil na França, firmou-se novo Acordo Quadro de Cooperação, planejaram-se ações de médio prazo e estabeleceu-se inédita cooperação fronteiriça na Guiana Francesa” (CERVO, 2002, p. 23) e ao segundo: “As relações entre Espanha e Brasil põem terno nos anos noventa ao distanciamento tradicional. Politicamente, a Espanha assimilou o mundo luso e se apresentou como nexos entre Europa e América Latina. Percebeu cada país a importância do outro nos processos regionais de integração. No Brasil o governo e na Espanha os empresários assumiram o papel protagônico dessa nova fase das relações bilaterais. Aproveitando com esperteza as oportunidades abertas pela privatização, os capitais espanhóis fizeram a festa no Brasil, situando-se em primeiro lugar no ano 2000, com investimentos de 9,6 bilhões de dólares.” (CERVO, 2002, p.24).

diferenciou da tradição da PEB em estabelecer diálogos e acordos com vários países ao mesmo tempo. Cardoso priorizou as chamadas “nações âncoras”, laços seletivos com países africanos que de fato pudessem colaborar no projeto de desenvolvimento nacional e tinham peso no sistema internacional (SILVA, 2012, p. 29).

Segundo Natalino (2020), destaca-se que África do Sul e Angola foram as duas partes selecionadas nesse contexto, cujo empenho político de Cardoso com elas teve mais intensidade e empenho²⁶ (NATALINO, 2020). O chanceler Luiz Felipe Lampreia, em 1995²⁷, afirmou que a África do Sul seria uma das prioridades da PEB, pelo peso que o país tem para o resto do continente africano, e pela capacidade de influência daquele país com a Angola, cuja dívida com o Brasil chegava a US\$ 900 milhões (SILVA, 2008, p. 269). Em novembro de 1996, FHC viajou à África do Sul, assinando acordos bilaterais e estabelecendo a comissão mista Brasil-África do Sul. Nelson Mandela, em retribuição, visita o Brasil em julho de 1998²⁸, com pautas de aproximações comerciais via MERCOSUL e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e da criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que reúne os países que têm "o oceano em comum e defendem a desnuclearização da área" (SILVA, 2008, p. 272).

Acerca da Ásia, a prioridade das aproximações pragmáticas em busca do posto de *Global Player* e *Global Trader* em acordos com países da região, conforme visto em outras situações, encontrou foco prioritário, mas não exclusivo, em países como China, Índia e Japão.

Segundo Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), o primeiro país da lista de FHC foi a China. Cardoso visitou o país em dezembro de 1995, tendo permanecido na região por quatro dias, estabelecendo contatos comerciais e políticos (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Observa-se que, nos próximos anos, até o final do segundo mandato de FHC, as exportações brasileiras para a China duplicaram, tornando-a o segundo maior parceiro comercial brasileiro (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p.54). Certas iniciativas anteriores, como a celebrada no protocolo de cooperação para pesquisa espacial, no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 1982, produziu efeitos no período de seu governo, que nesta ocasião foi conseguir

²⁶ Para ver mais sobre as relações do Brasil com outros países africanos, Silva (2008) e Martins (2006).

²⁷ Lampreia visita à África do Sul em maio de 1995. Lá, estabeleceu diálogos para auxiliar o governo de Angola com o envio de 1.100 soldados, via missão de paz UNAVEM III, a terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola. Destaca-se que o Brasil já participava das missões UNAVEM I e II, mas não com a presença do contingente de militares da III. Para mais, ver em Natalino (2020) e Silva (2008). Vigevani (2003) afirma que a missão de paz brasileira retoma os interesses empresariais na Angola (VIGEVANI, 2003, p.55).

²⁸ Segundo Silva (2008), “A recepção a Mandela foi maior que a oferecida ao norte-americano Bill Clinton. A viagem foi resultado de uma negociação do Itamaraty para que Mandela retribuísse a visita do presidente brasileiro à África do Sul antes de Cardoso terminar o seu mandato. Para a visita de apenas um dia, foi programada salva de 21 tiros de canhão, revista de tropas, cerimônias nos palácios do Planalto e do Itamaraty e, a pedido dos assessores de Mandela, substituição do tradicional jantar de autoridades por um almoço, evitando assim o desgaste físico do visitante. (SILVA, 2008, p. 271)

colocar em órbita o primeiro satélite sino-brasileiro, o CEBRIS (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p.54).

No caso da Índia, de modo resumido, Cardoso tratou com grande importância a aproximação com Nova Delhi, como uma forma de incremento de relações com a Ásia. Cardoso (2001) e Lampreia (1998), destacam a importância deste país para o Brasil, de modo que poderia ser uma “âncora” para as relações brasileiras com a Ásia (CARDOSO, 2001; LAMPREIA, 1998). Diversas iniciativas de cooperação foram assinadas entre as duas partes, e o nível de exportação da Índia para o Brasil aumentou significativamente no período. Em termos de postura internacional, ao menos na ONU, ambiente importante para a relação indo-brasileira, os dois emergentes lutaram juntos, formando coalizões e liderando países do G77 para devido reconhecimento de seus respectivos pesos em suas demandas pela expansão do CSNU. Também na OMC, alinharam suas políticas externas afim de intensificar suas alianças. As relações são melhores descritas e analisadas no tópico 2.4, que se dedica a dar ênfase a esse momento.

Acerca do Japão, o esforço da gestão de Cardoso em fazer acertos e ajustes macroeconômicos transmitiu confiança ao mercado japonês, que a partir disso desenvolveram novas parcerias e novos projetos com o mercado brasileiro (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). O destaque das iniciativas vai para os acordos nas áreas de meio ambiente, no desenvolvimento de combustível ecologicamente correto, na área sucro-alcooleira, e para o setor automobilístico (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Além disso, a cooperação entre as duas nações para a solidificação das tratativas da reforma do Conselho de Segurança, tendo sido também membro do G4 e lutado pela ampliação de uma cadeira permanente.

Em relação ao Oriente Médio, Silva (2008, 2012) afirma que houve um distanciamento da diplomacia brasileira, durante principalmente o primeiro mandato de FHC²⁹, da agenda com certos países da região (SILVA, 2008, 2012). Isto pois, apesar da importância que o Oriente Próximo passa a ter para o Brasil no final dos anos de 1970, além da década de 1980 como um todo, o fim da Guerra Fria acabou afastando aquela intensidade observada nos regimes militares para com as agendas brasileiras, comerciais e políticas, com países da região, visto a limitação do alcance que essas parcerias demonstravam ter para o Brasil (SILVA, 2012). Além disso, questões envolvendo ameaças terroristas contra os Estados Unidos, parceiro de grande importância e de primeira ordem para o Brasil, promoveram um ambiente de alinhamento político entre EUA e Brasil na ONU –

²⁹ Importante destacar que esse afastamento não foi completo, e houveram iniciativas de aproximação. Em outubro de 1995, Yasser Arafat, líder da autoridade palestina foi recebido no Brasil, e teve a promessa de que o governo brasileiro investiria em melhorias na região e de que poderia colaborar com os palestinos em diversas áreas, como agricultura, saneamento, ciência e tecnologia e educação. Mesmo assim, Segundo Silva (2008) as aproximações não foram para frente.

inclusive um dos poucos de todo o período do Brasil – o que, conseqüentemente, mostrava a queda de aderência com interesses de modo geral com o oriente próximo (SILVA, 2012, p. 262).

Sobre as relações entre Estados Unidos e Brasil, estas passam a se desenvolver em um ambiente de moderação, mesmo destacando a amizade e cordialidade entre os presidentes Bill Clinton (1993-2001) e Fernando Henrique Cardoso. Se o Brasil almejava ser um *Global Player* isso passou, necessariamente, por incrementar melhoras nas relações com Washington, visto que o fim da Guerra Fria trouxe, ao menos no primeiro momento, um peso de certo modo unipolar norte-americano, que se consolida, em primeiro plano, como a única potência de grande referência hegemônica global. Para Almeida (2004), Bernal-Meza (2002), Cervo (2002), Vigevani, Oliveira e Cintra (2003), a cautela com os Estados Unidos vigorou sob contexto de reciprocidade moderada nesse período por que houve, ao longo das relações entre os dois países, um conflito de agendas comerciais e políticas (ALMEIDA, 2004; BERNAL-MEZA, 2002; BUENO; CERVO, 2008; CERVO, 2002; VIGEVANI; CEPALUNI, 2016; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Na parte comercial, os EUA aplicavam uma diplomacia comercial que dificultava a inserção de produtos brasileiros naquele país, cobrando concessões à retirada de barreiras comerciais em áreas estratégicas como informática, siderúrgica, produtos farmacêuticos e subsídios, o que foi uma das práticas do exercício de sua hegemonia (ALMEIDA, 2004; BERNAL-MEZA, 2002; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Neste contexto, um dos principais ambientes de entraves entre as duas nações foi na OMC. Foi neste fórum, em conjunto com a Índia, que o Brasil formou coalizões que impediram acordos que não beneficiassem países em desenvolvimento, liderando as principais iniciativas de oposição até então vistas, com base em uma avaliação racional e pragmática (TICKNER, 2016).

Para a maioria dos autores aqui analisados, o Mercosul, ao lado das posturas na OMC, passou a ter um peso estratégico relevante ao ponto de poder tornar a ALCA irrelevante, visto que, com o processo de integração dos países da América do Sul, não se justificava fazer as concessões tarifárias requisitadas por Washington, cruciais para os norte-americanos no projeto da ALCA. O acordo quadro entre Mercosul e União Europeia, passa a ser a aposta de que os produtos dos países que compunham o bloco, sobretudo brasileiros e argentinos, acessariam mercados a despeito alternativos aos EUA. No seu diário, Fernando Henrique Cardoso, no dia 27 de fevereiro de 1997, ilustra destaca em relação à questão debatida a necessária “defesa intransigente dos nossos interesses”:

[...] precisaremos acelerar o Mercosul, as relações com a Europa, que o grande adversário efetivo nesse processo todo vão ser os Estados Unidos. Temos que desenvolver uma política de boa vizinhança e defesa intransigente dos nossos interesses, correr com a integração da América do Sul e o apoio da Europa. Não sei se vai dar certo, mas é o que

corresponde ao interesse nacional. E precisamos deixar os americanos, por um lado, sem o temor de que possamos fazer alguma coisa que os ponha em perigo, até porque não temos força para tanto, e, por outro lado, sem que imaginem que vão poder nos engolir, porque também não vão. Afinal, bem ou mal, a questão da ALCA é entre Estados Unidos e o Brasil. (CARDOSO, 2016, p. 110)

“Deixar os americanos sem temor” (CARDOSO, 2016, p.110) foi, por outro lado, a parte da agenda política discutida entre os dois países. Este ambiente passa a ser visto por FHC como oportuno para dirimir e reduzir as tensões com os Estados Unidos e inaugurar período de ideias renovadoras acerca da posição brasileira em debates cujas posições históricas do Brasil sempre foram contrárias. Esse contexto, nas palavras do presidente, é desenhado da seguinte maneira:

Não é fácil fazer uma avaliação do cenário mundial de nossos dias. Isso se deve, em parte, ao fato de estarmos ainda atravessando um longo período de transição, que começou com a queda de um muro e que continua hoje com muitos pontos de interrogação. Entre esses pontos de interrogação, existe um que se destaca do ponto de vista da política externa do Brasil: até onde poderemos ir na direção de crescentes fluxos transnacionais e de uma interdependência internacional cada vez maior sem o desenvolvimento proporcional de estruturas de governança? Não existe, acaso, um déficit de governança em um mundo que se torna, a cada dia, mais globalizado, mas no qual a cooperação internacional deixa de responder a alguns dos problemas mais sérios? (CARDOSO, 2001, p. 8)

No que se refere a um dos “déficits de governança no Brasil” e “resgate de hipotecas que ainda pesavam sobre a credibilidade do País” (LAMPREIA, 1998, p. 13) foram as defesas de certas posturas que convergiam ao Movimento dos Não Alinhados, sempre combativas e dissonantes das regras internacionais. O novo momento pós-Guerra Fria, fez com que Cardoso e sua equipe engajassem a PEB nos termos mais pacifistas possíveis em assuntos de segurança internacional, optando por abandonar teses contrárias e críticas ao processo de adesão a regimes globais de não proliferação, presentes durante quase todo o período de Guerra Fria (BUENO; CERVO, 2008; RICUPERO, 2017; VIGEVANI; CEPALUNI, 2016; VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Assim, o Brasil aderiu ao MTCR, em outubro de 1995, e ao NSG em maio de 1996, e ao CTBT também em 1996, apesar do acordo não ter entrado em vigor pela não assinatura norte-americana. Quanto ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), este foi ratificado no último ano de seu mandato, em 1998, com várias questões pontuais que serão melhor analisadas nos capítulos seguintes deste trabalho.

Esse processo de transformação gradual da PEB, em que teve predomínio de uma visão mais pragmática, foi o mesmo visto em ambientes onde o governo FHC também travou intensas lutas, a ONU e o CSNU. Destaca Cervo (2002) que essa será a “adesão de modo não simples” em que o Brasil, confrontado com múltiplas possibilidades e dificuldades, “dança” sob os paradigmas que pairavam sob ele (CERVO, 2002). Essa é a intensificação do multilateralismo pragmático que aproximou o das nações em desenvolvimento de uma agenda comum.

A principal demanda brasileira na ONU, ao menos durante o primeiro mandato de FHC, foi por uma reforma democrática de seus fóruns de discussão, principalmente o que mais interessou a PEB, a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Segundo Silva (2008), a defesa por uma “globalização não excludente”, mas sim “solidária” passava necessariamente pelo aumento da relevância do poder de países em desenvolvimento, não apenas no CSNU, mas como também por toda a ONU (SILVA, 2008). Ao lado do Brasil, lutaram por esta mesma agenda, Argentina, Índia e outros países emergentes, que também brigavam por um assento permanente no conselho, todos sem grandes sucessos em concretizar esse objetivo. Mais detalhes sobre a questão serão devidamente explorados ao analisarmos os programas nucleares dos dois países.

1.3 Revisão geral da Política Externa indiana entre os anos de 1995 a 1998

O fim da Guerra Fria para a Índia transformou sua política externa, influenciada também pelas mudanças políticas internas. Por décadas, a Índia foi administrada predominantemente pelo Partido Congresso Nacional Indiano, fundado em 1885 e principal partido político até 1990 (mesmo considerando pequenas transições de partidos a partir de 1977). A tradição ideológica de Nehru (progressismo, secularismo, não alinhamento e um moderado nacionalismo), o Primeiro Ministro (PM) do país, um dos grandes responsáveis pelo processo de independência dos britânicos, predominou como a principal base política do partido por quase toda a segunda metade do século XX, influenciando o modo de pensar e agir na Índia, e tornando-se uma tradição seguida à risca por todo o período mencionado.

A visão de Nehru, conforme citada, possuía como objetivo internacional buscar o não alinhamento e independência, tradição que se tornou imperativa nas decisões de política externa da Índia até as grandes transformações dos anos de 1990. Ganguly (2009), Chiriyankandath (2004), Perkovich (2000) e Malone, Mohan e Raghavan (2015) são categóricos ao afirmar que, a partir da virada para os anos de 1990, há a adoção de uma visão mais pragmática nas decisões de política externa indiana, e, quanto a inserção indiana no contexto global, se aproximam medidas mais ligadas aos conceitos realistas das relações internacionais, mostrando indícios e sinais de desgaste e erosão desta tradição política (CHIRIYANKANDATH, 2004; GANGULY; PARDESI, 2009; MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015).

Dessa forma, a era “pós-Nehru” retrata o pensamento das elites indianas diante do fim do século XX, e como as ideias se transformam naquele país. Percebe-se, no entanto, que aquela nova década, a última do milênio, havia trago novas disputas para saber quem sucederia o legado de Nerhu, nessa “nova era”. Mesmo que a vitória do PM Narashimha Rao, em junho de 1991,

significasse a permanência do Congresso Nacional Indiano no poder, a vitória estava longe de ser como antes. Narashimha Rao foi eleito para o mandato entre 21 de junho de 1991 a 16 de maio de 1996, e teve uma base na câmara baixa indiana, Lok Sabha, de 232 cadeiras, contra as 120 conquistadas pelos deputados do Partido do Povo Indiano, que aqui será chamado pelo seu nome original, o Bharatiya Janata Party (BJP)³⁰. O expressivo crescimento do BJP acompanhava as tendências populares na Índia, que apelavam para um partido ultranacionalista, anti-muçulmano e conservador. Em 1996, disputaram o cargo de Primeiro Ministro três candidatos, sendo o vitorioso Atal Bihari Vajpayee, do BJP. No entanto, o BJP, naquelas eleições, não conseguiu formar maioria no congresso, não conquistando assim o voto de confiança da câmara baixa indiana (Lok Sabha).

Isso fez com que Vajpayee reconhecesse a inviabilidade de seu governo, instável devido a não confiança recebida pelo congresso. Vajpayee, após tentar várias vezes negociar com o Lok Sabha, renunciou ao cargo em 1 de junho de 1996, deixando a coalizão Frente Unida, às pressas, nomear para o cargo de PM um candidato sem grande experiência, H. D. Deve Gowda, do Partido Secular Indiano (Janata Dal). A inexperiência de Deve Gowda e o fato de não ter tido grande apoio desde o começo, provocam sua renúncia em 21 de abril de 1997. Novas eleições são feitas no Lok Sabha, elegendo finalmente Inder Humar Gurjral, que permanece no cargo até 19 de março de 1998. Neste ano, na 12ª eleição geral, o BJP, que já havia conquistado número expressivo de assentos em 1996, vence novamente o Partido do Congresso, e conquistou 140 cadeiras no Lok Sabha. Finalmente, com uma base sólida na câmara baixa, nomeia Atal Bihari Vajpayee para o cargo de PM, permanecendo no cargo até maio de 2004.

Observa-se que, neste período, predominava a visão de que era “pós-Nehru” exigia uma mudança de postura da Índia no contexto internacional. Um fator relacionado a isso deve-se, principalmente, a queda da URSS, já que eram um dos principais parceiros dos indianos (CHIRIYANKANDATH, 2004; GANGULY; PARDESI, 2009; MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015). Dessa forma, a Índia teve que buscar de maneira hábil, com um cenário de instabilidade política interna em 1990³¹, com quem contar para solucionar os seus grandes desafios de segurança alimentar, energética e militar. Como uma potência emergente, inclusive nuclear, os políticos indianos, atentos às transformações mencionadas, tiveram que se adaptar rapidamente um cenário de unipolaridade norte-americana. Com este enfraquecimento, crescem as

³⁰ A ideologia do BJP se liga com o movimento ultranacionalista hindu, que deseja trazer novamente a unidade dos indianos de uma hegemonia cultural e linguística, aglutinados na ideologia chamada Hindutva. Utilizam a cor laranja como forma de identidade visual. Será debatido alguns conceitos do partido mais adiante neste trabalho. Porém, para mais, ver Henrik Berglund (2004).

³¹ Tendo em vista a renúncia de Vajpayee e denúncia de escândalos de corrupção. Ver mais em Perkovich (2000) e Abraham (2014).

preocupações com sua área geográfica, motivadas pelos conflitos com o Paquistão na região da Caxemira (CHIRIYANKANDATH, 2004). Malone, Mohan e Raghavan (2015) retratam este contexto de maneira pontual no trecho destacado

O fim da Guerra Fria alterou dramaticamente o ambiente externo exigindo que a Índia examinasse todos os pressupostos centrais da sua política externa. Mas ao contrário de Rajiv e Indira Gandhi, os primeiros-ministros que os seguiram não comandaram maiorias parlamentares robustas. Todos eles tiveram de trabalhar no corpo de governos de coligação, isso é, não majoritários. A grave crise da balança de pagamentos da Índia na viragem dos anos 90, coincidindo com a queda do Muro de Berlim, exigiu mudanças políticas significativas tanto na vertente económica como na vertente externa (MALONE, MOHAN; RAGHAVAN, 2015, p.187, tradução nossa).

Sem a URSS, as aproximações com os EUA tornam-se uma das prioridades para política externa da Índia. O país carecia abrir comercialmente também ao ocidente, e Washington foi a porta de entrada (GANGULY; PARDESI, 2009; MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015). Na década de 1990, o comércio entre EUA e Índia cresceu 264% (CHIRIYANKANDATH, 2004, *apud* GARVER, 2002, p. 10). A fonte destas receitas eram as vendas relacionadas a equipamentos tecnológicos, balança comercial que, para Chiriyankandath (2004) foi muito a favor da Índia (CHIRIYANKANDATH, 2004, p. 206). Também seguiam como estratégicas aproximações comerciais, políticas e militares com atores indispensáveis para fortalecer as parcerias da Índia, sendo estas nações: Rússia, Japão, Brasil, África do Sul, Israel e Coreia do Sul, cada um com características e pesos diferentes (GANGULY; PARDESI, 2009).

O fato da Índia ser a maior democracia da Ásia significou bastante para o fortalecimento de laços com o ocidente, sobretudo com os Estados Unidos. Em 1992, durante o processo de paz entre Israel e Palestina, Narashimha Rao estabelece relações diplomáticas com Israel (MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015). Esse é um dos acontecimentos que impacta diretamente no processo de alinhamento com políticas ocidentais, corrigindo as antigas posições pró-árabes, como aquela votada pela Índia em 1975 em uma resolução da ONU que reconhecia o sionismo, movimento de autodeterminação judaica, como sendo uma forma de racismo e preconceito racial (MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015).

Esse reconhecimento teve um peso estratégico para os Estados Unidos, visto que poderia ser, e de fato mostrou-se que foi, sobretudo com os atentados de 11 de setembro de 2001, uma posição estratégica de um aliado norte-americano na Ásia contra o terrorismo do Oriente Médio. Além disso, o reconhecimento de Israel foi um sinal claro de que o governo indiano não mais se alinharia com a agenda árabe de maneira como fez no passado, o que sinalizou à população muçulmana que vive na Índia, sobretudo no contexto das relações com o Paquistão, que a era “pós-

Nehru” na Índia tinha como característica abandonar essas posturas no cenário internacional, fortalecendo as narrativas anti-muçulmanas, presentes até hoje no partido BJP (MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015). Destaca-se o trecho de Ganguly que contextualiza a precariedade das relações indo-paquistanesas nesse período.

Assim, as relações com o Paquistão, o adversário de longa data da Índia, continuaram a ser controversas como sempre. Em grande medida as relações com o Paquistão deterioraram-se devido ao surto de uma insurreição étnico-religiosa no estado disputado de Jammu e Caxemira, em dezembro de 1989. As origens desta insurreição foram maioritariamente indígenas e podiam ser traçadas a um processo de crescente mobilização política num contexto de constante decadência institucional. No entanto, com o surto da insurreição, os responsáveis políticos do Paquistão entraram rapidamente na briga e ajudaram a transformar uma revolta em grande parte interna num tumulto ideológico, sangüinário e de extorsão. Numa tentativa de reprimir a insurreição, a Índia recorreu a uma estratégia de contra insurgência consagrada em outras ocasiões. Isto envolveu o uso substancial da força contra os insurgentes, mas com a promessa de eleições livres e justas, uma vez que estes se mostraram dispostos a abandonar a sua agenda secessionista. Tal como com outras operações de contra insurgência, esta estratégia teve, em partes, sucesso. Contudo, embora tenha reduzido a insurreição a proporções controláveis, não foi capaz de a eliminar por completo. O contínuo apoio logístico paquistanês aos insurgentes, o fornecimento de santuários na Caxemira controlada pelo Paquistão e uma fronteira porosa impediram a Índia de suprimir com sucesso a insurreição (GANGULY, 2009, p.14, tradução nossa).

Segundo Perkovich (2000) e Chiriyankandath (2004), o cenário pós-Guerra Fria contribuiu para estimular o desenvolvimento do programa nuclear da Índia, visto o aumento das tensões entre Paquistão e Índia na Caxemira (CHIRIYANKANDATH, 2004; PERKOVICH, 2000). Esse cenário de tensão entre o Paquistão nuclearmente latente e a Índia uma potência nuclear, fez com que o governo de Bill Clinton acelerasse o processo de conversações do CTBT e da extensão do TNP, depois da Conferência de Revisão (RevCon) de 1995, pressionando o governo indiano a ratificar os dois tratados, como forma de evitar a Índia de fazer um teste nuclear, que poderia acionar uma tensão ainda maior com o Paquistão (GANGULY; PARDESI, 2009).

Ainda para Perkovich (2000), a pressão política dos Estados Unidos para que a Índia ratificasse os dois tratados provocou uma reação política diferente nos indianos: o PM Narashimha Rao via esse processo como de uma grande hipocrisia, mas não concordava com uma dissuasão nuclear como resposta às tensões com o Paquistão, enquanto boa parte da comunidade científica e política da Índia, sobretudo indivíduos destes grupos ligados ao BJP, via como indispensável a execução de testes nucleares, vista a pressão política não apenas dos Estados Unidos, como de outros países, para a ratificação do CTBT e TNP (PERKOVICH, 2000, p. 365). Mesmo assim, Rao autorizou preparações para um teste nuclear e a Índia tenta fazê-lo em dezembro de 1995, o primeiro desde o “Smiling Buddah” em 1974 (PERKOVICH, 2000). A tentativa foi logo descoberta por satélites norte-americanos, e revelada publicamente no jornal “The New York

Times” no dia 15 de dezembro de 1995³², ocasião na qual o presidente Bill Clinton apelou a Rao para que abandonasse a tentativa (PERKOVICH, 2000).

A tentativa dos testes de dezembro de 1995 foi de fato consumada após o PM do BJP, Atal Bihari Vajpayee, assumir o poder em março de 1998, o que será detalhado no capítulo segundo. Como uma sinalização às suas bases nacionalistas, que apoiavam a adoção da opção de armas nucleares, o PM consegue com sucesso implodir cinco artefatos nucleares debaixo do solo, evento conhecido como Pokhran II, entre os dias de 11 e 13 de maio, declarando-se pela primeira vez como um país nuclearmente armado (PERKOVICH, 2000). No entanto, é importante destacar que Chiriyankandath (2004, p. 203) e Perkovich (2000) afirmam que a opção pelo teste de 1998 não foi causado, unicamente pela influência política do BJP, ou mesmo pela decisão de seus quadros ideológicos que se respaldavam na conduta de uma política interna e externa com objetivos de consolidar o movimento nacionalista hindu, mas sim antes de tudo:

No entanto, a adoção de armas nucleares pela Índia não foi o produto de um anseio nacionalista hinduísta por um Estado nação forte [...]. Itty Abraham (1998) e George Perkovich traçaram a gênese e o desenvolvimento do programa nuclear indiano, o mais antigo fora da Europa e da América do Norte (o primeiro reator) de investigação da Índia, fornecido por britânicos, tornou-se operacional em 1956). O enigma é a razão pela qual a Índia levou tanto tempo a adoptar armas nucleares publicamente como a razão pela qual o fez quando o fez. A Índia poderia ter testado um dispositivo nuclear pouco depois dos chineses, mas optou por não o fazer. Houve três considerações principais. Primeiro, não foi visto como urgente em termos de segurança nacional. Em segundo lugar, os custos, em termos financeiros, estratégicos e morais, foram vistos como ultrapassando os benefícios. Finalmente, teria comprometido os esforços infrutíferos da Índia para assegurar que o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) de 1968 abordasse as preocupações dos Estados não nucleares (CHIRIYANKANDATH, 2004, p. 203, tradução nossa).

O sucesso de Pokhran II despertou reações negativas, como era de se esperar, no mundo todo. Quando a Índia realizou seus cinco testes nucleares em maio de 1998, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade a resolução número 1172 exigindo que a Índia e Paquistão, que realizou seis testes subsequentes em maio de 1998, revertissem seus programas nucleares e de mísseis (MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015; PERKOVICH, 2000). Além disso, provocou a reunião de chanceleres do G-8 mais África do Sul, Brasil, China, Filipinas e Ucrânia, que se posicionaram contra os testes realizados pelos dois países, participação na qual o Brasil também se posiciona veementemente contra Pokhran-II. Mesmo assim, sem sucesso mesmo com diversas sanções e críticas, a Índia não assinou o CTBT, tampouco o TNP, permanecendo rígida no posicionamento de que o “monopólio da bomba” não deveria ser apenas

³² “U.S. Suspects India Prepares To Conduct Nuclear Test”. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/12/15/world/us-suspects-india-prepares-to-conduct-nuclear-test.html>. Acessado em 25/05/2021

dos ditos *Nuclear-Weapon States* (NWS)³³. No âmbito da ONU, após os testes, o objetivo da Índia em ocupar um assento permanente no CSNU, deixou de ser uma possibilidade real tendo em vista a repercussão negativa dos testes.

As relações com outras nações, no ambiente de decisões da Índia, também devem ser destacadas. Com a Rússia, após a queda da União Soviética, fica claro que era urgente para Índia estabelecer outros novos laços com este novo governo. Em 1993, os dois países assinaram um Tratado de Amizade e Cooperação e, um ano após, um Acordo de Cooperação Técnico-Militar (KAPOOR, 2019). O intercâmbio de conhecimento humano estabelecido por programas de estudos universitários, e intercâmbio empresarial, originado sobretudo por causa dos vínculos com a URSS, foram muito presentes durante o período de abertura da Rússia (KAPOOR, 2019). Porém, o nível de integração e aproximação entre os dois países ficou instável com os sinais de enfraquecimento e crise da economia russa nos anos seguintes (KAPOOR, 2019; MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015). Em contrapartida, como ressalta Harshe (1998), muito pouco da parte russa foi feito quanto ao interesse de reaproximar os vínculos entre os dois países, razão pela qual a Índia teve uma baixa prioridade para Moscou naquele período, mesmo a despeito do contrário para Nova Delhi (HARSHE, 1998, p. 460).

Com os chineses, no imediato pós-Guerra Fria, apesar das questões envolvendo apoio da China ao programa nuclear do Paquistão, Malone, Mohan e Raghavan (2015), Chiriyankandath (2004) e Ganguly (2009) apontam para uma reaproximação diplomática, sendo que nos interesses econômicos, nos anos de 1990, precedeu as divergências políticas colocando os dois países em uma relativa coexistência pacífica (CHIRIYANKANDATH, 2004; GANGULY; PARDESI, 2009; MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015). Destaca-se que em 1988, o então PM indiano Rajiv Gandhi fez visita à China para incrementar o impulso em normalizar a relação entre os dois países, algo que veio com bastante força após a queda da URSS, e dois anos após foi a vez do PM Rao ir até Pequim, iniciativa essa relacionada a necessidade de aproximar os laços diplomáticos entre os dois países.

Logo, buscaram naturalmente, entre os anos de 1990, mesmo após o teste nuclear subterrâneo de 1995, por parte do governo chinês, em pleno período de negociação do CTBT, e os de maio de 1998, por parte do governo indiano, tentar pacificar as relações diplomáticas e políticas entre ambos. Em partes, essa medida foi exitosa. China e Índia estreitaram suas relações neste período de forma que algumas de suas diferenças, como a questão fronteiriça, foi colocada de lado

³³ Nuclear-Weapon States, ou Estados Nuclearmente Armados (tradução nossa) remete ao grupo de cinco países (Rússia, Estados Unidos, China, França e Reino Unido) que se tornaram os primeiros a deter arsenais nucleares. Convencionou-se utilizar para este estudo a sigla NWS para tratar exatamente deste clube seletivo.

a despeito de uma agenda mais colaborativa. Um exemplo disso foi a visita, em 1996, do presidente chinês Jiang Zemin à Índia, tendo sido o primeiro a retribuir o gesto desde a normalização das relações entre os dois países. Na visita, foi assinado um acordo entre o Governo da China e o Governo da Índia sobre formas de como promover a confiança militar nas suas fronteiras (JAIN, 2004). A partir de então, as relações partiram dessas bases, para logo mais, a partir de 1998, com o BJP ficarem instáveis novamente.

1.4. Relações Brasil e Índia entre 1995 a 1998

Foi nessa conjuntura analisada nos tópicos acima que a Índia se concretizou como uma das grandes opções de Cardoso nessa diversificação de parcerias. O país demonstrou ter um peso relevante entre as parcerias que o Brasil fez entre os anos de 1995 a 2002. Naquele período, a Índia conseguiu atingir bons índices econômicos, uma relevante presença na balança de exportações do Brasil, e papel relevante na ONU (BERNAL-MEZA, 2002), além do status de potência nuclear em 1998, com os testes de Pokhran I e II (PERKOVICH, 2000).

Durante esse período, autoridades brasileiras e indianas cortejaram umas às outras. A título de exemplo da parte indiana, foi a importante declaração de 11 de dezembro de 1995 do PM da Índia, Narasimha Rao, que disse: “não haver nenhuma parceria mais promissora do que aquela com o Brasil, razão pela qual FHC visitaria a Índia como convidado de honra no dia da República”³⁴. Da parte brasileira, a fala do Secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião de sua presença no Seminário Brasil e Índia, no Rio de Janeiro, que cita e 12 janeiro de 1996³⁵, cujo destaque é parte do seu discurso:

Esta é talvez a questão central que convém destacar: o interesse pelo futuro das relações indo-brasileiras deve-se ao reconhecimento do enorme potencial que nelas se encerra e que se traduz não só no adensamento dos vínculos bilaterais, mas também na cooperação para a redefinição do sistema internacional. Redefinição que é uma exigência da realidade global em acelerada transformação que vivemos (BRASIL, 2008).

Também pode ser acrescentada a essas duas passagens a entrevista, de 20 de janeiro de 1996, que FHC concedeu ao jornal *The Hindu*, ressaltando que a “Índia é um país chave para o

³⁴ Arquivo pessoal do Chanceler Sr. Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 840] 06 dez. 1995, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. Declaração do Primeiro Ministro.

³⁵ Como o organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) da Fundação Alexandre de Gusmão, entre os dias 11 e 12 de janeiro de 1996, em que foi produzido o livro “Estratégias, Índia e Brasil”, publicado pelo IPRI em 1997, contendo um dossiê de como a diplomacia brasileira via potencialidades nos indianos, e vice-versa, Guimarães (1997).

Brasil”³⁶. O presidente, que fez viagem em janeiro de 1996, inaugurou a primeira que um presidente brasileiro faria ao país até então, tendo sido o convidado de honra no dia da República Indiana.

Ainda que tenha corrido o risco de ser considerada um Estado párea pelos testes de 1998, sobretudo perante as potências nucleares globais, a Índia continuou confrontando o que não considerava correto na nova ordem global, sobretudo mantendo-se assertiva nos fóruns de debate, muito em razão do seu peso geopolítico e da sua capacidade de negociação e diálogo perante seus pares globais, dentro do contexto que se formou no final anos de 1990 (NARLIKAR, 2016), algo que chamou atenção do Brasil, que acompanhou em certa medida algumas dessas ações.

É possível observar que o pragmatismo, assim como no Brasil, também tomou frente na formulação de política externa da Índia em 1990, principalmente no imediato pós-Guerra Fria. O que provocou isso foi, em grande medida, o monopólio de poder dos Estados Unidos, o que impactou na forma como a Índia se comportava, fazia e estabelecia alianças e acordos com outros países (CHIRIYANKANDATH, 2004). Diante desse cenário, constata-se o comportamento pragmático da Índia na OMC, ambiente no qual ocorre um grande esforço em prol da cooperação para construção de um mundo multipolar, baseado principalmente no fortalecimento do sul-global, respostas coletivas a problemas mundiais, e contraponto a hegemonia unilateral dos Estados Unidos, conclamando outros Estados em desenvolvimento para cooperarem nessa agenda (CHIRIYANKANDATH, 2004; NARLIKAR, 2016)³⁷.

Narlikar (2016), que refletiu acerca da postura da Índia na OMC, cita a participação do país nessa organização como um dos pilares da ascensão e reestruturação indiano no sistema internacional, demonstrando como esse exemplo em específico também repercutiu e reverberou entre nações em desenvolvimento e desenvolvidas nos anos 1990. A forma como que a Índia ganhou destaque na OMC, organizando e aplicando vetos em nas rodadas de negociação da OMC em Doha, fazendo contraponto não apenas aos Estados Unidos, mas também às outras nações desenvolvidas, chamou a atenção dos demais acerca de poderem exercer suas vontades de maneira mais autônoma (NARLIKAR, 2016). Isso aproximou, naturalmente, países como o Brasil, somando a agenda do Sul-Global (CHIRIYANKANDATH, 2004; NARLIKAR, 2016).

³⁶ Acervo Pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso. CARDOSO, Fernando Henrique. India is a key country for us, says Brazilian President. The Hindu, [Chennai], 20 jan. 1996. 4 p. Cópia reprográfica. Entrevista concedida a K. K. Katyal.

³⁷ Narlikar (2016, p. 357) discute que essa postura da Índia na OMC é reflexo de anos de acúmulo e aprimoramento nas suas capacidades de negociação no fórum, sobretudo enquanto esteve amadurecendo sua postura enquanto a OMC ainda era apenas o GATT (General Agreement on Tariffs and Trade)).

Para Narlikar (2016) e Chiriyankandath (2004), esse foi um demonstrativo de um poder em ascensão bem como também de liderança de Índia e Brasil, o retrato de forças em desenvolvimento no contexto internacional, lutando pelas suas agendas e interesses (CHIRIYANKANDATH, 2004; NARLIKAR, 2016). O sucesso que a Índia teve em construir coalizões capazes de contrapor EUA e União Europeia em votos estratégicos, dentro da nova ordem liberal global, deu-se, principalmente, a partir de uma seleção cuidadosa e pragmática, de Estados parceiros, com base na formulação de uma agenda que evitou, sempre que pôde, fragmentações e discordâncias, mantendo-se compreensiva com as demandas de nações equivalentes a ela, como era o caso do Brasil (NARLIKAR, 2016, p. 366).

A habilidade de negociação da Índia nesse contexto em específico, demonstrou o papel central que teve durante a reestruturação do contexto internacional pós-Guerra Fria. A resposta de Brasil e Índia ao avanço da liberalização institucional global, marcada pelo fim da lógica de barganha predominante na Guerra Fria, foi de buscar resistir e enfrentar diretamente as decisões assimétricas das nações ricas e poderosas, sem que isso resultasse necessariamente isolamento (NARLIKAR, 2016). A formação de coalizões e a aproximação bilateral foram, portanto, os principais meios estimulados que assegurassem uma participação competitiva destes países nesse novo período das relações internacionais. Brasil e Índia compartilhavam, assim, das mesmas prerrogativas e ideias nos ambientes em que se aproximaram.

Outro ambiente pelo qual os dois países se aproximaram foi a luta pela reforma assentos permanentes no CSNU. Ambos apoiavam que o Conselho de Segurança (CS) deveria ser revisado, o que significava que o conselho deveria abrigar também os interesses do G-77³⁸, dando acesso a representantes dessas nações ocuparem a vaga restrita somente ao G5³⁹. Dessas nações, após diversas discussões e votações na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre o tema, surge o G4, sendo seus membros, Brasil, Índia, Japão e Alemanha, os principais candidatos para os novos assentos que viria da reforma do CS, que não ocorre⁴⁰. O comportamento de Brasil e Índia na defesa de seus interesses permanece para além do movimento dos Não Alinhados e demonstra a força e convergência que trouxeram para debates relevantes em organismos multilaterais (STUENKEL, 2010).

Na questão nuclear, o Brasil manteve uma postura divergente em relação aos indianos. Ao aceitar a prorrogação indefinida do CTBT, Brasília mandou um claro sinal de que estava se

³⁸ Coalizão de países em desenvolvimento que tem como principal objetivo alavancar a capacidade de participação dos seus membros nas negociações na ONU.

³⁹ O G5 é o grupo dos 5 países que detém poder de veto no CSNU. É composto por Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China.

⁴⁰ Para mais, ver Luck, Edward C. (2006). UN Security Council. Practice and Promise. New York: Routledge, 2006.

alinhando com a nova ordem global em termos de não proliferação. Ainda que tivesse tentado sem êxito trazer a Índia em um termo comum no texto final apresentado do CTBT⁴¹, foram infrutíferos os diálogos acerca de uma possível convergência entre as duas partes nessas questões. Além disso, as posteriores adesões brasileiras ao NSG e ao TNP afastaram e isolaram completamente os dois países dessas questões.

1.5 Conclusões

De modo geral, a Política Externa na Índia teve como um dos fatores de maior impacto a formação de um cenário pós-Guerra Fria com os EUA de hegemonia unipolar, o que desfez o cenário de barganha (com a URSS) que predominou naquele país durante toda segunda metade do século XX até os anos de 1990. Isso levou, consequentemente, a uma postura mais ativa de Nova Delhi que tratou de reformular sua postura internacional, abandonando suas teses influenciadas pelo Movimento dos Não Alinhados, formando coalizões fortes e sólidas o suficiente para garantir sua liderança entre os países em desenvolvimento e as potências médias, sem abrir mão de sua política nuclear.

Nesse último ponto, uma das frentes de maior destaque da Índia nesse período foi seu comportamento quanto aos regimes de não proliferação. Pelo fato de a Índia não ter assinado os tratados para ela assimétricos TNP e CTBT, pode-se afirmar, em primeiro plano, que o país seguiu uma tradição secular em se projetar como uma potência que contesta a ordem global, atuando no sistema internacional dentro deste recorte. A ascensão do PM Vajpayee, após dois anos de alternâncias dos cargos de PMs, deu ao programa nuclear indiano um ritmo diferente do que possuía com os governos do Partido do Congresso. Muito embora o PM Narashimra Rao tenha grande destaque nesse momento, sobretudo pelos testes fracassados de 1995, é conclusivo que os finais dos anos de 1990 são definitivamente um ponto de mudança na política nuclear da Índia, influenciada principalmente pela ascensão ultranacionalista do BJP.

A questão do conflito com o Paquistão, para a Índia, permaneceu como o principal agravante para a postura indiana em defesa de um programa nuclear também militar, tendo em vista a vitória larga do BJP após as eleições de 1998. Tendo em vista isso, é necessário concluir que alternância de poder do Partido do Congresso para o BJP é, ao contrário do que se parece, um fator que contribuiu, mas que não causou, os testes de Pokhran II. Foi sim, conforme observado, a persistência em querer com que os indianos assinassem o CTBT e o TNP, mesmo com suas claras

⁴¹ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.02.02/1.Data: 02.02.1995 a 23.04.1997. Qtd.de documentos: 6 (81 fl.). Documento 32.

posições contrários aos dois, que provocou os esforços em acelerar e encontrar formas de fazer os testes subterrâneos descobertos em dezembro de 1995, e os realizados em maio de 1998. Os detalhes serão devidamente descritos no capítulo II.

No entanto, por outro lado, a Índia demonstrou liderança entre o G-77, capacidade de formar alianças com grandes e médias potências (como foi o caso do G-4), lutando por reformar, aprimorar ou impedir desigualdades e assimetrias na ordem global que estava se desenhando. Diante desse cenário, mesmo com a grande influência unipolar norte-americana, os indianos não se constrangeram e buscaram fortalecer suas coalizões com o Sul-Global. O pragmatismo preponderante da política externa indiana se aproxima, com algumas ressalvas, do seu par internacional em análise, o Brasil. Observa-se, na Índia, um comportamento mais assertivo e estratégico diante das mudanças no cenário pós-Guerra Fria, conforme atestam os autores (CHAULIA, 2002; CHIRIYANKANDATH, 2004; MALONE; MOHAN; RAGHAVAN, 2015), em que concentra-se grandes atenções à questão nuclear. A Índia conseguiu aproveitar de suas fragilidades e buscou cooperar, dentro do que pôde, com o Ocidente, se apoiando em outras nações de poder médio como o Brasil, que compartilhou desse comportamento combativo em alguns fóruns de diálogo e negociação.

De fato, a intensificação do processo de globalização aparentou ter um peso semelhante para os dois países. A PEB, durante o final dos anos de 1990, converge nesse momento pela luta por maior protagonismo e influência internacional, sobretudo nos ambientes em que podiam unir sua agenda com as da Índia. Na questão nuclear, o Brasil continua sua adesão aos regimes de não proliferação, abandonando as críticas que compartilhava com os indianos acerca desse tema. Esse abandono, em grande medida, parte de uma nova e forte tendência em se aproximar de uma conduta política deixasse de lado antigos paradigmas que passam a ser vistos como problemas ao Brasil, à medida que tentava alcançar novas posições no sistema internacional via adesão e participação, mesmo que nem todas tenham dado certo.

O pragmatismo em selecionar parceiros estratégicos e relevantes também foi algo presente na Política Externa Indiana, muito embora a abordagem tenha sido diferente nas duas ocasiões. Para os indianos, não era necessário abandonar sua postura contrária aos regimes de não proliferação para aderir e fazer parte, de modo mais intenso e colaborativo, nas negociações internacionais. A força da Política Externa Indiana se assentou na defesa de que a unipolaridade norte-americana era prejudicial, e os regimes eram desiguais e assimétricos, indefensáveis sob ponto de vista de Nova Delhi.

Esse peso Estados Unidos, para o Brasil, foi contrabalanceado com a criação do MERCOSUL e o estabelecimento de tratativas comerciais com outros países, mas não pôde ser

desconsiderado quando o assunto tratava de questões sensíveis e estratégicas, como a questão da opção nuclear. Algo que, para a Índia, é tratado de maneira completamente oposta. Isso é, enquanto Brasil optou por abrir mão de sua tradição crítica a natureza do TNP (por isso não havia ratificando-o até então) como forma de aumentar sua credibilidade internacional, a Índia insistiu na sua não participação em um tratado assimétrico. No capítulo seguinte, esses fatores serão melhor analisados.

Portanto, pesa no caso brasileiro a questão da agenda de desenvolvimento nacional, mesmo que para isso há de se ter a escolha pragmática em ceder no campo político para ter benefícios no campo econômico. O estabelecimento de alianças estratégicas, e a opção pela ratificação do TNP, do CTBT, bem como a adesão ao NSG, mostraram-se como reforços da *autonomia pela participação*, na qual a política externa brasileira tentou se adequar a um mundo relativamente unipolar, com grande influência norte-americana. Por outro lado, o Brasil buscou ainda assim agir de maneira a exercer sua influência enquanto um *Global Trader* e *Global Player*. No que pôde unir esforços, batalhou para que as demandas dos países em desenvolvimento fossem contempladas. Nesse sentido, a formulação do MERCOSUL aparentou ter um peso relevante nesse processo, visto o protagonismo brasileiro em formar alianças comerciais como forma de contrapor ao peso da assimetria comercial do pós-Guerra Fria. São outros exemplos dessa postura combativa a tentativa de reforma do CSNU, e a formação de alianças em ambientes como a OMC.

2 CAPÍTULO II – OS PROGRAMAS NUCLEARES DA ÍNDIA E DO BRASIL: SUAS POLÍTICAS, SEUS STATUS E CONDICIONANTES

2.1 Introdução

Índia e Brasil possuem programas nucleares ativos e que foram, entre várias dificuldades, consolidados a partir da segunda metade do século XX. Apesar das enormes dificuldades desse período para adquirirem acesso às tecnologias necessárias nesse campo, conseguiram, com certo nível de êxito e autonomia, avançar em etapas cruciais do ciclo nuclear. Suas políticas nucleares foram fortemente influenciadas por mudanças políticas globais e os anos de 1990 se inserem nesse cenário. Nesse capítulo, é realizada uma apresentação acerca da infraestrutura geral de ambos programas nucleares, demonstrando brevemente as principais instalações nucleares de Brasil e Índia, de modo a elucidar ao(à) leitor(a) aspectos fundamentais de ambos os programas nucleares. Realizada essa introdução, segue-se para a devida análise de como os países se inseriram, com essas estruturas, nesse período de grandes mudanças dos anos de 1990, mais especificamente a partir de 1995.

Diante desse cenário, ocorre algo inusitado. Brasil e Índia resolveram estabelecer um acordo de cooperação entre a CNEN e a CEA, através da assinatura de um memorando, durante a visita presidencial de Cardoso àquele país, a primeira realizada por um presidente brasileiro. A partir desse momento, ambos se engajaram nessa parceria enviando oficiais e trocando informações importantes e sensíveis. Nessa parte do trabalho, foi realizada uma análise criteriosa do conteúdo do acordo, relacionando-o com a questão de que a agenda nuclear brasileira e indiana caminhava em sentidos opostos em relação aos regimes de não proliferação nuclear. Ao final, é apresentada uma breve conclusão dessa análise, direcionando o conteúdo para o capítulo seguinte.

2.2 O Programa nuclear Indiano: apresentação da sua infraestrutura geral

Quando a energia nuclear tiver sido aplicada com sucesso para a produção de energia dentro de, digamos, algumas décadas, a Índia não terá de procurar os seus técnicos no estrangeiro, isso é, em outros países, mas os terão à sua mão, quando bem quiser⁴² (BHABHA, 1944, tradução nossa).

O trecho acima foi retirado do discurso do Dr. Homi Jehangir Bhabha, considerado um dos pais do Programa Nuclear Indiano. A parte destacada em específico foi do período em que Bhabha

⁴² "Carta de Homi Bhabha para Sir Dorab of Tata Trust", 12 de março de 1944, Arquivo Digital do Programa de História e Políticas Públicas, Instituto de Estudos e Análises de Defesa (IDSA), Instituto Tata de Pesquisa Fundamental, Documentos Homi Bhabha, IDSA-HBP- 12031944. Obtido e contribuído por A. Vinod Kumar e o Instituto de Estudos e Análises de Defesa. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/114188>. Acessado em 29/11/2021.

explicava aos representantes de Tata Trust, em 1944, a importância da energia nuclear, e solicitou, na ocasião do discurso, que fosse aberto o primeiro centro de pesquisa nuclear daquele país. Isso de fato ocorreu em junho de 1945, ocasião em que foi inaugurado o *The Tata Institute of Fundamental Research* (ABRAHAM, 1998; PERKOVICH, 2000). Bhabha tinha desejo de estruturar o programa nuclear em três estágios interrelacionados, o que permitiria a Índia a capacidade de dominar o ciclo atômico e produzir energia elétrica a partir disso (KARNAD, 2008; PAREKH, 2014).

Antes de apresentar os três estágios imaginados por Bhabha, é necessário enfatizar suas principais condicionantes. A Índia possui baixas reservas de urânio no solo (cerca de 2% de toda produção mundial), um dos principais materiais utilizados no ciclo de produção de combustível nuclear, conforme pode ser observado na tabela 1, e possui, simultaneamente, a maior reserva de tório do mundo, conforme visto na tabela 2.

Tabela 1 – Propriedade da produção de Urânio com base nos dados de 1998, entre os principais produtores⁴³

PAÍS	Empresas de Mineração Nacionais				Empresas de Mineração Internacionais				TOTAL
	Empresas Governamentais		Propriedade Privada		Empresas Governamentais		Empresas Privadas		
	*tU/ano	%	tU/ano	%	tU/ano	%	tU/ano	%	
Australia	0	0	4 026	82	196	4	688	14	4 910
Nigéria	1 236	33	0	0	1 311	35	1 167	32	3 714
Namíbia	83	3	0	0	278	10	2 419	87	2 780
Rússia	2 530	100	0	0	0	0	0	0	2 530
Canada	939	9	8 944	82	1 039	9	0	0	10 922
Uzbequistão	1 926	100	0	0	0	0	0	0	1 926
Estados Unidos	0	0	602	33	270	15	938	52	1 810
Cazaquistão	1 270	100	0	0	0	0	0	0	1 270
Ucrânia	1 000	100	0	0	0	0	0	0	1 000
África do Sul	NA		NA		NA		NA		994
Gabão	181	25	51	7	493	68	0	0	725
República Checa	610	100	0	0	0	0	0	0	610
China	590	100	0	0	0	0	0	0	590
França	413	82	94	19	0	0	0	0	507
Espanha	0	0	255	100	0	0	0	0	255
Índia	207	100	0	0	0	0	0	0	207
Romênia	132	100	0	0	0	0	0	0	132
Alemanha	30	100	0	0	0	0	0	0	30
Paquistão	23	100	0	0	0	0	0	0	23
Portugal	0	0	19	100	0	0	0	0	19
Bélgica	0	0	15	100	0	0	0	0	15
Hungria	10	100	0	0	0	0	0	0	10
Argentina	7	100	0	0	0	0	0	0	7
TOTAL	11 187	33	14 006	41	3 587	11	5 212	15	34 986

⁴³ *tU (Toneladas de Urânio).

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base nos dados oficiais do relatório da AIEA (2000).

Tabela 2 – Reservas mundiais de tório de acordo com Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Nuclear Energy Agency (NEA) e AIEA, nos anos 2010

País	Toneladas Disponíveis	% do total Global
Índia	846 000	16
Turquia	744 000	14
Brasil	606 000	11
Austrália	521 000	10
Estados Unidos	434 000	8
Egito	380 000	7
Noruega	320 000	6
Venezuela	300 000	6
Outros Países	1 234 000	22
Total	5 385 000	100

Fonte: Kaya; Kursunoglu (2014).

As grandes reservas de tório sempre chamaram bastante atenção dos responsáveis pelo programa nuclear indiano, inclusive de Bhabha, visto a escassez de urânio disponível em solo na Índia. O desafio principal do programa foi, dessa forma, conseguir desenvolver tecnologias capazes de aproveitar as baixas reservas de urânio e aproveitar as altas reservas de tório. No entanto, o tório não é um material físsil, e é utilizado no ciclo nuclear somente para extração (após processos físicos) de Urânio-233, que pode ser utilizado como combustível em reatores nucleares. Dessa forma, para que essa extração seja realizada, é necessário que o tório seja irradiado por outros materiais radioativos, como é o caso do Plutônio-239 e do Urânio-235. Assim, Bhabha organizou três estágios principais para o PNI conseguir, passo a passo, progredir com a estratégia de desenvolver plutônio e, assim, dar início ao projeto do tório.

A ideia inicial de Bhabha era de que o programa tivesse, dessa forma, uma evolução em ciclos, cuja finalidade fosse conseguir gerar energia a partir do tório, visto as extensas reservas disponíveis na Índia. Assim, para explicar melhor essa ideia, é necessário descrever os estágios propriamente dito. O estágio I tem como uso de combustível o urânio natural para abastecer Reatores de Água Pressurizada Pesada (PWRH)⁴⁴, produzindo energia elétrica e, conseqüentemente, plutônio-239 como subproduto. O estágio II, é a utilização do plutônio-239 (produzido no estágio I) para criar um composto chamado de combustível de óxido misto (MOX),

⁴⁴ O uso de reatores PWRH foi uma escolha indiana devido suas capacidades de produção do mesmo, visto que esse tipo em específico geralmente usa urânio natural como combustível, e não o enriquecido para gerar energia elétrica, e possui certa facilidade de produção nacional em comparação com outros modelos; além disso, deve-se ressaltar que o modelo PWRH utiliza menos urânio natural que modelos como o BWR, outro atrativo desse tipo de reator, obtido através de cooperação com os canadenses (ABRAHAM, 1998; KARNAD, 2008; PAREKH, 2014; PERKOVICH, 2000).

que é utilizado em reatores modelo Reator Reprodutor Rápido (FBR, na sigla em inglês). Neste tipo de reator, ocorrem dois principais processos: o plutônio-239 sofre fissão para produzir energia, e é adicionado o combustível de óxido de metal para entrar em reação com o plutônio, gerando consequentemente mais plutônio-239. Assim que é atingido a quantidade suficiente de plutônio-239 no reator, o tório é adicionado nele para produzir urânio-233, material físsil obtido através do processo de transformação do tório. O urânio-233 é então utilizado, com o tório, como combustível em outros reatores de diversos modelos (KAYA; KURSUNOGLU, 2014; PAREKH, 2014). Essas três etapas estão devidamente descritas na tabela 3.

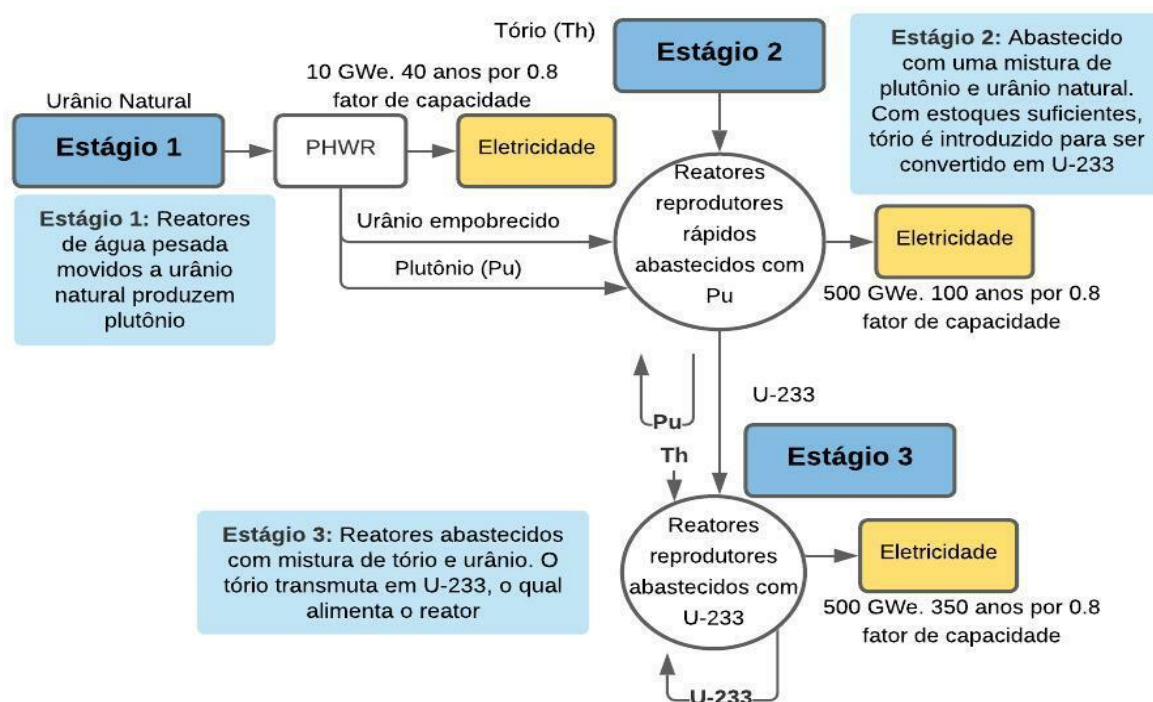
Tabela 3 – Descrição dos Estágios do PNI, conforme evolução dos reatores

OS TRÊS ESTÁGIOS DO PNI			
	ESTÁGIO I	ESTÁGIO II	ESTÁGIO III
TIPOS DE REATORES UTILIZADOS	Pressurized Heavy Water Reactors (PWRH)	Fast Breeder Reactors (FBRs) ⁴⁵	Desenvolver sistemas avançados de energia nuclear para utilização de tório
COMBUSTÍVEIS UTILIZADOS/PRODUZIDOS	Urânio Natural Enriquecido	Combustível à base de plutônio	Combustível à base de Tório
QUANTIDADE DE REATORES DESSE MODELO INAUGURADOS ATÉ 2020	19	2	NA

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados disponíveis em world Nuclear Association (2021) e Parekh (2014).

Figura I – Os três estágios do Programa Nuclear Indiano

⁴⁵ Há dois reatores na Índia do tipo FBR. Um de testes, o Fast Breeder Test Reactor, alimentado por plutônio, capaz de gerar 40 mWt, que foi instalado em 1985 em Kalpakkam. E o outro, um protótipo que só passou a ser construído em outubro de 2004, finalizado em 2008, e um dos modelos protótipos mais avançados do mundo, capazes de gerar até 500 MW de energia. Há um plano de colocá-lo em funcionamento comercial para os próximos anos (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2021). Ambos não são inspecionados por nenhuma salvaguarda da AIEA. Para mais, ver Perkovich (2000, p.471).



Fonte: Elaboração Própria.

No entanto, até o momento, a Índia não conseguiu desenvolver de maneira comercial o segundo e terceiro estágio do seu programa nuclear (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2021). Os reatores até agora instalados comercialmente no país são os modelos de reator de Água Fervente (BWR, na sigla em inglês) e PHWR, devidamente citados na tabela 4.

Os dois primeiros reatores que entraram em atividade comercial na Índia foram aqueles modelos BWR, inaugurados em 1969 em Tarapur, fruto de um projeto acordado com a General Eletric dos Estados Unidos, no início dos anos de 1960, e contou com a presença de um grande corpo científico indiano para sua instalação (PERKOVICH, 2000). Antes mesmo do acordo com a General Eletric, a Índia também assinou um acordo com o Canadá para obter acesso a outros dois reatores que comporiam sua estrutura energética, o PHWR-CANDU (ABRAHAM, 1998; PERKOVICH, 2000). A acordo foi assinado em abril de 1964, e dois reatores foram instalados na região do Rajasthan, na Índia, com assistência oferecida pelo Departamento de Energia Atômica do Canadá⁴⁶ (PERKOVICH, 2000, p. 63). Boa parte dos outros reatores hoje instalados na rede indiana foram fabricados de maneira autônoma pelos cientistas no curso da segunda metade do

⁴⁶ É necessário enfatizar que esse trecho trata apenas dos reatores utilizados em plantas comerciais, sendo excluído acordos feitos para reatores de pesquisa, como o CIRUS (40 MWt) fornecido pelo Canadá a partir de acordo firmado nos anos 1950. Para mais, ver Perkovich (2000).

século XX⁴⁷, a maioria sem salvaguardas da AIEA.

Tabela 4 – Reatores em atividade comercial na Índia entre 1969 à 2021

Nome	Modelo	Tipo de Reator	Combustível Aplicado ⁴⁸	Capacidade Energética (MWe)	Em conexão desde	Salvaguardado pela AIEA
Tarapur 1	BWR-1 (Mark 2)	BWR	LEU e MOX	150	1969-04	SIM
Tarapur 2	BWR-1 (Mark 2)	BWR	LEU	150	1969-05	SIM
Rajasthan (RAPS) 1	Horizontal Pressure Tube type (HPTT)	PHWR	Urânio Natural	90	1972-11	SIM
Rajasthan (RAPS) 2	HPTT	PHWR	Urânio Natural	187	1980-11	SIM
Madras 1	HPTT	PHWR	Urânio Natural	205	1983-07	NÃO
Madras 2	HPTT	PHWR	Urânio Natural	205	1985-09	NÃO
Narora 1	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	1989-07	NÃO
Narora 2	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	1992-01	NÃO
Kakrapar 1	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	1992-11	NÃO
Kakrapar 2	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	1995-03	NÃO
Kaiga 2	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	1999-12	NÃO
Rajasthan (RAPS) 3	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	2000-03	NÃO
Kaiga 1	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	2000-10	NÃO
Rajasthan (RAPS) 4	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	2000-11	NÃO
Tarapur 4	HPTT	PHWR	Urânio Natural	490	2005-06	NÃO
Tarapur 3	HPTT	PHWR	Urânio Natural	490	2006-06	NÃO
Kaiga 3	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	2007-04	NÃO
Rajasthan (RAPS) 5	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	2009-12	NÃO
Rajasthan (RAPS) 6	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	2010-03	NÃO
Kaiga 4	HPTT	PHWR	Urânio Natural	202	2011-01	NÃO
Kudankulam 1	VVER V-412	PWR	LEU	932	2013-10	SIM
Kudankulam 2	VVER V-412	PWR	LEU	932	2016-08	SM
Kakrapar 3	PHWR-700	PHWR	Urânio Natural	630	2021-01	SIM

Fonte: Elaboração Própria. Feito com dados obtidos a partir da data-base da World Nuclear Association (2021).

Tabela 5 – Reatores de pesquisa da Índia

NOME	CARACTERÍSTICAS	ATIVO DESDE	AIEA SALVAGUARDAS
Apsara	Água leve, urânio mediantemente enriquecido	1956	NÃO
Cirus	Combustível de urânio natural. Água Pesada. Potência nominal 40 MWt.	1960	NÃO
Barc	Água pesada. Urânio Natural. Potência nominal MWt.	1985	NÃO
Kamini	Urânio natural (233).	1996	NÃO
Zerlina	Água Pesada, diferentes combustíveis.	1961	NÃO
Purnima I	Reatores rápidos.	1972	NÃO
Purnima 2	Urânio-233	1984	NÃO

Fonte: Perkovich (2000, p. 471).

⁴⁷ Para mais, ver em Perkovich (2000) e Abraham (1998).

⁴⁸ LEU (Low Enriched Uranium, na tradução Urânio Levemente Enriquecido); MOX (mixed natural uranium and plutonium oxide fuel, na tradução, óxido de combustível de natural de urânio com plutônio).

Figura 2 – Distribuição geográfica dos reatores nucleares indianos



Fonte: World Nuclear Association, (2021). Elaborado pelo Autor.

O Programa Nuclear Indiano possui uma indústria nacional bastante desenvolvida e bem estabelecida, e perseguiu durante todo curso de tempo buscar a autonomia e independência da produção do ciclo de combustível nuclear, para diminuir sua dependência de outros países (ABRAHAM, 1998; PERKOVICH, 2000). Essa busca pela autonomia foi necessária, em grande medida, já que a Índia não aceita normas de não proliferação nuclear, algo que será aprofundado na próxima seção acerca da política nuclear indiana. O resultado disso foi que encontrou dificuldades, no contexto internacional, de estabelecer acordos com partes dispostas a cooperar e

fornecer assistência tecnológica para sua infraestrutura nuclear (PERKOVICH, 2002).

Além disso, a questão nuclear na Índia possui contornos relacionados não apenas a energia elétrica, mas também as questões de segurança nacional. Uma vez em que a tecnologia nuclear pode ser utilizada para fins duais, civis ou militares, o Programa Nuclear Indiano buscou também desenvolver explosivos nucleares no curso do seu desenvolvimento. O primeiro teste de um artefato nuclear, mesmo com finalidades pacíficas da Índia, conhecido por “*Smiling Buddha*”, ocorreu em 1974. Nessa ocasião, a Índia sofreu diversas sanções internacionais de fornecimento de combustível nuclear para seus reatores PWR e BWR.

Boa parte da alimentação do projeto nuclear militar da Índia passa, segundo relatório de David Albright e Susan Basu, do *Institute for Science and International Security* (ISIS) de 2005, pelas seguintes instalações de produção de plutônio.

Tabela 6 – Instalações e materiais físséis produzidos para armas nucleares

NOME	LOCALIZAÇÃO	TIPO	ATIVO DESDE	FUNÇÃO
Cirus	Trombay	40MW HWR. Reator de Pesquisa	1960	Fornecido pelo pelo Canadá para finalidades pacíficas, produz material físsil de plutônio para armas nucleares
Dhruva	Trombay	100MW HWR. Reator de Pesquisa	1985	Produz plutônio para armas
Planta de Fabricação de Combustível	Trombay	135 tHM/ano	1982	Produz combustível de urânio metálico natural para Cirus e Dhruva
Planta de Separação de Urânio	Trombay	30-50 tHM/ano	1964	Processa combustível dos reatores Cirus e Durva
Instalação de componentes de armas de plutônio	Trombay	Desconhecido	Desconhecido	Componentes de plutônio para armas nucleares

Fonte: Albright; Basu (2005).

Os seguintes testes nucleares, desta vez declaradamente de armas atômicas, os de Pokhran I e II, ocorreram em 11 e 13 de maio de 1998, tendo sido o último feito, até então, pela Índia. As razões dos dois testes (os de 1974 e 1998) se diferem. No tópico a seguir, será demonstrado um pouco daquele que foi o contexto inicial dessa segunda aventura nuclear na Índia, demonstrando o comportamento da política nuclear da Índia entre 1995 e 1996, dois anos decisivos para os testes de 1998. A questão de ameaça por parte do Paquistão, a prorrogação indefinida do TNP, os movimentos sociais favoráveis ao desenvolvimento de uma bomba nuclear⁴⁹, seguidos do boicote ao CTBT, foram etapas cruciais do sentimento de contrariedade da Índia com as regras de não

⁴⁹ Para compreender um pouco mais desse contexto, ver Gabriel e Motta (2021).

proliferação nuclear, e a formação de um projeto de bomba.

2.3 A política nuclear indiana de 1995 a 1998.

A sondagem de opinião pública mais detalhada já realizada sobre questões nucleares, foi feita no outono de 1994 [na Índia], segundo a qual 57% das "elites instruídas" apoiavam a política da Índia de "manter a opção nuclear em aberto". Trinta e três por cento apoiaram a "aquisição de armas nucleares", e oito por cento favoreceram a "renúncia às armas nucleares". Dos que favoreceram a aquisição de armas nucleares, 57% citaram "ameaças do Paquistão nuclear", 49% procuraram as armas "para melhorar o poder de negociação da Índia nos assuntos mundiais", 38% procuraram armas "para melhorar o estatuto internacional da Índia", 27% citaram "ameaças de outras potências nucleares", e 18% procuraram um arsenal para rejeitar "as pressões internacionais sobre a política interna da Índia". Apenas 20 por cento citaram "ameaças da China". Estes dados refletiam tanto a primazia da ameaça paquistanesa nas percepções da Índia como a fome da elite por estatuto internacional e autonomia. (PERKOVICH, 2000, p. 354)

A partir de 1995, diversos acontecimentos se desdobram na política nuclear indiana, refletindo diretamente no seu programa. A percepção das elites e classes médias da Índia acerca da ascensão do Paquistão como ameaça nuclear à Índia, destronando nesse momento o posto da China como principal rival, influenciou nas decisões subsequentes de Nova Delhi em relação a sua política nuclear (PERKOVICH, 2000). O que mais contribuiu para isso foi o avanço notável, sobretudo no final dos anos de 1980, que o programa nuclear paquistanês teve em obter condições para fabricação de arsenais nucleares (PANT; JOSHI, 2018; PERKOVICH, 2000). Ao mesmo tempo, a queda da URSS, até então dentre as principais parceiras dos indianos para suprir o seu programa nuclear, bem como a falta de outros relevantes colaboradores, também contribuiu para acirrar a disputa nuclear entre Paquistão e Índia, uma vez em que, no auge da corrida para obter a hegemonia nuclear na região, os dois países careciam de parceiros para obter sucesso nessa empreitada (PERKOVICH, 2000).

Nesse contexto, é necessário destacar alguns acontecimentos chaves que influenciaram a política nuclear na Índia. Em 1994, a França encerrou o contrato de fornecimento de LEU (*Low Enriched Uranium*) para a planta de Tarapur, acordo vigente desde 1982, colocando o abastecimento de combustível dos reatores BWR, um dos principais da Índia, em sério risco de funcionamento (ABRAHAM, 1998; PERKOVICH, 2002). No entanto, logo em seguida, em janeiro de 1995, China e Índia fecharam um acordo histórico para fornecimento do mesmo tipo de combustível para os reatores da usina nuclear de Tarapur, mediante a aprovação da AIEA (KARNAD, 2008; PERKOVICH, 2000, p.355). O acordo com os chineses, que representou uma aproximação entre Nova Delhi e Pequim no campo nuclear, ainda que a relação entre as duas potências estivesse no mesmo *status* de rivalidade, sobretudo pelas questões fronteiriças não

resolvidas (conforme citada no capítulo 1), significou que os indianos não fariam o reprocessamento de combustível nas plantas atômicas de Tarapur. Apesar de boas notícias para a Índia, o fornecimento previsto no contrato impediu o reprocessamento de combustível nuclear na planta de Tarapur, etapa em que é produzido plutônio-239⁵⁰ utilizado para obter a massa crítica de explosivos nucleares.

Além disso, em março de 1995, o governo indiano estava atento aos possíveis desdobramentos da Conferência de Revisão do TNP (RevCon) que, em abril daquele ano, trataria acerca da renovação do acordo em Nova Iorque. Como a Índia não havia assinado o tratado não pôde votar, nem participar, da conferência, e seu posicionamento era contra a extensão por tempo indefinido do tratado visto que perpetuaria a sua condição discriminatória dos *have* e *have-nots*, impedindo-a de poder ter arsenais nucleares caso fosse necessário, considerando a corrida armamentista com o Paquistão.

Antes da RevCon ocorrer, houveram manifestações de outros países contrários a extensão por tempo indefinido do TNP. A defesa da prorrogação era defendida por Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia. A China foi o único país que, nas prévias da conferência, manteve-se incerta quanto a prolongar indefinidamente o tratado, segundo memorando do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha de 06 de abril de 1995, que listou todos os países do TNP e suas possíveis posições sobre a extensão do tratado⁵¹, conforme é listado na tabela 6, por região (ONDERCO, 2021).

Tabela 7 - Índice hipotético do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha acerca do posicionamento, por região, da extensão indefinida do TNP, na Conferência de Revisão do tratado, abril de 1995

POSIÇÃO À EXTENSÃO INDEFINIDA TNP	Total	OSCE ⁵²	Pacífico	Ásia	America Latina	África	Oriente Médio
SIM/INCLINADO SIM	113 (101)	49 (50)	12 (10)	6 (7)	22 (21)	23 (12)	1
NÃO/INCLINADO NÃO	35 (39)	1 (0)		9(10)	3(4)	1) (10)	12(15)
INCERTO	19 (25)		1	5(3)	4(4)	7(18)	2(0)

Fonte: Wilson Center Archive, 2021.

⁵⁰ The New York Times. World New Briefs; India turns to China to Fuel Nuclear Plant. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/01/08/world/world-news-briefs-india-turns-to-china-to-fuel-nuclear-plant.html>. Acessado em 30/09/2021.

⁵¹ "German Federal Foreign Office, Memorandum, 'NPT Extension Conference: Positions of State Party'," 06 de abril de 1995, History and Public Policy Program Digital Archive, Arquivo político do German Federal Foreign Office. Linha 675, caixa 48828. Incluído no Leitor de Documentos para uma Conferência de História Oral Crítica na Conferência de Revisão e Extensão do NPT de 1995, Rotterdam, Holanda, 2018 <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/176513>. Acessado em 30/09/2021.

⁵² Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

Esse momento em que algumas nações estiveram inclinadas pela contrariedade da extensão do TNP era algo favorável à Índia visto que, caso fosse aprovada na RevCon a extensão do TNP por tempo indeterminado, os indianos ficariam ainda mais isolados na questão nuclear. Sob mais pressão política do que antes, já que se uma maioria de 170 países, não armados nuclearmente, não tivessem a capacidade de impedir que cinco outros Estados, que possuíam armas nucleares, continuassem por tempo indeterminado com elas, a luta da Índia pela reforma das principais cláusulas do TNP, visando igualdade no desarmamento global, perderia considerável força e apoio internacional (PERKOVICH, 2000).

No entanto, as esperanças não duraram tanto. Um dos maiores golpes para os indianos na questão da prorrogação do TNP ocorreu entre 25 a 27 de abril⁵³, no resultado da conferência dos Ministros dos grupos dos países não alinhados, feita em Bandung, Indonésia, que concordou por fim com a extensão do TNP por tempo indeterminado, convidando países não signatários para aderirem à iniciativa, reforçando a necessidade RevCon ocorrer de 5 em 5 anos⁵⁴. Também em abril, a África do Sul se declara favorável à prorrogação⁵⁵. Esses eram os últimos focos de apoio que Nova Delhi certamente contava no que se refere a extensão ou não do tratado.

A resposta veio de imediato. Segundo Raj Chengappa (2000), no mesmo mês, o exército indiano recebeu ordens de preparar o terreno no local de teste Pokhran, no deserto de Rajasthan, para uma nova rodada de testes nucleares (ABRAHAM, 1998; NUCLEAR THREAT INITIATIVE, 2011; PERKOVICH, 2000; RICHELSON, 2007). No mesmo momento, em 11 de maio de 1995, o TNP foi estendido de maneira indefinida concretizando uma das grandes derrotas da Índia no posicionamento contrário quanto a natureza do tratado de não proliferação nuclear, bem como seu isolamento e a falta de alternativas em solucionar suas tensões com o Paquistão (PERKOVICH, 2000).

O *apartheid* nuclear que a Índia acreditava ocorrer no mundo foi aceito por pouco mais de 170 países. Dentre essa extensa lista, inúmeros possíveis fornecedores de materiais físséis e outros

⁵³ Ainda em abril, o partido BJP atacou o PM Rao por ter supostamente desistindo da opção nuclear e aceitado a pressão norte-americana que visava impedir o avanço do programa nuclear e de mísseis da Índia, reforçando que o partido era a favor de um mundo sem armas nucleares, desde que isso não envolva alguns poucos a terem (PERKOVICH, 2000).

⁵⁴ "Escritório de Coordenação dos Países Não-Alinhados, 'Resultado da Troca de Opiniões sobre a Conferência de Revisão e Extensão do TNP', 27 de abril de 1995, Arquivo Digital do Programa de História e Políticas Públicas, Nações Unidas, A/49/920, disponível em <http://undocs.org/A/49/920>. Incluído no Leitor de Documentos para uma Conferência de História Oral Crítica na Conferência de Revisão e Extensão do NPT de 1995, Rotterdam, Holanda, 2018. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/176519>. Acessado em 30/09/2021.

⁵⁵ "Abdul Minty et al, 'Posição da África do Sul sobre a Extensão do Tratado de Não Proliferação Nuclear (NPT)', 03 de abril de 1995, Arquivo Digital do Programa de História e Políticas Públicas, Arquivo do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação do Sul África. Contribuição de Michal Onderco e Anna-Mart van Wyk. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/208585>. Acessado em 30/09/2021.

tipos de tecnologias sensíveis, dificultando o acesso a Índia ao mercado de combustíveis nucleares, visto que a maioria das suas plantas (seja de reprocessamento, enriquecimento ou geração de energia) não estavam salvaguardadas pela AIEA. Além disso, a RevCon pavimentou o caminho para abordar outras questões urgentes, como a moratória dos testes nucleares, através do CTBT. Adjunto ao texto final da RevCon de 1995, foi aprovado também o projeto chamado "*Principles and Objectives for Nuclear Non-Proliferation and Disarmament*", que avançou, consideravelmente, com a agenda do banimento de testes nucleares, que ocorria desde 1994. No documento aprovado junto ao TNP, conclamavam-se as partes para que o CTBT fosse assinado até, no máximo, 1996⁵⁶.

Paradoxalmente, essa situação criou um ambiente em que a Índia colocava boa parte de suas fichas em testar armas nucleares, a despeito do seu fracasso em impedir a prorrogação do TNP, e as escaladas de tensão com o Paquistão. O governo de Rao passou por certa pressão por esses dois fatores no parlamento indiano, ambiente em que se discutia, cada vez mais frequentemente, que as opções de testes nucleares não fossem negligenciadas ou evitadas muito menos colocadas em segundo plano.

Em 16 de maio de 1995, a China conduziu um teste nuclear subterrâneo, logo após a RevCon prorrogar por prazo indefinido o TNP, com objetivo de que aquele seria, entre outros possíveis quatro testes, sofisticar seu arsenal nuclear, os preparativos até a assinatura definitiva do CTBT, no ano seguinte, em 1996⁵⁷. A Índia encarou os testes não como uma postura de confronto por parte dos chineses, mas sim como uma oportunidade para fazer o mesmo diante do seu contexto (ABRAHAM, 1998; PERKOVICH, 2000). Segundo Perkovich (2000, p. 365) os preparativos indianos para testar armas nucleares subterrâneas, a partir desse momento, passa para ritmo acelerado (PERKOVICH, 2000).

Outro acontecimento simultâneo, que influenciou bastante a decisão da Índia em realizar testes nucleares subterrâneos, foi a retirada das restrições de vendas de equipamentos militares dos EUA para o Paquistão durante o governo Clinton, conhecida como emenda Pressler⁵⁸, que provocou grande desconforto entre Washington e Nova Delhi (NUCLEAR THREAT INITIATIVE, 2011; PANT; JOSHI, 2018; PERKOVICH, 2000). Essa iniciativa foi vista

⁵⁶ Review Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (5th : 1995 : New York). President. NPT/CONF.1995/L.5. Principles and objectives for nuclear non-proliferation and disarmament: draft decision / proposed by the President. [New York]: UN, 9 May 1995. 4 páginas Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/188026>. Acessado em 30/09/2021.

⁵⁷ Washinton Post. China Holds Nuclear Test. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1995/05/16/china-holds-nuclear-test/40fda827-a568-488c-8a90-575bc24e9150/>. Acessado em 30/09/2021.

⁵⁸ Para ver mais sobre, Perkovich (200, p.366).

negativamente por Nova Delhi, já que significou uma tentativa de modernização nas capacidades militares paquistanesas, algo que pesou para o desequilíbrio das relações entre Índia e Paquistão.

A essa altura, os preparativos da Índia para executar testes nucleares na área de Pokhran se intensificaram. Pressionado por autoridades científicas e políticas, entre as quais cabe destacar R. Chidambaram, então presidente da DAE, e A.P.J. Abdul Kalam, chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Defesa, que juntos representavam uma equipe de cientistas e militares que viam os testes como indispensáveis para segurança da Índia, o PM da Índia N. Rao autorizou a equipe responsável para executar os testes nucleares em Pokhran (PERKOVICH, 2000; RICHELSON, 2007).

A busca por executar testes nucleares que conseguissem demonstrar a sofisticação das inovações tecnológicas, além das questões políticas, era uma das principais ambições de Chidambaram e Abdul Kalam (KARNAD, 2008; RICHELSON, 2007). No entanto, ainda que tivesse concordado com os testes, o PM Rao via que as eventuais sanções econômicas norte-americanas poderiam causar um prejuízo enorme para a Índia (ABRAHAM, 1998; SAGAN, 2009). O Primeiro-Ministro consultou à época, entre seus principais assessores, o real impacto sanções poderiam causar na economia indiana, supondo que diversos países iriam aplicá-las imediatamente após a execução dos testes. O resultado da consulta era de que os testes impactariam de maneira consideravelmente negativa nos níveis de inflação do país, que mantinha índice favorável na época (KARNAD, 2008; PERKOVICH, 2000).

Os preparativos em Pokhran apenas se encerraram em novembro de 1995, quando três buracos para os testes ficaram de fato disponíveis para receber os dispositivos nucleares (PERKOVICH, 2000; RICHELSON, 2007). A inteligência dos EUA tomou conhecimento dos preparativos para o teste já em novembro de 1995, e começou uma campanha para impedir que isso ocorresse (PERKOVICH, 2000). A resistência de Rao em ver os testes como algo positivo, sobretudo após as consultas feitas, foi crucial para que os EUA conseguissem, com sucesso, estimulá-lo a desistir dos testes, ainda que as autoridades indianas negassem que houvesse atividade em Pokhran com objetivo de explodir bombas atômicas.

Nesse contexto, Frank Wisner, embaixador dos EUA na Índia, se encontrou com A. N. Varma, assessor particular do PM Rao⁵⁹ para impedir a Índia de prosseguir com testes nucleares, visando pressionar o governo indiano a recuar da sua intenção. Segundo Richelson (2007), Wisner estava com provas conclusivas e definitivas de que imagens de satélite comprovavam que em

⁵⁹ State Department telegram 28705 to U.S. Embassy India, "Arrange Wisner-Varma Meeting on Testing Issue," 10 December 1995, Secret, transmitted via ACDA e-mail. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/nukevault/ebb412/docs/doc%201.pdf>

Pokhran estava ocorrendo preparações para um teste nuclear (RICHELSON, 2007, p.483). Após o encontro, Bill Clinton conversou, via telefone, com PM Rao urgindo para que possíveis testes não fossem feitos (ABRAHAM, 1998; PERKOVICH, 2000; RICHELSON, 2007).

O conteúdo da denúncia da inteligência norte-americana vazou na imprensa, em um artigo publicado em 15 de dezembro no *The New York Times*, por Tim Weiner, sobre “*U.S. Suspects India Prepares To Conduct Nuclear Test*”⁶⁰. No mesmo 15 de dezembro, o Departamento de Estado dos EUA solicitou a Islamabad que o Paquistão não reagisse se caso a Índia conduzisse um teste nuclear, convocando a China para intermediar as possíveis escaladas de tensão entre Paquistão e Índia diante da reportagem que vazou no *Times*⁶¹.

Com sucesso para os EUA, em 1995 a Índia não conseguiu fazer seus testes nucleares subterrâneos, que estavam supostamente em marcha. Autoridades envolvidas na suposta tentativa, principalmente o PM Rao, negaram todo e qualquer envolvimento com artefatos nucleares em Pokhran, afirmando que tudo não passou de um “mal entendido” por parte de Washington (RICHELSON, 2007, p. 484). Ao mesmo tempo em que negavam qualquer envolvimento, na campanha eleitoral que já ocorria nesse mesmo período, e no começo de 1996, a questão nuclear central, tendo sido bandeira do BJP a promessa de reavaliar a política nuclear indiana, inclusive dos testes (PERKOVICH, 2000). O BJP considerou o recuo de Rao, quanto os preparatórios dos testes, um sinal de fraqueza diante da pressão norte-americana (PERKOVICH, 2000).

Entre o final de 1995 e o começo de 1996, após a tentativa dos testes, a Índia permaneceu com duras críticas quanto ao caráter discriminatório do CTBT⁶², algo que Nova Delhi considerava ser uma continuidade da desigualdade presente no TNP, não concordando de que deveria declarar moratória dos testes enquanto algumas potências nucleares ainda mantinham seus arsenais nucleares (PERKOVICH, 2000). Ainda no final de 1995, o BJP foi um dos grandes promotores desse posicionamento contrário ao CTBT, criticando e pressionando o Partido do Congresso, do PM Rao, para que a Índia fizesse testes nucleares o quanto antes⁶³.

O BJP passou com sucesso uma resolução no Lok Sabha contrária ao banimento de testes

⁶⁰ U.S. Suspects India Prepares To Conduct Nuclear Test. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/12/15/world/us-suspects-india-prepares-to-conduct-nuclear-test.html>. Acessado em 11/10/2021.

⁶¹ "Rascunho do Telegrama do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em Pequim, 'Possível Teste Nuclear Indiano'," 15 de dezembro de 1995, Arquivo Digital do Programa de História e Políticas Públicas, Solicitação de Revisão de Desclassificação Obrigatória. Obtido e contribuído por William Burr e incluído no NPIHP Research Update # 10. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116342>

⁶² Acerca da descriminação, o CTBT prevê a completa interdição de testes nucleares de todas as naturezas. As nações nuclearmente armadas passam a ser as últimas e as únicas que testaram artefatos nucleares.

⁶³ Pakistan plans tit-for-tat test of nuclear blast, officials say, 1996. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1996/03/06/pakistan-plans-tit-for-tat-test-of-nuclear-blast-officials-say/a6d128c3-792d-4b6f-953c-802a0caa5d5c/>. Acessado em 11/10/2021.

nucleares, com grande apoio do parlamento (cuja maioria observava as críticas contra o CTBT de modo favorável)⁶⁴. Além disso, o líder do BJP, Atal Behari Vajpayee, afirmou em campanha no ano de 1996 para o cargo de Primeiro Ministro, que sua luta e a do seu partido eram para mundo livre de armas nucleares, mas sem o Apartheid nuclear. E que seu governo iria exercer a opção de ter armas nucleares apenas como uma dissuasão⁶⁵ (MISTRY, 1998).

No resultado das eleições indianas, que se desenrolaram entre abril e maio de 1996, o BJP não conseguiu formar maioria no congresso, tendo sido apenas o segundo partido mais bem votado. Nisso, o PM Atal Behari Vajpayee, que conseguiu formar maioria provisória, que permaneceu apenas treze dias no cargo, teve de renunciar ao cargo de PM tendo em vista a governabilidade sem a maioria conclusiva dos parlamentares, sendo seu sucessor H. D. Deve Gowda, que conseguiu no Lok Sabah.

Contudo, nesses treze dias de governo, o PM Vajpayee deu, segundo Perkovich (2000), ordens à Chidambaram para proceder com os testes nucleares antes que as discussões do CTBT chegassem a uma conclusão (PERKOVICH, 2000). Com sucesso, sem a inteligência norte-americana saber⁶⁶, os indianos conseguiram colocar ao menos um artefato explosivo nuclear em um dos três buracos em Pokhran, construídos para os testes de dezembro de 1995 (NUCLEAR THREAT INITIATIVE, 2011; RICHELSON, 2007).

Após a derrota definitiva do BJP em formar maioria para manter Vajpayee como PM, o recuo político do partido nas questões nucleares foi inevitável, atrasando os planos de executar os testes preferencialmente antes do CTBT. Liderando a equipe de cientistas favoráveis aos testes, Chindabaram solicitou nova autorização ao então PM Gowda para dar continuidade aos testes, o que lhe foi imediatamente negado (PERKOVICH, 2000, p. 376). Gowda se mostrava relutante quanto à efetividade de explodir bombas para solucionar os problemas da Índia, defendendo não haver justificativas para os testes visto o impacto negativo que isso traria a economia do país⁶⁷. Vale ressaltar que, ainda que parcialmente contrário aos testes, Gowda fazia parte da corrente que se mantinha na oposição a Índia assinar o CTBT.

A despeito das questões internas indianas, caminhavam as discussões para uma resolução

⁶⁴ Intend to reassess bomb options, India hardens its position to join CTBT for nuclear weapons. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/magazine/special-report/story/19951231-intend-to-reassess-bomb-options-india-hardens-its-position-to-join-ctbt-for-nuclear-weapons-808148-1995-12-31>. Acessado em 11/10/2021.

⁶⁵ Uma questão importante para esse posicionamento era projeto a Índia como uma potência nuclear capaz de responder ao avanço do programa nuclear paquistanês na mesma altura e na mesma intensidade, tornando-a, por isso, uma grande nação (SAGAN, 2009).

⁶⁶ Perkovich (2000, p.375) também ressalta após Gowda assumir o poder, não se sabe conclusivamente se o PM sabia dessa iniciativa.

⁶⁷ A former Prime Minister speaks out, 1998. Disponível em: <https://frontline.thehindu.com/science-and-technology/article30159001.ece>. Acessado em 11/10/2021.

final do CTBT e a expectativa, por parte dos Estados signatários do TNP, era de que o tratado fosse aberto para assinaturas ainda no final daquele ano. As moratórias definitivas dos testes nucleares eram cruciais para efetividade e sobrevivência do TNP, no que tange a não proliferação (YAMADA, 1997). A Embaixadora Arundhati Ghose esteve à frente da posição da Índia nos encontros da Conferência de Desarmamento (CD) em Genebra. Ao seu lado, a equipe designada pelo PM Gowda para acompanhá-la contava com o Chanceler Inder Kumar Gujral e Rakesh Sood, Diretor do Departamento de Desarmamento no Ministério de Relações Exteriores da Índia. Ressalta a embaixadora, em artigo publicado em 1997, que “a Índia não se opôs ao CTBT para não assiná-lo, mas sim para que nele fossem contempladas as demandas do seu país” (GHOSE, 1997, p.251). Em junho, A. Ghose fez o seguinte discurso na CD⁶⁸:

Este não pode ser o CTBT que se pode esperar que a Índia aceite.... A nossa capacidade está demonstrada, mas, por uma questão de política, exercemos contenção. Os países à nossa volta continuam os seus programas de armas, quer abertamente, quer de forma clandestina. Em tal ambiente, a Índia não pode aceitar quaisquer restrições à sua capacidade, se outros países continuarem relutantes em aceitar a obrigação de eliminar as suas armas nucleares.... Tal Tratado não é concebido como uma medida para o desarmamento nuclear universal e não é do interesse da Índia em termos de segurança nacional. A Índia, portanto, não pode subscrevê-lo na sua forma atual (GHOSE, Arundhati. DEPOIMENTO, 1996. Tradução Nossa).

O ponto em específico que mais contrariou a Índia acerca do CTBT era o seu artigo XIV, que dispõe sobre cláusula de “*Entry into force*”. Os indianos defendiam que o CTBT deveria entrar em vigor apenas depois que todos os NWS partes do tratado se comprometessem em abrir mão de seus arsenais nucleares em um prazo posterior a dez anos. No entanto, em 28 de junho de 1996, foi decidido que, para o tratado entrar em vigor, era necessário a assinatura de 44 países, sendo os 5 NWS e os três em com capacidade nuclear, ainda que não declaradas: Paquistão, Índia e Israel. Os israelenses disseram que iriam assinar, e a assinatura paquistanesa estava condicionada a dos indianos (GHOSE, 1997). Isso foi analisado pelos representantes indianos em Genebra como uma manobra de pressão para que a Índia se sentisse compelida a assinar o CTBT (PERKOVICH, 2002). Além disso, um fato anterior, que ocorreu em maio de 1996 na CD, provocou uma reação adversa dos indianos. O presidente da CD, Jaap Ramaker, acrescentou uma emenda proposta pelo Canadá à resolução do CTBT, que incluía os países signatários do Sistema de Monitoramento Sísmico Internacional (SMI) ao CTBT. A Índia, que era signatária do SMI, automaticamente retirou todas as instalações sísmicas de salvaguardas, vendo isso como uma manobra de não confiança por parte dos membros do CTBT.

⁶⁸ Declaração do Embaixador Arundhati Ghose, Conferência sobre Desarmamento. Plenary, CD / PV de documento 740 (Genebra: 20 de junho de 1996).

Em 14 de agosto de 1996, a Índia bloqueou o consenso do CTBT nas discussões em Genebra. O texto do tratado então foi apresentado à AGNU, em 20 de agosto do mesmo ano, como um texto de interesse nacional pela Austrália, manobra que retirou a resolução de circulação da CD e passou para a AGNU. Em 10 de setembro de 1996, a AGNU abriu o tratado para ratificação, com os mesmos termos que motivaram a oposição dos indianos nas discussões em Genebra. Apenas Índia, Butão e Líbia votaram contra o tratado, tendo o Paquistão absterido de voto sim ou não (PERKOVICH, 2002). Após os únicos votos contrários, diversas declarações nos meses seguintes evocavam os mesmos argumentos contra o CTBT que eram defendidos por diversas autoridades na Índia: de que, por razões claras de segurança e de injustiça, a Índia havia se portado daquela maneira.

2.4 O Programa nuclear brasileiro: apresentação da sua infraestrutura geral

O marco inicial do Programa Nuclear Brasileiro data-se sobretudo dos anos de 1930, enquanto se desenrolavam as primeiras pesquisas acerca do átomo e suas capacidades. Os Estados Unidos tinham grande interesse nas reservas de urânio e tório do Brasil, para alimentar a sua grande necessidade de matéria prima para criar combustíveis nucleares. Estabeleceram, dessa forma, um acordo secreto em 1945 que previa a venda de 5000 toneladas de areia monazítica brasileiras, material com alta concentração de urânio e tório, para os norte-americanos, dando início àquela que seria a primeira iniciativa comercial na área nuclear do Brasil (PATTI, 2012).

Uma das autarquias responsáveis, anos depois, para dar prosseguimento ao programa nuclear do Brasil é o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). O Almirante Álvaro Alberto foi o encarregado chefe do conselho, sendo conhecido como “fundador” do PNB (PATTI, 2012). A missão do almirante foi, resumidamente, buscar alternativas de parcerias no mundo que pudessem fornecer ao programa sua maior ambição o domínio do ciclo combustível nuclear, desde a matéria prima até a produção do combustível de maneira nacional e autônoma, incluso nesse plano o extenso uso de energia elétrica de fontes nucleares (KASSENOVA, 2014; PATTI, 2012; SPEKTOR, 2017).

O Brasil terá seu primeiro reator em 1958, ano o qual se inaugura o IEA-R1, reator de pesquisas fruto do acordo “átomos para paz” (PATTI, 2013). Além do IEA-R1, também foi adquirido pelo governo de Minas Gerais, na mesma iniciativa, o IPR-R1, no ano de 1960. Outros dois reatores de pesquisa no Brasil foram produzidos nacionalmente, o Argonauta e o IPEN/MB-01, respectivamente instalados no Rio de Janeiro e em São Paulo, cujas finalidades são descritas na tabela a seguir.

Tabela 8 – Reatores de Pesquisa instalados no Brasil

NOME REATOR	UTILIZAÇÃO	CAPACIDADE GERAÇÃO ELÉTRICA	EM USO DESDE	COMBUSTÍVEL	LOCALIZAÇÃO
IPEN/MB-01	Simular reatores de grandes portes e de propulsão naval, medidas experimentais e desempenho de núcleos de reatores.	100 W	1988	LEU	IPEN/CNEN-SP São Paulo
ARGONAUTA	Irradiação de Amostras, pesquisas, ensaios não destrutivos, testes de materiais e treinamento científico	500 W	1965	Diversos	IEN/CNEN- Rio de Janeiro
IPR-R1	Pesquisa e produção de Radioisotopo	100 kW	1960	Urânio-hedreto de zircônio (UHZr)	CDTN/CNEN - Belo Horizonte, Minas Gerais
IEA-R1	Pesquisa e produção de Radioisotopo	5 mW	1957	LEU	IPEN/CNEN-SP São Paulo

Fonte: Elaboração própria.

Já a primeira usina nuclear criada no Brasil é chamada de Angra I, e foi instalada na cidade de Angra dos Reis, Rio de Janeiro. Foi fruto do acordo com a companhia norte-americana de Westinghouse, e teve sua construção iniciada em março de 1972, sendo comercialmente ativada em dezembro de 1984, com capacidade de geração energia de 609 MW (PATTI, 2013; WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2021). A categoria de reator instalado em Angra I, é o modelo PWR, alimentado pelo combustível de Urânio Enriquecido, através do contrato firmado com os EUA, fornecedores da tecnologia da usina, além do próprio combustível (PATTI, 2012). O compromisso do Brasil era obrigatoriamente ter o combustível comprado dos EUA e devolver as hastes de combustíveis após, impedindo qualquer reaproveitamento do ciclo do combustível (CABRERA-PALMER; ROTHWELL, 2008).

Angra I passou por diversas dificuldades nos anos 1970. Em agosto de 1974, a Comissão Nacional de Energia Atômica dos Estados Unidos (USAEC, na sigla em inglês) suspendeu os contratos estabelecidos com o Brasil para fornecimento de combustível e tecnologia para cooperar em matéria de transferência de tecnologias e suprimento de novas usinas nucleares. Esse ato só viria ser revisto em 1981, quando os EUA retiraram as sanções permitindo a planta de Angra I ser alimentada com combustíveis da URENCO (PATTI, 2021).

Este momento foi um importante para o programa nuclear brasileiro, vista a reação dos EUA fez o Brasil resgatar contatos iniciais com a Alemanha Ocidental, que ofereceu um grande acordo de transferência de 15 bilhões de dólares, dispondo no contrato a venda de oito reatores

modelo PWR, além de tecnologia para enriquecimento e extração de urânio, que daria ao Brasil o domínio do ciclo do combustível nuclear, através do método de *jet nozzle*, à época não comprovado ser forma útil de enriquecer urânio em escala industrial, portanto futuramente dispensada pelo governo brasileiro e mantida somente para pesquisas, encerradas em 1994 (CABRERA-PALMER; ROTHWELL, 2008; PATTI, 2021). Dos oito reatores previstos no acordo teuto-brasileiro, um começou a ser construído em 1976, na mesma região de Angra I, com capacidade operacional prevista de gerar até 1275 MWh, dispondo de reatores modelo tipo PWR alimentados por LEU, instalação essa que será conhecida como Angra II (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2021). A terceira futura instalação fruto do acordo com a Alemanha Ocidental, Angra III, se encontra com atividades para sua construção paralisadas⁶⁹.

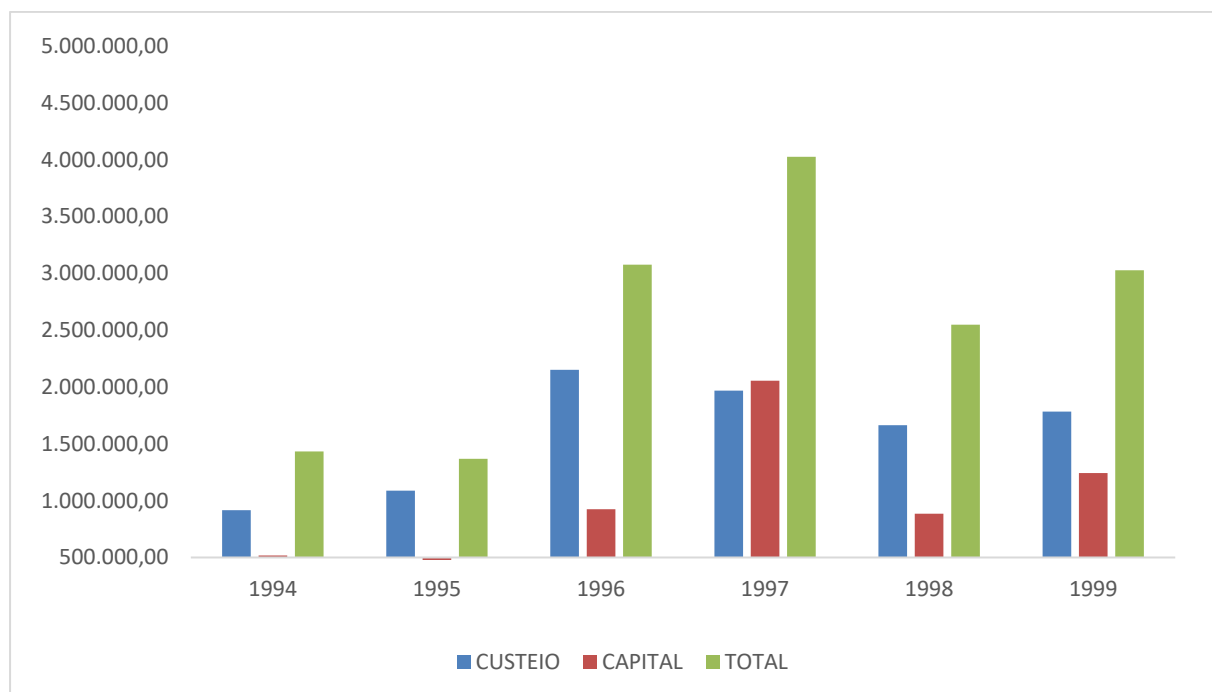
2.5 A política nuclear do Brasil entre os anos de 1995 à 1998

A década de 1990 foi marcada por ter grandes mudanças nos posicionamentos do Brasil no que se refere a sua política nuclear, acompanhada de moderação de investimentos no setor. Com restrições orçamentárias causadas por um período de estabilização da economia brasileira, falta de recursos atrasaram o início da construção da usina de Angra III e dificultaram a finalização da usina de Angra II (PATTI, 2013). No caso de Angra II, a obra foi retomada no final de 1994, com licitação realizada em 1995. Segundo Witold Lepecki, coordenador do Grupo do Tório e conselheiro na AIEA, em depoimento concedido a Tatiana Coutto e Lucas Nascimento, organizado no livro de Patti (2014), de maneira resumida, a construção de Angra II só foi retomada a partir do governo de Cardoso, após quase uma década com obras paralisadas, concluída em 2000, com a planta entrando em operação comercial dois anos mais tarde (PATTI, 2014).

Em diferente setor, da ciência e tecnologia, segundo o relatório anual da CNEN, os recursos em posse da comissão tiveram certa irregularidade de investimentos entre 1994 a 1999, período do primeiro e o começo do segundo mandato de FHC, conforme se observa no gráfico 1. O destaque é para o crescimento no orçamento da instituição entre 1994 a 1997, seguido de queda nos anos seguintes.

Figura 3 – Evolução do orçamento em reais da CNEN entre 1994 a 1999.

⁶⁹ Par mais, ver Patti (2012).



Fonte: Elaboração própria, com dados em reais brasileiros obtidos pela CNEN (2000).

A variação financeira impactou os projetos nucleares do Brasil, mas pode-se dizer que nos anos de 1990 não foram completamente interrompidos. Muito pelo contrário, a finalização de Angra II e a manutenção de custeios para instituições como a CNEN provam o contrário. Outra área que ficou muito ativa no período foram as decisões acerca da diplomacia brasileira na área nuclear. A adesão a regimes de não proliferação nuclear, e instituições correlacionadas provou-se área de grande relevância e interesse para o governo federal nesse período.

Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi a adesão ao NSG. Em primeira ocasião, uma missão do NSG veio até o Brasil em março de 1994, para informar as atividades que desenvolviam e tomar conhecimento se o Brasil desejava aderir ao grupo. Naquele o Brasil negou ter condições de aderir ao grupo, não por resistência, mas pelo atraso em aprovar no Congresso Nacional a legislação específica e necessária de controle de exportações de bens e tecnologias sensíveis. Tal lei, Nº 9112, foi aprovada somente em outubro de 1995, durante gestão de FHC. Agora que o Brasil dispunha de mecanismo legal, com previsão de sanções penais, poderia exercer controle que exigia a condição de membro do grupo.

Adequando-se para entrar ao NSG, na mesma ocasião e motivado pelos mesmos critérios políticos, o Brasil também adere, em 27 de outubro de 1995, ao MTCR, abandonando o desenvolvimento nacional de mísseis balísticos⁷⁰. Assim, tão logo que a lei Nº 9112 ficou

⁷⁰ Lampreia explicou na entrevista que concedeu a Matias Spektor, em 2010, mais acerca da adesão ao MTCR: “[...] nós resolvemos fazer foi ir gradualmente nesse caminho e começar não pelo TNP, que era, de certo modo, uma imagem mais carregada de peso simbólico inclusive, tinha sido uma bandeira importante do Brasil nos anos 60 e nos anos 70,

regulamentada para o campo nuclear nacional, o país em seguida ingressa ao NSG, em abril de 1996⁷¹.

A aprovação ao CTBT veio logo após as adesões ao MTCR e ao NSG, decisões em sequência. Nessa circunstância, Brasília manifestou-se favorável, logo de início, às medidas mais efetivas na promoção do desarmamento global, algo que seria fortalecido com as moratórias dos testes nucleares, daí a necessidade de aderir ao CTBT. Perto do período em que a resolução do CTBT foi enviada para a AGNU para votação, o chanceler Lampreia expôs em documento enviado a FHC as razões pelas quais o Brasil deveria assinar tal iniciativa⁷². Visto o alinhamento com Washington nesse período para esse tipo de tema, não houve nenhum tipo de resistência do governo em aderir a resolução. Pelo contrário, era interessante somar esforços na comunidade internacional, ao lado das potências nucleares, que desejava garantir a segurança global através do acordo que tentou banir testes nucleares no mundo, mas que não teve sucesso em seu objetivo⁷³. Somente anos mais tarde foi que a administração de Luiz Inácio Lula da Silva irá manifestar uma postura crítica com a falha norte-americana de aderir ao tratado na época, face as tensões entre Índia e Paquistão que impediu Washington de assinar a resolução (PATTI, 2021).

Outro tratado importante, de grande impacto e relevância para a política externa brasileira, foi o TNP. O grau de relevância do processo de adesão do Brasil ao regime deve-se a postura defendida pelo país de considerar o tratado desigual, discriminatório e uma interferência indevida em seus direitos soberanos, dado que encerraria o acesso do país a uma importante tecnologia,

mas pelo Regime de Controle de Mísseis. O Regime de Controle de Mísseis era uma questão real porque havia um programa brasileiro de construção de um foguete e de mísseis que, na medida em que entra, a partir de um certo momento, em tecnologias duais, tecnologias que podem vir a ter um uso militar, poderia suscitar problemas e dificuldades, inclusive dificuldades de acesso à tecnologia, dificuldades de... para instituições que não tinham nada a ver com aquilo, como a própria Petrobras e outros, não é? Então, resolvemos dar início a esse programa, ou completar esse programa, porque já vinha, na verdade, desde os acordos com a Argentina, com a adesão ao MTCR, o Missile Technology Control Regime, que foi feito em junho.” (LAMPREIA, Luiz Felipe. *Luiz Felipe Lampreia (depoimento)*, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.)

⁷¹ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.10/1. Data: 10.01.1995 a 05.10.1998. Qtd.de documentos: 104 (553 fl.). Documentos sobre as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, durante a primeira gestão do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, compreendendo correspondências sobre viagens e visitas a ambos os países e correspondências trocadas com Thomas Mack McLarty (Ex-chefe de Estado da Casa Branca e Conselheiro especial para as Américas do presidente Bill Clinton), Henry Kissinger (ex-secretário de Estado dos Estados Unidos), Madeleine Albright (secretária de Estado dos Estados Unidos entre 1997 e 2001) e com Michael Kantor (representante de Comércio dos Estados Unidos entre 1993 e 1997). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=NSG&pagfis=9978. Acessado em 18/10/2021.

⁷² Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documentos enviados pelo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, comunicando as decisões tomadas pelo Ministério sobre a participação do Brasil nas Conferências do Desarmamento e na AGNU. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=%c3%adndia&pagfis=14560. Acessado em 18/10/2021.

⁷³ Para relembrar, voltar página 54.

estratégica e relevante em vários sentidos, restringindo à um grupo muito pequeno, grandes potências da Guerra Fria. Abandonar, portanto, qualquer iniciativa de desenvolver tecnologias nucleares não pareceu razoável para o Brasil quando o tratado foi aberto para assinaturas em 1970.

No entanto, essa postura foi revista no primeiro mandato de FHC. Luiz Felipe Lampreia (2010) expressou o peso dessa tradição, quando questionado sobre em entrevista, se o governo FHC teve alguma dificuldade em assinar o tratado antes de 1998

Não, dificultado não. Mas eu acho que nesse caminho, justamente por ter sido uma coisa tão emblemática de uma autonomia brasileira, de uma postura independente do Brasil, havia uma preocupação de não precipitar as coisas e fazer... acompanhar a própria evolução, as conferências de revisão do TNP e, enfim, os movimentos internacionais de adesão em torno do TNP, para só então tomar uma atitude. Mas não fazer uma coisa precipitada, que poderia dar uma sinalização equivocada da nossa parte (LAMPREIA, 2008, p. 158).

Conforme percorrido, a RevCon do TNP havia aprovado a extensão do tratado por tempo indefinido, medida amplamente aceita pelos membros signatários do mesmo. Isso, para Lampreia, foi um fator de peso visto que colocaria o Brasil ao lado de Índia, Paquistão e Israel, países sem credenciais internacionais de não proliferação⁷⁴. Além disso, segundo Patti (2012, p. 237), a adesão ao TNP poderia garantir ao Brasil o acesso a tecnologias de ponta, e aumentar o prestígio do país no contexto internacional, em um período marcado por grandes mudanças nas relações de poder, conforme analisado no capítulo 1.

Nesse contexto, no começo de 1997, a equipe de Lampreia emitiu um documento interno explicando a importância de aderir ao tratado⁷⁵. Apesar do documento ter provocado reações positivas e negativas no MRE, uma reunião de alto nível foi marcada em 26 de março de 1997 com diversas autoridades brasileiras para pacificar o tema (PATTI, 2012, p. 237). Sem grandes oposições, a não ser as críticas características da época, por parte de militares e congressistas, colocando FHC como um presidente “entreguista”, o tratado é assinado em junho de 1997, e

⁷⁴ “Então, eu anunciei que o presidente tinha tomado a decisão de assinar o TNP e que essa decisão se baseava na constatação de que não havia mais nada a ganhar e não havia mais nenhuma razão de interesse nacional para justificar que o Brasil estivesse fora do TNP, que não havia nada de prático que pudesse ocorrer que viesse a interferir ou prejudicar o nosso programa nuclear, que já estava em caminho, e que hoje era uma posição apenas de princípio nossa, desde aquele momento, e essa posição do princípio nos deixava mal porque nos deixava em companhia de países, digamos, nucleares não confessos, não admitidos, como Israel, Índia e Paquistão, que eram países em uma situação completamente diferente da nossa. Então, esse era um ponto. O outro é que o TNP era um emblema do mainstream internacional, do essencial” (LAMPREIA, 2008, p. 162).

⁷⁵ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.04/1. Data: 04.01.1995 a 26.03.1997. Qtd.de documentos: 21 (188 fl.). Documentos relativos às reuniões do Conselho de Política Externa, do Ministério das Relações Exteriores, compreendendo atas dos encontros; anotações manuscritas do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre reunião no Palácio Alvorada (doc.21). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=O%20regime%20internacional%20de%20n%C3%A3o%20prolifera%C3%A7%C3%A3o%20nuclear:%20uma%20an%C3%A1lise%20da%20posi%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20frente%20ao%20TNP&pagfis=9047. Acessado em 19/10/2021.

ratificado em 1998, tendo entrado em vigor em 18 de setembro daquele ano (PATTI, 2012).

A essa altura, o Brasil fazia parte de todas as iniciativas de não proliferação, não fosse a rejeição por aceitar o Protocolo Adicional (PA) da AIEA. O PA permite acesso da AIEA a um amplo controle de fiscalização acerca das instalações nucleares brasileiras. No entanto, reconhece-se no período que o acordo quadripartite já atendia, e ainda atende, as demandas de inspeção das estruturas nucleares brasileiras, o que tornou o PA controverso, visto que segredos industriais e outras informações poderiam vazar a um custo político não satisfatório para o Brasil (DAMASO, 2019). Tão logo quando pôde, à época da gestão de Cardoso, o Brasil optou, portanto, por não implementar essa salvaguarda.

Outro ponto importante desse período, foram acontecimentos envolvendo o presidente Cardoso, o programa de enriquecimento de urânio brasileiro, e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que tem o objetivo de criar um motor adaptado, movido a energia nuclear para um submarino nacional. Em 1988, foi criada em Iperó, São Paulo, a Coordenadoria para Projetos Especiais (COPESP), que passa a se chamar em 1995 Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), além da planta de Aramar, sob responsabilidade da Marinha do Brasil. No mesmo ano, também foi criada a Indústria Nuclear Brasileira (INB)⁷⁶. O objetivo do CTMSP foi dar prosseguimento a esses dois projetos mencionados, o de enriquecimento de urânio e o do submarino⁷⁷. No entanto, devido às crises financeiras da década de 1980 e 1990, o projeto ficou sem recursos financeiros que necessitava, principalmente para o projeto de submarino nuclear nacional⁷⁸. Cardoso visitou a planta de Aramar em abril de 1996, ocasião em que foram solicitadas as verbas para o projeto do submarino⁷⁹, que corria risco de ser paralisado. Sem fornecer os recursos, o projeto estagnou⁸⁰.

⁷⁶ A INB foi idealizada para concentrar todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, e retirar a exclusividade da marinha desse processo. Segundo Kamioji e Filho (2019), o Almirante responsável pela pasta da Marinha do Brasil, Mauro César, propôs a FHC que a Marinha produzisse cascatas de enriquecimento para a INB. Disso, o CTMSP concordou em fazer enriquecimento em escala industrial, enquanto a marinha fornecia parte do urânio enriquecido para as usinas de Angra I e II (KAMIOJI; FILHO, 2019). Portanto, ainda que o programa do submarino tivesse estagnado, continuaram os projetos de enriquecimento de urânio, o que interessava comercialmente a INB, Angra I e II.

⁷⁷ Para mais, ver Patti (2012).

⁷⁸ Diversos pedidos de recursos financeiros para o programa nuclear brasileiro foram encaminhados pelos representantes da Marina ao governo federal durante o primeiro mandato de FHC. A Marinha do Brasil fez campanha para que o projeto do submarino nuclear brasileiro fosse visto como um investimento digno dos R\$ 150 milhões de reais que ainda precisava. Paulo Heslander, do PTB-MG, encaminhou um projeto de lei que destinava R\$ 30 milhões ao programa. No entanto, muito pouco foi destinado ao projeto no período, tendo sido retomado com mais força no final do segundo mandato de Cardoso.

⁷⁹ Folha de São Paulo. Ministro cobra recursos de FHC para submarino. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,marinha-precisa-de-10-anos-para-terminar-submarino-nuclear,20020415p58899>. Acessado em 20/10/2021.

⁸⁰ Diário de Sorocaba, 05 de abril de 1996. “FHC não garante mais recursos para Aramar”.

2.6 Acordo inusitado: antecedentes da viagem de FHC à Índia, o encontro e a formalização do acordo nuclear indo-brasileiro e do protocolo de São Paulo

No período atual, a Índia tem que buscar novos parceiros. Nenhuma relação parece mais promissora do que aquela com o Brasil (RAO, Narashimra. Declaração oficial, 1995)⁸¹

Brasil e Índia ampliaram laços diplomáticos e comerciais nos anos 1990. A relevância comercial e estratégica que demonstravam ter um com o outro possibilitou que diversas iniciativas frutificassem ao longo da década analisada, mas mais destacadamente a partir da primeira gestão de FHC. Entre os diversos acordos relacionados a temas comerciais, sanitários e tecnológicos firmados ao longo de 1995 a 1998, há aquele tratado no campo nuclear, cujo interesse de autoridades do programa nuclear brasileiro chama a atenção nesse período. Faz-se necessário entender os antecedentes relevantes do mesmo, para então descrevê-lo.

Para a posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o PM da Índia, Narashimra Rao, enviou o Ministro das Ferrovias C. K. Jaffer que o presidente recém empossado para visitar a Índia, em data a ser definida pelos canais diplomáticos. Cardoso aceitou combinar uma visita presidencial àquele país, enaltecendo as potencialidades dos laços políticos, econômicos-comerciais, científicos e tecnológicos que a iniciativa poderia trazer a ambos os governos, em seus respectivos projetos de desenvolvimento⁸².

A boa disposição de Cardoso em aceitar o convite para visitar à Índia repercutiu positivamente para aumentar a vinda de autoridades daquele país para o Brasil. No começo de 1995, registraram-se diversas visitas de oficiais de instituições indianas, cada uma correspondendo a uma área relevante, o que demonstrava o esforço para manter as relações entre os dois países em alta. Em maio, o Secretário Federal do Comércio da Índia, Tejendar Khanna, chefiou uma grande delegação de empresários indianos representantes de várias áreas comerciais⁸³. Em agosto do mesmo ano, o Ministro da Agricultura da Índia, Balram Jakhar, prospectou parcerias na área principalmente de gados bovinos. Na visita de Jakhar, houve a confirmação da data da visita de Cardoso à Índia no dia da República⁸⁴.

Em setembro, os preparativos para a primeira viagem presidencial à Índia prosseguiram. Luiz Felipe Lampreia, em documento enviado a Cardoso no dia 12 daquele mês, ressaltou a

⁸¹ BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 840] 06 dez. 1995, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. Declaração do Primeiro Ministro.

⁸² Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documentos números 281 ao 283.

⁸³ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documento número 1639.

⁸⁴ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996 . Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documento número 1222.

importância que a visita presidencial teria para diversos assuntos, de temas comerciais aos de segurança⁸⁵.

Em novembro de 1995, uma delegação brasileira foi enviada a Nova Délhi, chefiada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Sebastião do Rego Barros. Nessa viagem, foi produzido um documento preparatório da viagem presidencial de Cardoso à Índia, a citar: ME relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum assinado em Nova Delhi⁸⁶. Também na ocasião foi entregue ao PM Rao um documento relativo às áreas de interesse do Brasil a serem firmadas formalmente quando Cardoso fosse ao país no ano seguinte, sendo: Agenda Comum sobre meio ambiente e o Ato Constitutivo de conselho empresarial misto, para colaboração entre os governos brasileiro e indiano com os respectivos setores empresariais⁸⁷.

Após a viagem de Sebastião Rego Barros, completou o ciclo de visitas brasileiras à Índia em 1995 o Ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, que chefiou outra grande delegação brasileira para Nova Delhi entre os dias 06, 07 e 08 de dezembro, com enfoques em outras áreas complementares e mais sensíveis. Essa viagem tinha como objetivo estabelecer uma ponte para eventuais acordos nas áreas de Cooperação Científica e Tecnológica. Na ocasião, foram destacados quatro setores em consonância com os interesses indo-brasileiros, sendo estes: saúde (trocas de informações acerca do funcionamento dos sistemas de saúde de cada país; desenvolvimentos de vacinas, medicamentos, genética molecular e biotecnologia); pesquisa e desenvolvimento, e energia⁸⁸.

A viagem de José Israel Vargas à Índia serviu abriu espaço para intercâmbio na área tecnológica. Disso, foi organizado o seminário “Índia e Brasil” pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) da Fundação Alexandre de Gusmão, entre os dias 11 e 12 de janeiro de 1996, pouco menos de duas semanas antes da viagem presidencial de FHC à Índia⁸⁹. O seminário que ocorreu no IPRI, em Brasília, abordou diversos temas, entre os quais destaca-se: “Energia e Setor Nuclear na Índia: Possíveis Áreas de Interesse para o Brasil”, expostos por

⁸⁵ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996 . Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documento número 280.

⁸⁶ BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 675] 08 nov. 1995, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p.
. III Reunião De Consultas Políticas.

⁸⁷ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documento número 1639.

⁸⁸ BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 710] 21 nov. 1995, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 2 p.
. Brasil-Índia. C T. Visita Do Ministro Jose Israel Vargas. Cooperação Técnico-Científica.

⁸⁹ O seminário foi aberto pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, na presença do Governador do Rio de Janeiro Marcello Alencar, e encerrados pelo Embaixador Sebastiao do Rego Barros, na presença do Ministro Israel Vargas. Os tópicos do seminário foram três, a citar: "O Brasil e a Índia no cenário político internacional dos próximos anos", "O Brasil e a Índia no cenário econômico internacional dos próximos anos", e "Perspectivas estratégicas nas relações Brasil-Índia". Disso, foi produzido o livro do encontro, publicado em 1997 pela FUNAG.

Claudio Rodrigues e Gilberto Andrade⁹⁰, e “Índia-Brasil: Proposta para um Programa de Cooperação Conjunto nas Áreas de Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente”, exposto por Sérgio Mascarenhas⁹¹.

No artigo de Rodrigues e Andrade, apresentado como capítulo no livro organizado por Guimarães (1997), produto final das apresentações no seminário, o trabalho apresentado analisou o perfil energético de Índia e Brasil, e destacou a importância que a cooperação do aproveitamento do tório teria para uma estratégica aproximação entre os dois países no aspecto nuclear. Outro trabalho, de Sérgio Mascarenhas, complementava acerca dessa mesma temática que:

Energia Nuclear. Este é um setor no qual várias atividades conjuntas podem ser empreendidas, tendo em vista o interesse mútuo de ambos os países e a ausência de problemas geopolíticos sensíveis. Uma possível lista de subitens é: O uso de tório para reatores de força. Índia e Brasil são os países de maior expressividade no que diz respeito a minerais que contêm tório [...] pode-se observar agora que realmente o tório é um material estratégico e um importante parâmetro para futuros desenvolvimentos tecnológicos de reatores nucleares. Seria extremamente valioso se o Brasil e a Índia pudessem levar adiante uma política conjunta nesta área, sob todos os pontos de vista: científico, tecnológico e comércio e negócios internacionais. Esperamos que autoridades de ambos os países sigam os passos necessários à organização de um programa cooperativo conjunto de tório, envolvendo todos os aspectos mencionados. (GUIMARÃES, 1997, p. 588).

Com o fim do seminário, um relatório preliminar de sua conclusão foi produzido em 15 de janeiro, e enviado para a embaixada do Brasil na Índia⁹². De modo resumido, a informação contida no documento era de que, após a apresentação dos estudos, a cooperação entre Índia e Brasil realmente tinha grande potencial, já que se tratava de países que exerciam certa liderança em suas respectivas áreas, sem restrições geopolíticas entre eles, e que poderiam cooperar em diversos temas importante e relevantes, em aspectos sensíveis ou não em questões políticas.

O apontamento do seminário, e o resultado das visitas das delegações brasileiras e indianas no curso do ano de 1995, foram os eixos da visita presidencial de Cardoso à Índia. Na ocasião deste evento, que ocorreu efetivamente entre 22 a 28 de janeiro de 1996, estiveram ao lado do presidente diversas autoridades relevantes. Entre estas, cabe destacar na delegação os seguintes nomes: Presidente da CNEN, José Mauro Esteves dos Santos, o Diretor Comercial da Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP), Hélio José de Carvalho Monteiro e o Embaixador, Secretário

⁹⁰ É relevante destacar que Cláudio Rodrigues foi Superintendente do IPEN-CNEN/SP e membro da Sociedade Brasileira de Física, da Associação Brasileira de Energia Nuclear, da Optical Society of American Physical Society e da American Nuclear Society.

⁹¹ Diretor e Presidente do Departamento de Física e Instituto de Física e Química. Universidade de São Paulo.

⁹² BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 065] 15 jan. 1996, MRE, Brasília [para] Nova Delhi 2 p. Seminário do Ipri no Rio De Janeiro. Relatório Preliminar.

de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ronaldo Mota Sardenberg⁹³.

Consoante com os objetivos de estreitar as relações com os indianos, estão entre os documentos mais relevantes para esse estudo assinados por FHC em sua visita à Índia: a Declaração Conjunta sobre a Agenda Brasil-Índia para Cooperação Científica e Tecnológica, que visava renovar o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 1985⁹⁴, estipulando a criação de um comitê conjunto responsável por organizar workshops para o desenvolvimento de tecnologias que tivessem relevância comercial e social para ambos países; e a Declaração Conjunta entre Brasil e Índia. Na Declaração Conjunta, foi assinado o ME entre a CNEN e a DAE⁹⁵. O ME celebrado entre as agências foi um tanto quanto inusitado para o período, dado o contexto com que Índia e Brasil caminhavam com suas políticas nucleares na época. De um lado, a Índia havia supostamente tentado realizar um teste nuclear em 1995, e se negava aceitar a extensão indefinida do CTBT, e aderir ao TNP. Por outro, o Brasil estava em vias de adesão tanto do CTBT, quanto do NSG e TNP, e conclamava os países a aderirem as iniciativas de não proliferação.

Em seu formato inicial, o ME apresentou 11 artigos, que ampliavam as áreas de cooperação nuclear entre Brasil e Índia para uso de fins pacíficos. Especificamente, concentrava-se em áreas como a permuta de informações de pesquisas e experiências para uso da energia nuclear, intercâmbio de bolsas de estudos para aperfeiçoamento técnico e científico, transferência, venda e empréstimo de equipamentos sensíveis sob salvaguardas da AIEA, uso do tório enquanto combustível e a extensão do tratado por 5 anos, sujeito a denúncia do mesmo, se necessária. Em 25 de janeiro, o memorando já havia sido assinado pelos presidentes das duas agências nucleares (CNEN e DAE), respectivamente José Mauro Esteves e Rajagopala Chidambaram.

Vale ressaltar que Índia e Brasil assinaram o primeiro acordo de cooperação para o uso pacífico da energia nuclear em 1968, após a visita da PM indiana Indira Gandhi a Brasília. O documento: “Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da Índia sobre a cooperação para a utilização pacífica da energia nuclear”, foi promulgado em 1970 pelo Congresso Nacional brasileiro, e teve duração de 5 anos, sem prorrogação. O ME assinado em 1996 substituiu o acordo de 1970.

⁹³ Relatório completo da Viagem Presidencial de Fernando Henrique Cardoso à Nova Deli e Bombai, Índia, entre os dias 22 a 28 de janeiro de 1996. Secretaria de Documentação Histórica. Reservado. 1996.

⁹⁴ Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia sobre a cooperação nos campos da Ciência e Tecnologia – CNEN. data: 22.07.1985. Acessado via solicitação à CNEN em 02/02/2021.

⁹⁵ Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia sobre a Cooperação para Utilização da Energia Nuclear – CNEN. Data: 27.01.1996. Acessado via solicitação à CNEN em 14/11/2019. É importante destacar nessa documentação que, na clausula preambular, é dito que: “Movidos pelas relações amistosas existentes entre seus países e o desejo comum de ampliar e intensificar a cooperação bilateral no campo científico e tecnológico e tendo em vista o Acordo de Cooperação nos campos da ciência e tecnologia assinado pelo Governo da República Federativa do Brasil e pelo Governo da República da Índia, em 22 de julho de 1985”.

O memorando estava conforme com os termos previstos no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 1985, que também foi renovado na viagem de Cardoso à Índia, conforme relatado pelo ex-chefe do Departamento de Salvaguardas Nucleares da CNEN Laércio Vinhas, em entrevista concedida ao autor⁹⁶. Isto é, o ME fez parte de uma das áreas de cooperação tecnológica que o Brasil estabeleceu à época com os indianos em Nova Delhi, anexados à Declaração Conjunta Brasil-Índia.

Naquele período, a cobertura da imprensa brasileira acerca da viagem presidencial de Cardoso à Índia tratou de abordar com grande ênfase a assinatura do memorando, tratando-o como um Acordo Nuclear de grande impacto entre as partes, conforme demonstram algumas manchetes de jornais do período, que serão mais adiante citadas. Dado o contexto da época, alguns pontos do conteúdo do ME foram tratados como uma iniciativa inusitada e perigosa do Brasil em recorrer a uma cooperação com a Índia no campo nuclear, motivo pelo qual a cobertura da imprensa teve foco em tornar o conteúdo do documento o mais transparente possível.

Antes mesmo da viagem presidencial à Índia ocorrer, por exemplo, em 21 de janeiro de 1996, o Jornal do Brasil confirmou por uma entrevista com o presidente Cardoso, que o Brasil trataria de temas nucleares entre as duas agências responsáveis pelas áreas na sua viagem à Índia⁹⁷. Os campos de interesses do Brasil nesse acordo, segundo o jornal, seriam: radiação de alimentos, medicina nuclear e uso do tório enquanto combustível, muito embora esse último tenha sido abordado como o ponto controverso e polêmico.

As suspeitas veiculadas nos jornais de época eram embasadas em posicionamentos de autoridades importantes do período, levando a crer que o acordo com a Índia poderia abranger o desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao uso do tório para fins duais, e trazer malefícios ao Brasil nas suas relações internacionais⁹⁸.

Em entrevista para a Folha de São Paulo em 22 de janeiro, acerca do ME que seria firmado entre a CNEN e DAE, tratado pela imprensa de “Acordo nuclear com a Índia”, Cardoso disse:

⁹⁶ VINHAS, Laércio. Entrevista concedida aos pesquisadores Carlo Patti e André Motta. No diálogo, Vinhas esclarece que o acordo firmado nos anos de 1970, expirou-se em 1975, e foi renovado através do ME assinado entre a CNEN e a CAE, em 26 de janeiro de 1996.

⁹⁷ Jornal do Brasil. Brasil Assinará Acordo Nuclear. Edição 00288. 21 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=160005. Acessado em 28/10/2021.

⁹⁸ Vale ressaltar que, após a declaração oficial da assinatura do memorando, houveram reações entre autoridades científicas brasileiras. Em 23 de janeiro, Oscar Sala, ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC), em entrevista concedida ao jornal “O País”, declarou que na eventual assinatura do MoU “As grandes potências não vão gostar. Somos o maior produtor de tório do mundo e esse combustível é bem mais potente e eficiente que o urânio. Nem as potências nucleares tem hoje condições de utilizar plenamente o tório. Preferem o urânio, que é mais abundante.” O país. Brasil fará acordo nuclear com a Índia. 23 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_18&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=66839. Acessado em 28/10/2021.

“Não houve acordo nuclear nenhum. Não há nada disso. Negativo. Nosso acordo é de bases puramente científicas, nada nuclear. Você deve estar se referindo à questão do tório, com fins absolutamente controláveis. Eu sou contra a utilização de qualquer coisa nuclear. Eu sou contra isso”⁹⁹. Ayrton Caubit, que ocupava no período o cargo de Diretor da CNEN, afirmou ao Jornal do Brasil em 21 de janeiro que, ainda que Índia e Brasil buscassem uma parceria em diversos campos, incluso o uso de tório, e não fossem signatários do TNP, a CNEN “estava se cercando de todas as cautelas”¹⁰⁰.

Dias depois, em entrevista para a Folha, Ronaldo Sardenberg afirmou que o acordo nuclear estava em andamento havia três meses¹⁰¹, e negou, ao ser indagado, que havia sigilo das negociações, e que este se derivava de quaisquer intenções militares dos dois países. O Secretário para assuntos estratégicos também reforçou que os interesses do acordo eram estritamente comerciais e científicos, já que a NUCLEP pretendia vender equipamentos aos indianos, e o Instituto de Proteção Radiológica (IPR) pretendia aprender técnicas para evitar acidentes radiológicos¹⁰².

Segundo as versões originais dos jornais “O País”, de 25 de janeiro de 1996¹⁰³, e “O Fluminense”, de 27 de janeiro¹⁰⁴, Ronaldo Sardenberg e Mauro Esteves também declararam, em entrevistas, que o memorando celebrado teria salvaguardas da AIEA, algo que, conforme relatado por Laércio Vinhas, em entrevista concedida ao autor, foi confirmado devido natureza do acordo. Outros jornais, como a Tribuna da Imprensa e o Jornal do Commercio, nas suas respectivas edições

⁹⁹ Folha de São Paulo. FHC discute na Índia cooperação Nuclear. 22 de jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/22/brasil/8.html>. Acessado em 28/10/2021.

¹⁰⁰ Jornal do Brasil. Brasil Assinará Acordo Nuclear. Edição 00288. 21 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=160005. Acessado em 28/10/2021.

¹⁰¹ Segundo ostensivo da Embaixada Brasileira em Nova Déli, esse contato já estava sendo feito aproximadamente no mesmo período da viagem de José Israel Vargas à Índia. No documento, se descreve que: “ambas as Instituições, que há muito mantem contatos, mas sem desenvolver Projetos conjuntamente, aproximaram-se após a vinda, em fins de 1995, do presidente da CNEN a um congresso sobre energia nuclear na Cidade sulina de Trivandrum”. Não se sabe a data exata em que José Mauro esteve na Índia no ano de 1995, para preparar o acordo entre a CNEN e a CEA. BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 0156] 02 fev. 1996, MRE, Brasília [para] Nova Delhi 2 p. Acordo de Cooperação Nuclear para fins Pacíficos. Análise e desdobramentos.

¹⁰² Folha de São Paulo. Brasil quer tecnologia dos indianos. 24 de jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/24/brasil/5.html>. Acessado em 28/10/2021.

¹⁰³ Jornal do Brasil. Sai o acordo nuclear. Edição 00292. 25 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=160259. Acessado em 28/10/2021

¹⁰⁴ O Fluminense. “Memorando substitui acordo nuclear”. Edição 34483. 27 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_13&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=55858. Acessado em 28/10/2021.

dos dias 23¹⁰⁵, 27 e 28¹⁰⁶ de janeiro, também destacaram a assinatura do memorando para utilização do tório e outras áreas sensíveis.

Na entrevista concedida ao autor, Laércio Vinhas afirmou que a iniciativa de assinatura do ME partiu principalmente do Secretário de Assuntos Estratégicos Ronaldo Sardenberg. Segundo Vinhas, havia interesse do Brasil em retomar as pesquisas relacionadas ao Grupo do Tório¹⁰⁷, grupo responsável pelas pesquisas acerca do uso deste mineral em reatores rápidos, que esteve na ativa nos anos de 1965 em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais¹⁰⁸. A partir do acordo de cooperação nuclear com os indianos, que também possuíam interesse na mesma categoria de tecnologia, o acordo foi estabelecido principalmente sob eixo central do avanço dos dois países na utilização do tório, muito embora isso tenha sido omitido e, em partes, negado publicamente pelas autoridades brasileiras que destacavam aspectos meramente comerciais do ME na imprensa¹⁰⁹.

Seguindo, os desdobramentos do ME na área nuclear foram posteriormente analisados pela Embaixada Brasileira da Índia, em telegrama interno para o MRE no começo de fevereiro de 1996. O telegrama em questão revelou que R. Chidambaram, chefe do programa nuclear da Índia, foi convidado para visitar as instalações nucleares brasileiras, logo após a reunião dos governadores da AIEA, no final de março de 1996¹¹⁰. Chidambaram aceitou o convite com bastante interesse, confirmando sua vinda ao Brasil, que tinha como principal objetivo a utilização do tório para diversos fins, além de ampliar as possibilidades de cooperação nuclear entre os dois países em questão¹¹¹.

¹⁰⁵ Jornal do Commercio. Brasil intensifica comércio com a Índia. 23 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=69614. Acessado em 28/10/2021.

¹⁰⁶ Tribuna da Imprensa. Brasil e Índia assinam memorando de cooperação nuclear em 7 áreas. 27 e 28 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_05&Pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=35110. Acessado em 28/10/2021.

¹⁰⁷ Vinhas afirma que o centro de pesquisas avançadas com o tório seria desenvolvido no IPEN, em São Paulo, e no CDTN, na sede de Belo Horizonte. No entanto, conforme se verá mais adiante, a iniciativa não prosperou.

¹⁰⁸ Para mais ver Patti (2012).

¹⁰⁹ Em entrevista com Laércio Vinhas, também foi adicionado que: “Brasil e Índia teriam muita coisa em comum, teriam também em várias áreas uma complementariedade e seria um acordo bastante interessante. As áreas que se negociou eram bastante pacíficas e normais.” VINHAS, Laércio. Entrevista para Carlo Patti e André Luiz Cançado Motta. 23 set. 2021.

¹¹⁰ Além disso, o mesmo telegrama destacou os pontos centrais firmados no ME, tema de sensível importância para o programa nuclear brasileiro, que ao contrário do que era dito por algumas autoridades publicamente na imprensa, tinha a questão do tório como central.

¹¹¹ BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 165] 02 fev. 1996, MRE, Nova Deli [para] Brasília 2 p. Brasil-Índia. Visita Presidencial. Acordo de Cooperação Nuclear Para Fins Pacíficos. Análise e desdobramentos. “O uso do tório como combustível reveste-se de especial importância, já que tanto Brasil como Índia possuem reservas consideráveis desse elemento. A principal vantagem do estudo do ciclo do tório é aumentar as reservas energéticas dos países, como as reservas brasileiras de tório são pelo menos quatro vezes maiores que as de urânio, o estudo do ciclo poderia aumentar em muito as reservas de energia nuclear do Brasil. A Índia vem analisando as possibilidades do tório há

Antes da vinda de Chidambaram, Ishrat Aziz tomou posse do cargo de Embaixador da Índia no Brasil no começo de junho de 1996. Em entrevista para o autor¹¹², Aziz mencionou que tomou conhecimento dos preparativos da visita de Chidambaram assim que assumiu a sua função em Brasília, tendo sido o principal oficial da Índia responsável por receber a delegação da CEA, entre os dias 15 a 19 julho de 1996. A visita de fato ocorreu na data prevista. O primeiro encontro da delegação da Comissão Nuclear da Índia foi com o presidente e os diretores da CNEN¹¹³, em 15 de julho de 1996. Após a visita da comissão indiana na CNEN do Rio de Janeiro, visitaram, nos dias seguintes, as plantas de Angra I e Angra II, a fábrica de componentes pesados da NUCLEP, seguida pela ida a ARAMAR e ao IPEN, onde enceraram a agenda em São Paulo, no dia 19 de julho.

O cientista Laércio Vinhas, mencionou em sua entrevista concedida ao autor, que a visita da delegação da Índia a ARAMAR foi bastante completa¹¹⁴. Vinhas relatou que nesta ocasião foram exibidas aos indianos as principais tecnologias brasileiras de enriquecimento de urânio, no caso as centrífugas localizadas em Iperó, no campo de ARAMAR, além de outras instalações e tecnologias sensíveis. Outro momento importante da visita dos indianos às instalações nucleares brasileiras foi a reunião que ocorreu no IPEN, no último dia em que estiveram no Brasil. Ambos os entrevistados, Laércio Vinhas e Ishrat Aziz, e se recordaram de alguns detalhes importantes¹¹⁵. Vinhas afirmou que ocorreu essa reunião e que ela se estendeu por, cerca de, 40 minutos no IPEN, e lá estavam todos os membros a delegação da Índia, incluso o chefe do programa nuclear indiano¹¹⁶. Foi nesta reunião que se assinou o Protocolo de São Paulo, documento que foi anexado

muitos anos e a CEA opera um reator nuclear, próximo a cidade de Madras, que contem tório em seu núcleo. Outro aspecto da cooperação a ser desenvolvida que merece destaque é o relativo a agricultura e alimentos. No que tange a agricultura, ambos os países realizam pesquisas sobre a utilização de técnicas nucleares para produzir espécies vegetais mais resistentes a pragas e doenças. Já com relação a alimentos, o Brasil tem interesse em melhor conhecer uma técnica, hoje em dia utilizada em 23 países, entre os quais a Índia, que permite que sejam conservados, por muito mais tempo que por meio de técnicas convencionais e sem o uso de substâncias artificiais, grãos, verduras, legumes, carnes e peixes. Determinados setores da iniciativa privada brasileira têm interesse nessa técnica, já que propicia a criação de um mercado de exportação hoje não existente, justamente por problemas de conservação”.

¹¹² Aziz, Ishrat. Ex-Embaixador da Índia no Brasil entre junho de 1996 a setembro de 1998. Entrevista concedida a André Luiz Cançado Motta. 30 nov. 2021.

¹¹³ Estavam presentes na visita. Presidente da CNEN, Dr. José Mauro Esteves dos Santos; Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento, Dr. Antonio Carlos de Oliveira Barroso; Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear, Dr. Ayrtton Caubit; Diretor de Administração, Ora. Regina Sabóia; Dr. R Chidambaram e membros da equipe. Laércio Vinhas e Ishrat Aziz estiveram acompanhando as delegações em todas as agendas que ocorreram nos dias mencionados. CNEN. Visit of Dr. R. Chidambaram to Nuclear Installations in Brazil. Date: July 15-19, 1996. São Paulo e Rio de Janeiro. Sem data. Documento obtido via solicitação à CNEN em 05 de maio de 2020.

¹¹⁴ “A visita deles em ARAMAR foi bastante completa. Eu teria mostrado, se eu tivesse resolvido a visita, teria mostrado menos coisa do que se mostrou. [...] Eles tiveram acesso a algumas oficinas que eu, pessoalmente, não teria mostrado. Mas também vendo a cascata brasileira eles viram o potencial que temos nessa área”. VINHAS, Laércio. Entrevista para Carlo Patti e André Luiz Cançado Motta. 23 set. 2021.

¹¹⁵ Além deles, ambos confirmaram que estavam presentes na reunião José Mauro Esteves, o embaixador do Brasil na Índia, Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, R. Chidambaram e membros da Marinha brasileira e do IPEN.

¹¹⁶ “Teve uma reunião de 40 minutos lá no IPEN, né? Sobre outros assuntos que não os que estavam no protocolo.

ao ME de janeiro do mesmo ano, e serviu como material para designação de cada área de cooperação para as duas comissões nucleares.

Segundo Laércio Vinhas, a conversa que ocorreu às portas fechadas no IPEN, também foram discutidas questões que estavam de fora do previsto ME e do Protocolo de São Paulo. Notou-se, para Vinhas, da parte da delegação da Índia, que havia um grande interesse dos indianos nas tecnologias de reprocessamento e enriquecimento do Brasil, que tinham naquela época um estágio avançado de desenvolvimento. Quando perguntado acerca se houve algum pedido explícito da delegação da Índia acerca de informações documentais das centrífugas brasileiras, Vinhas respondeu que “eles gostariam de pedir, muito embora não quisessem deixar nada registrado devido a temores de possíveis pressões norte-americanas”¹¹⁷.

Do outro ponto de vista, do lado indiano, para o Embaixador da Índia no Brasil, Ishrat Aziz, a visita em ARAMAR gerou impressões positivas em todos de sua delegação, principalmente no Sr. Chidambaram. O Embaixador afirmou que, ainda que não conhecesse os termos técnicos de questões relacionadas a tecnologias nucleares, ficou claro para todos de sua delegação de que o Brasil havia atingido um nível alto de *know-how* em tecnologias nucleares, com um programa de alta credibilidade e um estágio avançado de conhecimento tecnológico nuclear¹¹⁸. Isto refletiu posteriormente no interesse que a DAE demonstrou ter acerca do ME assinado em janeiro, e das potencialidades que o acordo poderia trazer para ambas as partes. Sobre a conversa que ocorreu no IPEN, Aziz afirmou que os termos dos acordos eram gerais, e visavam a cooperação nuclear para fins pacíficos¹¹⁹.

Sempre com minha presença, né? Nessa reunião tinha gente do IPEN e gente da Marinha.” Quando questionado por Carlo Patti se a Marinha tinha algum interesse na área do reprocessamento de material irradiado, Vinhas respondeu: “Não, provavelmente o interesse da marinha era em alguma coisa, em alguns materiais, digamos na ocasião que o Brasil não fazia e que seria difícil de importar de terceiros países, e que pode ser que a Índia tivesse. Por exemplo: um aço especial, alguma coisa. Mas nunca teve nada de concreto. Com certeza teve nada de concreto.” VINHAS, Laércio. Entrevista para Carlo Patti e André Luiz Cançado Motta. 23 set. 2021.

¹¹⁷ VINHAS, Laércio. Entrevista para Carlo Patti e André Luiz Cançado Motta. 23 set. 2021.

¹¹⁸ Além do relato de Aziz, o encontro de Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães com o chefe da Divisão da Índia da América Latina e Caribe, Sr. Sanjay Singh, meses após a assinatura do Protocolo de São Paulo é outro exemplo documentado do grande contentamento que os indianos tiveram ao visitar as instalações brasileiras. Segundo o documento ostensivo encaminhado pelo embaixador à Brasília, Sanjay Singh mostrou-se “muito interessado em desenvolver as possibilidades de cooperação entre os dois países no setor da Tecnologia Nuclear para uso pacífico, tendo afirmado que iria conversar a respeito com o representante da CEA em Nova Delhi. Considerou também muito oportuno a continuação a nível prático do Entendimento expresso no memorando e no protocolo, para o que Sugeriu a realização de um Simpósio num dos dois países”. BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 910] 19 out. 1996, MRE, Nova Deli [para] Brasília 2 p. Brasil-Índia. Encontro no Ministério dos Assuntos Exteriores. Cooperação Nuclear.

¹¹⁹ “Na altura, o principal interesse tanto da Índia como do Brasil era realmente o Desenvolvimento de Tecnologias Nucleares para usos pacíficos. E isso estava de acordo com aquele memorando que foi assinado na Índia pelo Brasil e pela Índia. E houve trocas de pontos de vista gerais nessa altura, porque houve uma reunião entre as delegações da Índia e o anfitrião brasileiro, a contraparte. E eu estava presente nessa reunião, porque estava com o Sr. Chidambaram no momento em que ele chegou e deixou o Brasil”. Aziz, Ishrat. Entrevista para André Luiz Cançado Motta. 30 out. 2021. Tradução Nossa.

O Protocolo de São Paulo, mencionado acima, documento assinado na reunião do IPEN, complementava o ME com doze pontos de cooperação, vinculando seis áreas cruciais pelas quais os dois países se comprometeriam a avançar e ter prioridade para o avanço da cooperação nuclear entre os 12 meses seguintes¹²⁰.

Uma das áreas importantes destes doze pontos de cooperação foi a de número 02, que especificava e designava critérios e cientistas de ambos países para cooperação na área da utilização do tório. Os dois cientistas responsáveis por essa área, conforme as informações devidamente descritas na nota de rodapé 114, foram o Dr. José Rubens Maiorino e o Dr. Venkat Raj. Em entrevista concedida ao autor, Dr. José Rubens Maiorino, disse que um dos desdobramentos do Protocolo de São Paulo foi a designação, por coordenadores do IPEN, para promoção de seminários conjuntos entre Brasil e Índia na questão da utilização do tório, o que não chegou a ocorrer de fato¹²¹.

Para o Dr. Maiorino, a área do tório tinha uma potencialidade em questões estratégicas¹²² no contexto do acordo com os indianos. Em 1988, o grupo de pesquisas responsável por utilizar o

¹²⁰ O texto original do protocolo tratou, entre os pontos chaves dos seguintes pontos: “1) Cada lado designará um coordenador para cada área de cooperação descrita em o anexo. 2) Visita de Delegação Brasileira aos laboratórios e instalações na Índia assim que possível. 3) Intercâmbio de visitas científicas de maior duração entre os dois países no áreas descritas no anexo. 4) Organizar pelo menos um simpósio Indo-Brasileiro por ano em uma das áreas de juros definidos no anexo. O primeiro Simpósio desse tipo será realizado em Bombaim, nos arredores Novembro de 1996 preferencialmente nas áreas de utilização de tório em reatores e nucleares segurança 5) Organizar um segundo Simpósio Indo-Brasileiro sobre o mesmo tema a ser realizado em Brasil no primeiro semestre de 1997, datas a serem decididas no Simpósio em novembro de 1996. As duas partes também concordaram que um programa de visitas com o objetivo de intercâmbio de informações e experiências deve ser organizado entre as centrais nucleares operadores de usinas na Índia e no Brasil, a saber ‘NPCIL e FURNAS. para cobrir tanto a operação e as fases de construção de reatores de potência. Isso deve ser realizado assim que possível.” As áreas de interesse no protocolo foram: 01) Materiais, sob coordenação pela parte brasileira Dr. Paschoal e pela parte indiana Dr. Gupta, que tratava de: Processamento químico e metalúrgico de recursos de tório até vários comercialmente formas utilizáveis: metal, composto (nitrato de tório), novas ligas. e baseado em tório elemento de combustível nuclear. [...] Seminário sobre “Revisão de Recursos de Materiais Estratégicos com referência especial a produtos raros Terras. zircônio, háfnio, urânio. tório e nióbio. 02) Utilização de Tório. Responsáveis pelas áreas: Dr. Maiorino e Dr. Venkat Raj. Tanto a Índia quanto o Brasil possuem grandes reservas de tório. É de grande interesse e mútuo benefício para colaborar na área de utilização de tório, isso pode incluir tório metalurgia, dados nucleares, experimentos em rede de tório, irradiação em pilha. Baseado em discussões, propostas de projetos específicos em algumas dessas áreas poderiam ser elaboradas. Isto é sugeriu que um Workshop Indo-Brasileiro sobre Utilização de Tório fosse realizado na Índia por volta de novembro de 1996 (Alternativamente, os dois seminários sobre Segurança Nuclear e sobre a utilização de tório pode ser combinada em uma); 3) Segurança Nuclear. Direção: Dr. Camargo e Dr. Venkat Raj; 4) Aplicação nuclear para agricultura. Direção: Dra. Nélida Mastro e, pela Índia, Dr. Kesavan; 5) Aplicação nuclear para avanço da indústria e medicina. Direção: Dr. Fulfaro e Dr. Gangadharan; e por fim 6) Proteção de radiação. Direção: Dra. Amaral e Dr. Mishra. Additional Protocol, Documento obtido via solicitação à CNEN em 05 de maio de 2021.

¹²¹ “Nós chegamos a manter um contato com o pesquisador da Índia e queríamos promover os seminários conjuntos. Com a interrupção desse acordo [em 1998] não houve mais nenhum avanço nesse escopo”. Maiorino, José Rubens. Entrevista concedida para André Luiz Cançado Motta. 6 nov. 2021.

¹²² Acerca das análises de Maiorino, recomenda-se a leitura de dois artigos enviados pelo pesquisador ao autor. O primeiro, com título “Thorium in Brazil”, publicado em 2018, e o segundo “A Review of Thorium Utilization as an option for Advanced Fuel Cycle-Potential Option for Brazil in the Future”, publicado em 2004 pela AIEA. Nas duas obras, o autor discorre acerca das potencialidades que o tório possui para países como Índia e Brasil, e faz uma análise muito importante, do ponto de vista científico, acerca da viabilidade que o Brasil tem em adquirir capacidades tecnológicas nessa área (MAIORINO, 2018; MAIORINO; CARLUCCIO, 2004).

tório como combustível em reatores modelo PWR no Brasil havia sido paralisado, devido ao encerramento de parte do PNB, e de algumas pesquisas relacionadas a desenvolvimento de tecnologias autônomas (MAIORINO, 2018). O Dr. Maiorino afirmou, na entrevista, que é possível que a cooperação com os indianos na questão do tório, a qual era responsável, sob a perspectiva do interesse do Brasil, era uma forma de retomar o Grupo do Tório dentro do contexto do PNB no governo de FHC¹²³.

Acrescentou ainda o Dr. Maiorino que, sob seu ponto de vista técnico-científico, fazia sentido que o objetivo dos indianos na questão da cooperação com o Brasil no uso do tório, dada as estruturas brasileiras de pesquisas nessa área já dispostas no IPEN, fosse provavelmente para adquirir tanto conhecimentos gerais e tecnologias no reprocessamento do tório¹²⁴, o que coincide com o relato de Laércio Vinhas, que também mencionou o interesse dos indianos nesta questão, quando descreveu a reunião reservada que ocorreu no IPEN. Aqui, enfatizou o Dr. Rubens Maiorino, que o processo de fertilização do tório para urânio-233 é uma tecnologia que a Índia dominava e ainda domina. A partir dessa separação, esse tipo de urânio pode ser utilizado em artefatos nucleares¹²⁵.

Após o retorno para Nova Delhi da delegação da Índia, em 23 de julho, o diretor da CEA, o Dr. Placid Rodriguez, enviou uma carta à CNEN sobre a bem sucedida viagem de Chidambaram ao Brasil, convidando os representantes da comissão para enviar uma delegação à Índia, afim de aumentar os laços entre as duas instituições¹²⁶. Segundo Laércio Vinhas, o Dr. Maiorino e o

¹²³ Ao ser perguntado se poderia dizer que o ME com a Índia era uma tentativa de reativar as pesquisas de tório no Brasil, Maiorino responde: “Eu acredito que sim. O IPEN teve, é, se você olhar o IPEN ele fabricava tório nuclearmente puro. Professor Eirneit, no IPEN, é, o IPEN fabricava nitrato de tório para lâmpião e essas coisas. Ou seja, tinha instalações, e que agora estão totalmente paradas. A INB tem uma pequena unidade, o Brasil é um dos poucos países do mundo que produz monazita, né? No Espírito Santo, no sul da Bahia. Então, o Brasil ainda produz tório, e agora sob regras da INB. Na época [do acordo com os indianos] provavelmente, quer dizer, dado esse passado desse acordo com os alemães, talvez tenha sido [o ME e o protocolo] uma tentativa de se reativar, a nível mais formal, as pesquisas sobre tório no Brasil”. MAIORINO, José Rubens. Entrevista concedida para André Luiz Cançado Motta. 06 nov. 2021.

¹²⁴ Quando questionado acerca do interesse indiano em tecnologias de reprocessamento, Maiorino relatou que: “O Brasil teve, é, junto com os franceses, capacidade tecnológica de reprocessar urânio e plutônio. E teve um acordo com a Argentina de fazer esforços, isso era oficial e eu participei desse projeto, de se fazer um ciclo de combustível chamado thunde. O [combustível] que queimava em Angra seria reprocessado, por que ainda existe um conteúdo grande. Então o Brasil ainda tinha uma tecnologia de reprocessamento no IPEN. Depois houve uma pressão internacional para que essa cooperação com os argentinos parasse. Então o Brasil parou completamente com pesquisas de reprocessamento. Ficou obviamente com a Marinha com a tecnologia de enriquecimento de urânio. Né, e foi bem sucedido nesse aspecto. Agora, os indianos, vou colocar para você tecnicamente o que a gente sabe. Os indianos tem capacidade de reprocessar tório? Sim. Tem. Tem por que eles têm um reator de pesquisa chamado Camile né, operando com urânio-233 que é um material físsil que vem do tório. Quer dizer. O que se sabe é o seguinte, os indianos tem capacidade de reprocessar tório através de um processo chamado torex. [...] Eu diria que, tecnicamente, é bastante provável.” MAIORINO, José Rubens. Entrevista concedida para André Luiz Cançado Motta. 06 nov. 2021.

¹²⁵ E de fato, um dos cinco explosivos nucleares nos testes de Pokhran em 1998 foi utilizado urânio-233.

¹²⁶ Indira Gandhi Centre for Atomic Research. Announcements. Agradece sua recepção no Brasil e informa que deverá retornar de 26.10 a 01.11, além de encaminhar publicações. CT 526, de 23 jul. 1996. Obtido via solicitação a CNEN em 05 de maio de 2021.

Embaixador Ishrat Aziz, era esperado que o Brasil enviasse uma delegação à Índia nos anos seguintes, iniciativa que não ocorreu devido aos testes que ocorreram naquele país em 1998.

2.7 Conclusões

Brasil e Índia possuem juntos as maiores reservas de tório do mundo. Estabeleceram critérios de utilização desse minério nas pesquisas nucleares durante a busca por autonomia no desenvolvimento de seus respectivos programas. No entanto, não puderam dar prosseguimento a essa linha, em grande medida, graças ao mercado nuclear global, que utilizou em escala industrial urânio enriquecido e plutônio reprocessado para combustíveis destinados a reatores nucleares civis. No campo militar, boa parte da tecnologia era reciclada desse processo. Nesse formato, tiveram de avançar com acordos e parcerias que estabeleciam critérios de uso tanto para as linhas de combustíveis e instalações nucleares mais comuns, quanto para possíveis áreas alternativas, colocando o tório como um recurso adicional indispensável aos dois.

Nos anos de 1990, ambos conseguiram individualmente avanços tecnológicos e científicos na área nuclear. O Brasil conseguia enriquecer urânio de maneira autônoma e a Índia tinha uma quantidade relevante de instalações nucleares para diversas finalidades, embora limitada até certo ponto em comparação com o Brasil em questões de enriquecimento. Aqui, torna-se importante destacar que para os indianos, tornou-se indispensável qualquer possibilidade de cooperação em áreas de reprocessamento e combustível nuclear não fosse dispensada ou descartada por ambos os governos, o ocorreu de fato.

No entanto, Brasil e Índia certamente viviam momentos diferentes no que se refere as suas políticas nucleares na mesma década de 1990. A Índia estava cada vez mais tentada a fazer testes nucleares para se afirmar internacionalmente como uma potência nuclear. Manteve-se, por isso, resistente quanto a aderir regimes de não proliferação nuclear, e teve uma ala partidária-ideológica que via na bomba o caminho para o prestígio e o sucesso. Nesse contexto, o país asiático se opôs publicamente a extensão indefinida do TNP, e rejeitou todas as versões da resolução do CTBT. Quando pôde, dado esse cenário, avançou para tentar fazer testes com artefatos nucleares subterrâneos, e chegou até a ser descoberta e denunciada pelos norte-americanos por isso, muito embora autoridades oficiais tenham negado que isso tivesse ocorrido.

Já o Programa Nuclear Brasileiro, passava por reformulações importantes. A sua reestruturação no final dos anos 1980 afetou áreas importantes de Pesquisa e Desenvolvimento na década que se seguiu, momento pelo qual crise econômica brasileira levou a uma estagnação de investimentos de modo geral em capacitação e finalização dos grandes setores nucleares, desde as

usinas de Angra até projetos de desenvolvimentos nas autarquias como IPEN, CNEN e outras. Em diferentes palavras, o PNB estava “sobrevivendo sob aparelhos”. O ME assinado em 1996 demonstrou ter sido, a luz desses fatos, um inusitado acordo entre dois países não signatários do TNP. Apesar da situação do PNB e das suas políticas, fica notável que a assinatura tentava dar encaminhamento a áreas que estavam estagnadas, e possuíam algum nível de relevância e importância para o Governo Federal.

Um exemplo pontual dessa relevância, foi o fato de ter sido recebido no Brasil, pela primeira e única vez, o presidente da CEA, R. Chidambaram. Na época, chefe do programa nuclear indiano que já havia tentado, supostamente, executar testes nucleares – que foi denunciado publicamente pelos Estados Unidos, com cobertura midiática também brasileira – veio ao Brasil, visitou as principais instalações nucleares nacionais, sejam aquelas de Angra, sejam as de Aramar e do IPEN, e teve uma reunião reservada com autoridades importantes, com sua delegação e o Embaixador do seu país. O seu principal interesse pode ter sido, segundo os relatos, questões relacionadas ao reprocessamento e a capacidade de enriquecimento de urânio e tório, e isso abre uma discussão importante para o desfecho desta cooperação.

De modo geral, deve-se enfatizar que o ME e o Protocolo de São Paulo previa, na maioria dos seus dispositivos, o uso para fins pacíficos da energia nuclear, relacionando a cooperação com aspectos gerais do uso da energia nuclear. No entanto, ficou claro com os documentos analisados, incluso aqueles que dispunham acerca da cobertura da imprensa brasileira no período, que a questão envolvendo a cooperação acerca do tório de fato teve um peso e um brilho diferente nessa aproximação, tendo em vista as consequências que este mesmo ME, com tantos usos pacíficos, trouxe para o Brasil no contexto internacional. Afinal, deve-se lembrar estar em jogo, em grande medida, o posicionamento brasileiro perante o mundo por cooperar com uma nação com sérios problemas geopolíticos, que tinha o desejo de fazer testes nucleares, e de não aderir aos tratados de não proliferação. É nesse contexto que o próximo capítulo trata de compreender a reação norte-americana acerca da cooperação de Brasília e Nova Delhi, e descrever a denúncia brasileira que se seguiu dos testes indianos de maio de 1998.

3 CAPÍTULO III – OS DESDOBRAMENTOS DO MEMORANDO: DA PRESSÃO ESTADUNIDENSE À DENÚNCIA BRASILEIRA APÓS OS TESTES DE POKHRAN NA ÍNDIA

3.1 Introdução

Assim que o ME foi celebrado, houve desconfianças por parte dos EUA. A iniciativa do acordo com os indianos demonstrou a Washington um certo grau de autonomia do Brasil em prospectar parcerias nucleares com outros países, abrindo a possibilidade de explorar tecnologias alternativas para seu programa nuclear, e ao mesmo tempo defender que qualquer acordo estaria, necessariamente, nas diretrizes do NSG, instituição que o Brasil passa a fazer parte justamente em 1996. A tese que Washington defendeu, durante todo o período em que esteve desenhando um acordo bilateral de cooperação em uso pacífico de energia nuclear com o Brasil, foi de que o acordo com a Índia estava de fora destas diretrizes do NSG e que, portanto, não deveria ocorrer.

Diante desse cenário, o terceiro e último capítulo tem o objetivo de analisar as reações norte-americanas diante do acordo nuclear indo-brasileiro e revelar de que forma, quando e os atores responsáveis nos EUA por atrapalhar o desenrolar desta cooperação. Aqui, parte desta aparente autonomia e ambivalência do Brasil, parecem se desfazer diante do interesse das forças políticas nacionais brasileiras em obedecer às ordens de Washington. A denúncia do ME, por parte do Brasil, vem justamente quando a Índia fez os testes de Pokhran I e II, entre 11 e 13 de maio de 1998, ainda que muito pouco tenha avançado desde assinatura do ME em janeiro de 1996 e do protocolo adicional em julho do mesmo ano.

3.2 Acordo entre Não Signatários do TNP: As preocupações de Washington

O acordo nuclear celebrado entre Brasil e Índia encontrou forte oposição dos EUA. O significado da assinatura do ME para Washington repercutiu, considerando o isolamento da Índia no que se refere ao seu comportamento político nuclear, que era contraproducente um ator importante como o Brasil, em ascensão como mais um país cada vez mais ativo nos regimes de não proliferação nuclear, ampliasse suas negociações com a Índia. Neste contexto, o esforço dos EUA priorizou impedir que a Índia pudesse ter aliados no comércio nuclear, considerando como lidava com as suas estas questões no cenário global. Ao mesmo tempo, também foi finalidade garantir a restrição de comércio de tecnologias sensíveis para Nova Delhi, tanto por parte de países que aderiram das diretrizes do NSG, como também de signatários do TNP, dois processos que encaixavam exatamente com os quais o Brasil estava aderindo na segunda metade dos anos 1990.

A partir deste contexto, pode-se afirmar que esta foi a relevância do Brasil para os EUA: trazer um voto a favor de um mundo livre de armas nucleares – para aqueles que desejavam as ter

– desviando e transformando mais uma posição de críticas dos NNWS aos NWS, acerca de seus respectivos monopólios nucleares, e com isso, através da regulamentação destas regras, travar o acordo nuclear entre Brasil e Índia, que segundo Washington estava fora das regras de comércio nuclear já implementadas por Brasília através da lei nº 9112. Essa tentativa de acordo indo-brasileiro, portanto, demonstrava uma conduta que ignorava o esforço norte-americano de mudar o posicionamento do Brasil no âmbito da proliferação nuclear entre países signatários do TNP. Esse era o alinhamento que Washington esperava de Brasília, e que teve de fato nos anos seguintes.

A demonstração deste argumento dá-se nas seguintes passagens. Em parte do noticiário brasileiro, segundo pesquisas no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, a reação negativa dos EUA quanto ao acordo indo-brasileiro foi tema de cobertura jornalística, tido como algo relevante no âmbito dos desdobramentos do ME. A coluna de 25 de janeiro de 1996, de Gilberto Dimenstein, enviado especial a Nova Delhi da Folha de São Paulo, publicou que o “Departamento de Estado em Washington pediu à sua embaixada em Brasília um relatório sobre os possíveis projetos nucleares entre Brasil e Índia”¹²⁷. Também segundo matéria veiculada no jornal “Jornal do Commercio”, em 26 de janeiro de 1996, a Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) protestou contra interferência de Washington no acordo nuclear indo-brasileiro, relatando que o pedido do Departamento de Estado norte-americano à embaixada em Brasília sobre informações dos projetos nucleares desenvolvidos entre os dois países era uma afronta aos interesses nacionais brasileiros¹²⁸. Em seguida as desconfianças de Washington mencionadas nas matérias jornalísticas, Brasil e Índia assinaram, em 28 de janeiro de 1996, uma Declaração que clamava pelo “Desarmamento Geral e Completo, Essencial para a Paz”, como resposta as desconfianças que o acordo bilateral pudesse ser, de alguma forma, fora do comprometimento da proliferação nuclear para fins pacíficos¹²⁹.

¹²⁷ Folha de São Paulo. Acordo nuclear Brasil-Índia preocupa EUA. 25 de jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/25/brasil/31.html>. Acessado em 04/01/2021.

¹²⁸ A matéria diz ainda que: “Para o Diretor da entidade, Guilherme Camargo, ‘Tal comportamento [dos EUA] não contribui para as relações entre os dois países’. Para Camargo, o Governo Brasileiro não tem pretensão de construir bomba atômica porque é o único país do mundo que proíbe tal iniciativa na Constituição. ‘Por isso não há motivos para os Estados Unidos temerem essa possibilidade. Nós é que devemos ficar preocupados com as ogivas nucleares americanas’. O Diretor da ABEN elogiou o acordo Brasil-Índia. Em sua opinião, o Governo só tem um caminho para desenvolver o programa nuclear: buscar intercâmbio com os chamados países emergentes. ‘O Primeiro Mundo não nos repassa qualquer tipo de tecnologia nessa área. Por isso firmamos acordos com russos, chineses e indianos’. De acordo com Camargo [...] o acordo com a Índia permitirá que o Brasil retome as pesquisas do Tório. ‘Os indianos tem muita experiência com tório, que movimenta parte dos reatores do país. Com essa tecnologia, teremos condições, em médio prazo, de alimentar nossas usinas com mistura de urânio e tório’”. Jornal do Commercio. Brasil e Índia concluem acordo. 26 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=66964. Acessado em 15/12/2021.

¹²⁹ Folha de São Paulo. Declaração pede Desarmamento. 28 de jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/28/brasil/13.html>. Acessado em 20/12/2021.

Documentos oficiais revelam que, em 26 de fevereiro de 1996, o Secretário de Estado para Assuntos de Segurança Internacional dos EUA, McNamara, indicou que gostaria de ouvir, para suas contrapartes brasileiras, a “reafirmação da posição brasileira sobre desarmamento nuclear”, indicando que a Declaração Conjunta de Brasil e Índia poderia ser interpretada como se o Brasil estivesse “esposando as teses de Nova Délhi”¹³⁰. Aqui, a principal tese de Washington era de que, ainda que Brasília se manifestasse publicamente para reforçar o caráter pacífico do acordo com a Índia, o Brasil estava, ao manter o acordo vivo, endossando o comportamento nuclear indiano, que ia contra as normas e discussões de não proliferação nuclear sem incluir o G5.

Adiante, no começo de 1997, Estados Unidos e Brasil avançavam no desenho de um acordo de cooperação nuclear para fins pacíficos. Neste, estavam sendo implementados avanços na perspectiva da cooperação nuclear entre as partes, o que envolvia intercâmbio de tecnologias nos critérios do NSG, cooperação nuclear técnico-científica, e diversos outros aspectos importantes sobretudo para o PNB¹³¹. Mas, foi também neste mesmo contexto que as cobranças e pressões norte-americanas tiveram impacto decisivo na parceria nuclear indo-brasileira. O acordo, como mencionado, era visto por Washington como ambivalente, tendo em vista a sua natureza política, e não deveria mais estar em vigor. Passou a ser mandatário para os Estados Unidos impedi-lo e ao mesmo tempo encaminhar o Brasil para adesão ao TNP, enquanto negociavam o acordo nuclear.

Da parte da Agência de Controle de Armas e Desarmamento (na sigla em inglês ACDA¹³²), documentos obtidos na *Clinton Digital Library*, revelam que o Diretor Principal no Consulado Geral dos Estados Unidos em Lahore, Paquistão, Geoffrey Pyatt era, em conjunto com Gary S. Samore, Diretor Sênior de Não Proliferação e Controles de Exportação no Conselho de Segurança Nacional (EUA), os responsáveis pelos preparativos da agenda de discussão de questões nucleares do encontro mantido entre a recém empossada Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, e o chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia. Em um dos documentos analisados, em 27 de fevereiro de 1997, Gary Samore diz a Geoffrey Pyatt:

Jeff, embora o TNP pareça um tiro no escuro, ainda quero obter o Acordo de cooperação nuclear bilateral EUA-Brasil em forma para assinatura durante a viagem do Presidente dos Estados Unidos. Pedi a Agência de Controle de Armas e Desarmamento (ACDA) e ao Estado para montar um plano de negociação e agendar o que precisamos fazer. Pode

¹³⁰ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.10/1. Data: 10.01.1995 a 05.10.1998. Qtd.de documentos: 104 (554 fls.). Documento número 342. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=missao%20tecnica%20washington&pagfis=9977. Acessado em 20/12/2021.

¹³¹ Brazil (12888) – Agreement for Cooperation Concerning Peaceful Uses of Nuclear Energy. Nuclear Energy: Peaceful Uses of Nuclear Energy. Agreement signed at Brasilia October 14, 1997; Entered into force September 15, 1999. With annex and agreed minute. Departamento de Estado dos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.state.gov/12888/>. Acessado em 04/01/2022.

¹³² No original: Arms Control and Disarmament Agency.

ainda haver um pequeno problema com a cooperação nuclear Brasil-Índia, que explicarei se vocês quiserem. Mantereí você informado. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado dos Estados Unidos, 1997, p. 9, tradução nossa)¹³³.

Em 05 de março de 1997, Geoffrey Pyatt responde a Gary Samore o seguinte:

Gary: Vamos conversar sobre aonde estamos indo nesse conjunto de questões e como isso deve figurar nas reuniões com o Chanceler Lampreia em algum momento hoje ou amanhã. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Estado dos Estados Unidos, 1997, p.9, tradução nossa)¹³⁴.

Documentos secretos obtidos nas memórias de Lampreia catalogadas no CPDOC-FGV, revelam que o encontro entre Albright e Lampreia ocorreu efetivamente em 17 de março de 1997, fruto destes movimentos anteriores. Também esteve presente nesta ocasião o Secretário para assuntos Estratégicos do Brasil, Ronaldo Mota Sardenberg. Albright substituiu Warren Christopher, com quem Lampreia tinha um bom relacionamento, segundo suas próprias palavras¹³⁵. No encontro mencionado, a Secretária de Estado questionou diretamente Lampreia acerca da abertura brasileira para assinatura do TNP, tema abordado anteriormente por Warren Christopher em sua visita ao Brasil em 1995¹³⁶. Lampreia diz em resposta a Albright que o comprometimento brasileiro buscava aprofundar o debate interno sobre o tema, dedicando atenção especial a causa em prol do depósito brasileiro ao TNP. Na mesma ocasião, agora tratando acerca do assunto sobre a cooperação nuclear indo-brasileira, Ronaldo Mota Sardenberg mencionou sobre as “dúvidas norte-americanas sobre a cooperação nesse campo entre Brasil e Índia”, e fez oferta do envio de uma “Missão Técnica” para dirimi-las, de modo a “viabilizar o acordo [nuclear entre Brasil e Estados Unidos] durante a visita presidencial [de Clinton].” Albright mostrou “satisfação com o oferecimento brasileiro, com o qual concordou”¹³⁷.

O arquivo final do acordo bilateral Brasil-Estados Unidos, datado de 30 de outubro de

¹³³ Clinton Presidential Records. NSC Emails. MSMail-Record (Sept 94-Sept 97) ([Lampreia]). OA/Box Number: 590000. Acessado em 27/10/2021.

¹³⁴ Ibidem, p.9.

¹³⁵ LAMPREIA, Luiz Felipe. *Luiz Felipe Lampreia (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, p. 218.

¹³⁶ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.10/1. Data: 10.01.1995 a 05.10.1998. Qtd.de documentos: 104 (553 fl.). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=india&pagfis=10134. Acessado em 27/10/2021.

¹³⁷ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.10/1. Data: 0.01.1995 a 05.10.1998. Qtd.de documentos: 104 (553 fl.). Documentos sobre as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, durante a primeira gestão do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, compreendendo correspondências sobre viagens e visitas a ambos os países e correspondências trocadas com Thomas Mack McLarty (Ex-chefe de Estado da Casa Branca e Conselheiro especial para as Américas do presidente Bill Clinton), Henry Kissinger (ex-secretário de Estado dos Estados Unidos), Madeleine Albright (secretária de Estado dos Estados Unidos entre 1997 e 2001) e com Michael Kantor (representante de Comércio dos Estados Unidos entre 1993 e 1997). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=india&pagfis=10137. Acessado em 18/10/2021

1997¹³⁸, obtido pelo autor no Acervo do Congresso dos EUA, lista, entre diversos detalhes importantes acerca da cooperação entre os dois países contidos no próprio documento, na parte de Declaração de avaliação da proliferação nuclear¹³⁹, acerca do *background*, um dos pontos sensíveis para Washington: as garantias de que a cooperação indo-brasileira não sairia das diretrizes do NSG. Segundo o próprio documento, em maio de 1997, dois meses após a visita da delegação chefiada por Madeline Albright ao Brasil, foi dada a garantia brasileira para os EUA de que o acordo estaria em “conformidade com as diretrizes do NSG”, conforme narra a passagem abaixo, retirada do próprio documento mencionado.

Em janeiro de 1996, durante a visita do presidente Cardoso à Índia, Brasil e a Índia assinaram um Memorando de Entendimento (ME) sobre cooperação nuclear. O ME contém disposições para a troca de informações, pessoas, materiais e equipamentos. Um anexo lista projetos específicos de cooperação nas áreas de proteção radiológica, irradiação de alimentos, agricultura, medicina nuclear e pesquisa e desenvolvimento relacionados ao ciclo do combustível nuclear de tório. Foi estimado que o Brasil responde por quase 30% das reservas mundiais de tório, e que seria capaz de gerar 350.000 megawatts em energia nuclear. Já a Índia detém uma liderança na área de pesquisa de tório, e iniciou a operação da primeira planta do mundo com abastecimento de U-233 de reator nuclear em outubro de 1996. (U-233, é produzido através da irradiação de tório). O anexo também inclui uma transferência de "equipamento de geração de energia nuclear", que pode se referir a reatores e permite "outros campos de cooperação de interesses mútuos". Em maio de 1997, os EUA receberam garantias de que o ME seria implementado em estrita conformidade com as diretrizes do NSG (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Congresso Nacional dos EUA, 1997, p.32, tradução nossa)¹⁴⁰.

É importante destacar que a preocupação expressa no posicionamento norte-americano era acerca da possível aproximação entre Brasil e Índia na questão da cooperação de interesses mútuos, já que essa área poderia envolver a utilização de tecnologias relacionadas a pesquisa de irradiação de tório para obtenção de U-233, material físsil utilizado em explosivos nucleares, uma tecnologia que a Índia já dominava nos anos de 1990¹⁴¹ e que estaria, portanto, fora das diretrizes do NSG implementadas através da lei nº9112 pelo congresso brasileiro¹⁴². Este argumento, inclusive, se encaixa com os dados levantados na entrevista com o Laércio Vinhas, acerca das cautelas das autoridades da Índia em manter os detalhes do acordo com o Brasil em completo sigilo pelo temor

¹³⁸ No entanto, ressalta-se que o acordo só entrou em vigor em 1998.

¹³⁹ Tradução nossa.

¹⁴⁰ House of Representatives, Congress. H. Doc. 105-161. COOPERATION CONCERNING PEACEFUL USES OF NUCLEAR ENERGY BETWEEN THE UNITED STATES AND BRAZIL". Government. U.S. Government Publishing Office, 29 de outubro de 1997. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/app/details/CDOC-105hdoc161>. Acessado em 30/10/2021.

¹⁴¹ Ver mais em capítulo 3, subtópico 3.2, deste trabalho.

¹⁴² Uma observação importante. O arquivo “Brazil/India Nuclear Cooperation 1997-1998 [OA/ID 2383]”, listado como acervo secreto na Clinton Digital Library, contém mais documentos e detalhes acerca deste contexto, o que forneceria mais dados para análise. No entanto, ainda não está disponível para consulta, tendo sido requisitado pelo autor via FOIA sua desclassificação e publicação para o estudo, conforme mencionado na parte de metodologia desta dissertação.

de pressão dos Estados Unidos¹⁴³.

Segundo Mark Hibbs e Mike Knapik, em artigo publicado na *Nuclear Fuel* em 3 de novembro de 1997¹⁴⁴, oficiais indianos teriam dito em entrevista aos autores que “O objetivo dos EUA é destruir o programa nuclear indiano”. Detalhando a matéria, as autoridades indianas reagiram com raiva à revelação de que os EUA pressionaram o Brasil a encerrar o acordo no campo nuclear com a Índia, algo que foi feito por Washington já que defendiam que a iniciativa era contrária aos compromissos brasileiros de respeitar as diretrizes do NSG. Contrário pois, segundo a matéria, o ME incluía itens que “se relacionam com a pesquisa e o desenvolvimento do ciclo de tório (combustível) e da troca de equipamentos e serviços para geração de energia nuclear”¹⁴⁵.

Ainda permanecendo na análise do artigo da *Nuclear Fuel*, autoridades dos EUA expressaram preocupação de que Índia, que possuía à época uma planta piloto de enriquecimento e irradiação de tório, levariam a cooperação nuclear bilateral com o Brasil para o foco no aproveitamento desta área sensível. De acordo com autoridades brasileiras e americanas, o Brasil, em resposta a isso, fez ficar claro aos EUA que não tinha interesse em transferir equipamentos para a Índia que não fossem cobertos pelas diretrizes NSG, e que já haviam esclarecido a autoridades norte-americanas as reais intenções brasileiras neste sentido¹⁴⁶. Segundo Mark Hibbs, de acordo com entrevista com oficiais do programa nuclear indiano: “é claro que, muito antes das transferências específicas cobertas pelo ME indo-brasileiro, o governo dos EUA interveio para bloquear a cooperação com a Índia, no contexto do acirramento nuclear envolvendo atritos entre Índia e EUA”¹⁴⁷.

3.3 Os testes de Pokhran I e II, a denúncia brasileira do acordo e as reações internacionais

Nós estamos tecnologicamente preparados para nos tornarmos uma potência nuclear, mas essa é uma escolha para os nossos tomadores de decisões, que podem optar se iremos ir pelo caminho nuclear ou se apenas vamos manter as opções em aberto (CHINDAMBARAM, Declaração pública, 1998, tradução nossa)¹⁴⁸.

Em março de 1998, o BJP obteve uma porcentagem de 26% do voto popular e, em aliança com outros partidos, conquistou 250 assentos no *Lok Sabha*, o que garantiu ao partido ligeira

¹⁴³ Ver mais em Capítulo 3, subtópico 3.6, deste trabalho.

¹⁴⁴ NuclearFuel. “U.S. Aims to Kill Our Program, India Says After Brazil Trade Cutoff”. 3 de nov. 1997, p.4. Cópia do artigo obtido via solicitação a Mark Hibbs, generosamente cedido ao autor via e-mail, em 3 de maio de 2021.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Conforme Sardenberg esclarece a Albright no envio de uma equipe técnica para esclarecer os detalhes da cooperação com os indianos.

¹⁴⁷ NuclearFuel. “U.S. Aims to Kill Our Program, India Says After Brazil Trade Cutoff”. 3 de nov. 1997, p.5.

¹⁴⁸ BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 070026] 07 mar. 1998, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 3 p. Índia. Energia Nuclear. Bomba Atômica. Declarações à Imprensa.

maioria para indicação de um nome competitivo para ocupar o cargo de PM (PERKOVICH, 2000). A oposição, liderada pelo Partido do Congresso e seus aliados, ganhou pouco mais da metade, 166 assentos (PERKOVICH, 2000). Com isso, o Presidente da Índia, Raman Narayanan, deu ao BJP a oportunidade de formar um governo com maioria e, depois de quase duas semanas de negociações com os partidos regionais, o BJP conseguiu formar uma coalizão e nomear Atal Behari Vajpayee para assumir o cargo de PM em 19 de março de 1998. A transição de governos ocorre, justamente, no período em que Índia e Paquistão acirravam a corrida militar, ambos não descartando em suas declarações as possibilidades de testes nucleares.

Em 06 de abril de 1998, meses depois da nomeação de Vajpayee, o Paquistão testou seu míssil de longo alcance, o Hatf-V, também conhecido como Ghauri, com um alcance de 1.500 quilômetros e uma capacidade de carga útil de 700 kg, disparado de Malute, no nordeste do Paquistão, e atingiu o alvo perto da cidade de Quetta, no Sudoeste do país¹⁴⁹. A notícia do domínio de uma tecnologia tão refinada e de longo alcance, com grande capacidade de carga, alertou Índia e os Estados Unidos, provocando reações em ambos. Os indianos tiveram uma postura de contenção de danos políticos quanto ao anúncio do Ghauri, já que o Paquistão, pela primeira vez, havia equiparado tecnologicamente com a Índia em capacidade de dissuasão de potenciais ataques nucleares simultâneos, tecnologia detida até o momento somente pela Índia (PERKOVICH, 2000). A reação dos Estados Unidos, encabeçada por Madeleine Albright, por outro lado, veio na tentativa de impedir o evento através de cartas enviadas para o PM do Paquistão, Nawaz Sharif, mas que não obteve nenhuma resposta das autoridades responsáveis (PERKOVICH, 2000).

Quatro dias depois do teste do míssil Ghauri, em 10 de abril, Vajpayee anunciou a formação de uma força-tarefa para organização do Conselho de Segurança Nacional da Índia, dando reinício aos procedimentos necessários para execução de testes nucleares (PERKOVICH, 2000). Desta forma, desde a metade de abril, o caminho para os testes nucleares da Índia estava formado. Ainda que com tentativas fracassadas dos Estados Unidos em impedir os testes nucleares indianos, entre o período da formação do Conselho de Segurança Nacional (10 de abril) até o dia do primeiro teste nuclear (11 de maio), a alta cúpula do partido BJP, com autorização do PM Vajpayee, conseguiu manter em segredo o depósito de três artefatos nucleares subterrâneos no deserto do Estado de Rajasthan na base militar de Pokhran. As primeiras explosões vieram em 11 de maio, tendo sido testados: um dispositivo de fissão com força de 12 quilotons, um dispositivo termonuclear de força de 43 quilotons, e um dispositivo de sub-quiloton (PERKOVICH, 2000). A segunda rodada de testes ocorre com dois dispositivos menores de força de sub-quiloton, assim como o último

¹⁴⁹Ghauri [Hatf-5] - Pakistan Missile Special Weapons Delivery Systems. Disponível em: <https://nuke.fas.org/guide/pakistan/missile/hatf-5.htm>. Acessado em 11/01/2021.

dispositivo do teste feito em 11 de maio (PERKOVICH, 2000).

Entre as correspondências encaminhadas da Embaixada brasileira na Índia para o MRE, chama atenção o destaque dado particularmente a fala de Kushabhau Thakre, presidente do BJP, que se fundamentou no seguinte argumento para defender os testes

Ao contrário dos regimes anteriores, [o BJP] não cederá à pressão internacional. É uma reafirmação do nosso direito soberano de decidir por nós mesmos a melhor forma de atender às nossas preocupações de segurança, e é um repúdio ao apartheid nuclear que o Ocidente tentou nos impor (THARKE, Kushabhau. Declaração pública, 1998, tradução nossa)¹⁵⁰.

A reação da Embaixada do Brasil ao primeiro teste nuclear realizado na Índia, em 11 de maio, foi instantânea, e acompanhou diversos outros países no descontentamento com a “rebeldia” indiana em optar pelas explosões

O governo brasileiro reconhece, com consternação, a realização de três testes nucleares pela Índia. Em uma época cada vez mais difuso o conceito que testar as armas nucleares são ilegítimas, o governo brasileiro espera que a Índia, país com o qual o Brasil mantém relações muito amigáveis, faça adesão ao “Tratado de Interdição Completa de Testes Nucleares”, um importante passo para a realização do desarmamento nuclear” (BRASIL, Embaixada Brasileira em Nova Delhi, 1998, p.1, tradução nossa)¹⁵¹

Como ação imediata, cinco dias após o segundo teste indiano, o Governo brasileiro decidiu aumentar o tom, e unilateralmente denunciar o ME assinado em janeiro de 1996. A decisão baseou-se nos seguintes critérios oficiais, encaminhados para as embaixadas parcerias do Brasil, e nos canais de imprensa que faziam a cobertura do evento na época

Transmito, a seguir, texto do comunicado de imprensa divulgado hoje, 18 de maio, a respeito da denúncia, pelo Brasil, do memorando de entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear: 2. 'Comunicado de imprensa. Memorando de entendimento entre a comissão nacional de energia nuclear do Brasil e a comissão de energia atômica da Índia sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear. 3. Em cumprimento a instruções do governo brasileiro, o embaixador Ivan Cannabrava, Subsecretário de Assuntos Políticos do Ministério das Relações exteriores, convocou o embaixador da Índia no Brasil para entregar-lhe nota, datada de hoje, 18 de maio de 1998, pela qual o governo brasileiro apresenta a denúncia do memorando de entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear. 4. A decisão do governo brasileiro de denunciar aquele instrumento prende-se aos cinco testes nucleares conduzidos pela Índia na semana de 11 de maio corrente. Como já manifestado nos comunicados de imprensa divulgados nas duas ocasiões em que os testes

¹⁵⁰ BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 121816] 12 mai. 1998, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 5 p. Índia. Testes Nucleares.

¹⁵¹ BRASEMB NOVA DELHI. [Telegrama 121816] 12 mai. 1998, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. Desarmamento. CTBTO. Nota sobre os testes nucleares realizados pela Índia.

foram realizados, o governo brasileiro volta a expressar profunda consternação pela ação empreendida pela Índia, que compromete o regime de não-proliferação de armas nucleares, prejudica os objetivos do desarmamento nuclear e põe em risco a paz e a segurança internacionais. 5. O memorando foi assinado em 27/1/96 pelos presidentes das respectivas comissões de energia nuclear como o objetivo de promover a cooperação bilateral em áreas como segurança e radioproteção, aplicações da energia nuclear na medicina e na agricultura e irradiação de alimentos, entre outras. As atividades conjuntas previstas no instrumento seriam realizadas ao abrigo dos compromissos internacionais de salvaguardas nucleares do Brasil e da Índia, mas não chegaram a ter início (BRASIL, Embaixada Brasileira em Nova Delhi, 1998, p.2)¹⁵².

Após a notificação pública da denúncia do ME, o embaixador Ishrat Aziz foi convocado para uma conversa com a Diplomata e Diretora do Departamento de Ásia e Oceania, Vera Lúcia Machado, afim de que esclarecesse os objetivos da Índia com os testes de maio¹⁵³. Em entrevista com o autor, quando questionado acerca do conteúdo desta reunião, Aziz disse ter esclarecido à então Diretora Vera Machado de que as explosões nucleares indianas tinham razões particulares, algo que foi, segundo Aziz, perfeitamente compreendido pela contraparte brasileira¹⁵⁴. No entanto, enfatizou o Embaixador da Índia que houve uma profunda diferença na reação de certos cientistas e militares, no que se refere a denúncia do memorando e a finalização do acordo com os indianos após o teste¹⁵⁵.

Essa reação diferente de certos cientistas e militares acerca da denúncia brasileira do ME foi mencionada também por Laércio Vinhas. No seu ponto de vista, Lampreia quis ser “mais realista do que o rei”, ou seja, precipitado em denunciar o acordo com os indianos, já que o Brasil foi o único país que denunciou o acordo de cooperação nuclear firmado com Nova Delhi. Esse posicionamento também foi compartilhado pelo Ministro Ronaldo Sardenberg¹⁵⁶. Além disso, Laércio Vinhas também menciona que, após a denúncia, a reação dos indianos foi de descontentamento, o que veio a ser normalizado apenas com a criação do Brics¹⁵⁷.

Em 09 de junho de 1998, chanceleres do Brasil, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia,

¹⁵² MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Circular Ostensivo Urgentíssimo OF34824]. 18 mai. 1998, MRE [para] Todas as Embaixadas, Brasília. 2 p. Brasil-Índia. Energia nuclear. Memorando de entendimento sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear.

¹⁵³ Tribuna da Imprensa. Brasil Convoca Embaixador da Índia para Denunciar Acordo. Governo Suspende memorando Nuclear com Nova Déli em represália aos testes. 19 de mai. 1998. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_05&Pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=48101. Acessado em 12/01/2021.

¹⁵⁴ “A Vera Machado, chefe da área dedicada para a Ásia, eu tive de explicar todas as coisas para ela, o que rapidamente ela compreendeu e concordou de maneira geral. A questão central é que eu, naquele período, estava muito ocupado com a visita do presidente da Índia ao Brasil, o que ocorreu pouco antes dos testes de maio 1998”. AZIZ, Ishrat. Entrevista I, jun. 2021. Entrevistador: André Luiz Cançado Motta. Goiânia, 2021.

¹⁵⁵ “Eu preciso te dizer que eu notei sim uma diferença nas reações de certos cientistas e militares. Eram pessoas com profundo sentimento nacionalista, que se opuseram a denúncia do memorando”. Ibidem.

¹⁵⁶ SCHOLZE, Simone Henriqueta Cossetin. Entrevista. dez. 2021. Entrevistador: André Luiz Cançado Motta. Goiânia, 2021.

¹⁵⁷ VINHAS, Laércio. Entrevista. Set. 2021. Entrevistadores: Carlo Patti e André Luiz Cançado Motta. Goiânia, 2021.

África do Sul e Suécia fizeram uma declaração conjunta “Para um mundo livre de armas nucleares: A necessidade de uma nova agenda”¹⁵⁸ condenando os testes feitos pela Índia e pelo Paquistão e a crescente rivalidade nuclear na região asiática. Somaram-se a estes esforços posteriormente, Argentina, Ucrânia, Filipinas e China¹⁵⁹.

Em 18 de setembro de 1998, Madeleine Albright, na cerimônia de ascensão do Brasil ao TNP, declarou, em agradecimento ao Chanceler Luiz Felipe Lampreia, que:

Na esteira das loucuras nucleares do sul da Ásia, o Brasil desmentiu ao perigoso absurdo de que o regime global de não proliferação não tem serventia. E, diante do fato de que o Brasil poderia ter optado por ser um país nuclearmente armado, tem uma posição especial para falar e agir contra a proliferação nuclear. Esta posição, já foi colocada em prática e tem aprovação. Ao renunciar publicamente ao nuclear acordo de cooperação com a Índia, o Brasil rejeitou claramente a alegação errada de que a maneira de livrar o mundo das armas nucleares é sobrecarregá-lo com novos estados com armas nucleares (ESTADOS UNIDOS, Departamento De Estado Dos Estados Unidos, 1998, p.1, tradução nossa)¹⁶⁰

Com isso, toda a cooperação entre Brasil e Índia foi completamente interrompida e finalizada nos dois governos FHC, até ser reativada no governo de Lula da Silva, com outras propostas específicas relacionadas ao PNB e ao PNI.

3.4 Conclusões

Os dados apresentados no terceiro capítulo dessa dissertação apontam para as seguintes conclusões. A tentativa de um acordo nuclear indo-brasileiro foi interrompida muito antes dos testes de maio de 1998 na Índia. Os entraves causados pelas aproximações de Brasil e Estados Unidos no campo nuclear inviabilizaram quaisquer transferências de tecnologia nuclear entre Brasil e Índia. A pouca importância que Brasília deu as potencialidades do acordo com Nova Delhi revelam que, o maior interesse do Brasil, naquele período, era fazer uma adesão completa da agenda de não proliferação global, evitando comportamentos desviantes como negociar com países fora do TNP. Esse movimento foi oportunamente utilizado e incentivado por Washington, e serviu como instrumento para isolar os indianos no contexto nuclear, sobretudo pelo acirramento das

¹⁵⁸ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.04.21. Data: 21.04.1995 a 12.06.1998. Qtd.de documentos: 4 (11fl.). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=%c3%adndia&pagfis=16815. Acessado em 20/01/2022.

¹⁵⁹ Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.04.21. Data: 21.04.1995 a 12.06.1998. Qtd.de documentos: 4 (11 fl.). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=%c3%adndia&pagfis=16817. Acessado em 20/01/2022.

¹⁶⁰ Secretary of State Madeleine K. Albright and Brazilian Foreign Minister Luis Felipe Lampreia Remarks on Brazil's Accession to the Nuclear Non-Proliferation Treaty Washington, D.C., September 18, 1998 as released by the Office of the Spokesman U.S. Department of State Blue Bar. Disponível em: <https://1997-2001.state.gov/statements/1998/980918.html>. Acessado em 20/01/2022.

questões nucleares envolvendo Índia e Paquistão.

A denúncia do ME e do seu anexo, o Protocolo de São Paulo, apenas encerraram formalmente o acordo entre as duas partes, que já demonstrava não ter tanto interesse político pela parte brasileira. No entanto, deve-se destacar que, para algumas autoridades, a denúncia demonstrou um comportamento precipitado, que não avaliou muito bem o cenário e o contexto, muito menos as potencialidades do mesmo. Na esteira das adesões brasileiras aos regimes de não proliferação e ao acordo nuclear bilateral com os Estados Unidos, aprisionaram-se tentativas de estabelecer relações alternativas para o PNB.

CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou que Brasil e Índia, no imediato pós-Guerra Fria, se alinharam, enquanto potências intermediárias, para uma inserção internacional ancorada na participação política em regimes internacionais de diferentes naturezas. A literatura que trata do tema demonstra que o principal objetivo deste comportamento em política externa para os dois países, dentro do período analisado por este trabalho, baseou-se, principalmente, no desejo de obter prestígio e poder através da participação na nova ordem internacional. No período estudado, parte considerável do poder global estava uni-polarizado pelos EUA, ator chave no contexto das aproximações indo-brasileiras. Desta forma, Índia e Brasil se comportam de maneira semelhante no período dos anos 1990, compartilhando visões e decisões em política externa por vivenciarem problemas e vantagens semelhantes.

No entanto, ainda que tenham se comportado de tal modo no período estudado, divergiam na forma como geriam os seus respectivos programas nucleares. A literatura analisada nessa dissertação revelou que: i) o primeiro mandato de FHC demonstra o esforço de sua equipe, principalmente de seu Chanceler Luiz Felipe Lampreia, em abandonar posicionamentos antigos e críticos aos regimes de não proliferação nuclear, alinhando o Brasil na lista de países que ratificaram e aderiram tratados desta natureza, visando atingir suas metas internacionais de incremento da credibilidade nacional brasileira no exterior; ii) na Índia, sobretudo por questões geopolíticas, a questão nuclear permaneceu como elemento central na garantia de interesses securitários do país, sendo os anos de 1995 a 1998 o período central nos desdobramentos-chaves do programa nuclear indiano, em que transições políticas domésticas encaminharam o país para a tentativa de testes nucleares (dezembro de 1995) e a consumação dos testes nucleares (maio de 1998).

Ainda assim, mesmo considerando a divergência na questão nuclear, o estudo realizado revelou que o Brasil, ainda não signatário do TNP até 1998, optou por cooperar nuclearmente com a Índia, país que manteve por todo este período a escolha nuclear bélica em aberto, já no período da análise, os indianos mantiveram-se contrários a adesão aos tratados de não proliferação, ao encerramento de testes nucleares, e quaisquer outras medidas que limitasse seu poder de dissuasão nuclear, algo que divergiu, conforme exposto, da conduta brasileira.

A cooperação indo-brasileira firmou-se a partir da assinatura do acordo nuclear bilateral, estabelecido a partir da viagem presidencial de FHC à Nova Delhi, em janeiro de 1996. Essa foi a primeira viagem oficial que um presidente brasileiro fez à Índia até então. Naquela ocasião, foi assinado como um ME entre a CNEN e a DAE, posteriormente incrementado pelo anexo do

Protocolo de São Paulo, assinado em julho de 1996. Por sua vez, o anexo foi assinado a partir da visita de uma delegação indiana ao Brasil em julho de 1996, chefiada pelo responsável do PNI, Dr. Rajagopala Chidambaram, na presença de várias autoridades brasileiras.

Um dos achados desse estudo demonstrou que a Índia foi a parte mais interessada no sucesso do ME e no Protocolo de São Paulo. As análises documentais e das entrevistas feitas revelam que, o objetivo principal da Índia no acordo com o Brasil foi buscar ampliar as parcerias no campo de uso pacífico de energia nuclear, principalmente no campo das pesquisas do tório, e com isso fortalecer o desenvolvimento de tecnologias enriquecimento de U-233 através da fertilização deste mineral em reatores específicos, tecnologia que estava em teste em certos países na época.

Da parte brasileira, apontam as análises, revelou-se que o acordo passou a ser um problema para o governo FHC à medida que as agendas de adesão aos regimes de não proliferação e o acordo nuclear bilateral firmado com os Estados Unidos avançaram. Uma autoridade brasileira que compunha a equipe que desenhou o acordo com Nova Delhi, o Ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República de 1995 a 1998, Ronaldo Sardenberg, esteve particularmente interessado no acordo indo-brasileiro, tendo um destaque relevante na negociação do mesmo. Entrevistas e documentos demonstraram que Sardenberg utilizou a cooperação nuclear com a Índia como uma forma de demonstrar autonomia, já que o Brasil poderia escolher, de modo independente, parceiros estratégicos para o seu programa nuclear, ainda estivesse comprometido nas adesões e ratificações a regimes de não proliferação, e assinando um acordo nuclear bilateral com os EUA. A parceria com os indianos também era estratégica, pois, conforme relata sua equipe, poderia, através do interesse mútuo na área do tório dos dois países, reativar as pesquisas brasileiras do mineral encerradas desde o final dos anos 1980. No entanto, essa era sua visão, e divergiam dela: Luiz Felipe Lampreia, o Ministro da Ciência e Tecnologia Israel Vargas e Presidente FHC.

Desta forma, se constata que uma variável importante para o fracasso do acordo indo-brasileiro foi a interferência direta dos EUA no mesmo. Washington esteve, neste mesmo período de 1995 a 1998, negociando um acordo nuclear bilateral com o Brasil e tentando pacificar a questão nuclear entre Índia e Paquistão, esforçando-se por promover a adesão dos dois países ao TNP e o CTBT, o que já havia sido feito com o Brasil. Ainda que os EUA tenham fracassado em impedir que Índia e Paquistão tomassem a escolha definitiva para os testes nucleares, a sua missão em impedir o acordo indo-brasileiro foi bem sucedida. Segundo relevam os dados obtidos através das análises documentais e das entrevistas, o Brasil teve um papel importante em isolar a Índia no sistema internacional, já que Nova Delhi não demonstrava comprometimento em impedir testes

nucleares e o Brasil, em direção oposta, demonstrava. Nesse sentido, este isolamento foi importante para tornar o acordo firmado entre a CNEN e a DAE como contraproducente e ambivalente, já que o momento da política nuclear brasileira demonstrava ser justamente afastar suspeitas para o PNB e, com isso, não firmar acordos fora desse modo de agir.

De modo geral, o estudo apresentado demonstra ter alcançado o propósito de identificar as razões que levaram Brasil e Índia a uma tentativa de cooperação no campo nuclear. Da parte brasileira, a dissertação revela que os motivos foram i) a tentativa de ter mais autonomia em relação aos EUA no campo nuclear, assinando um acordo bilateral nuclear com a Índia; ii) ganhos políticos e estruturais: demonstrar que a *autonomia pela participação* do Brasil no seu processo de participação no sistema internacional incluía parceiros com agendas não alinhadas em questões securitárias estratégicas; iii) avançar com pesquisas no uso do Tório em reatores modelos PWR e PWRH, tecnologia que poderia abrir área de concorrência no comércio nuclear do período. Da parte indiana, os dados revelam que as razões foram: i) aproximar-se cautelosamente do Brasil, evitando atritos com os EUA, e com isso aproveitar para intercambiar tecnologias no campo nuclear; ii) obter tecnologias sensíveis do PNB, fora da lista do NSG, sobretudo em questões relacionadas a plantas de reprocessamento; iii) trocar experiências com parte avançada do PNB, no que se refere a capacidade de enriquecimento de urânio brasileira, tecnologia de alto valor para os indianos.

Por fim, é necessário enfatizar que o estudo revelou limitações relacionadas ao acesso a documentações e fontes orais indianas, o que poderia encaminhar outras conclusões ao trabalho. Pela impossibilidade de deslocamento do pesquisador a Índia, acervos documentais e recursos humanos daquele país não foram propriamente analisados. Além disso, determinados tipos de documentos secretos que puderam ser solicitados pelo autor por via telemática, seja na Índia, nos Estados Unidos ou no Brasil, ou não foram encaminhados a tempo da realização desta pesquisa (como é o caso do box da Clinton Library), ou não tiveram nenhum tipo de resposta das fontes oficiais ao autor. Nesse sentido, com o que foi levantado e analisado, espera-se que a dissertação sirva ao propósito de elucidar esse capítulo singular do PNB e do PNI, disponibilizando dados que valham para que outros estudos e pesquisadores se aprofundem ainda mais na questão, inferindo novas problemáticas de naturezas diversas.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, I. **The Making of the Indian Atomic Bomb: Science, Secrecy and the Postcolonial State**. 1. ed. New York: Zed Books, 1998.
- ABRAHAM, I. **How India Became Territorial: Foreign Policy, Diaspora, Geopolitics**. 1. ed. United Kingdom: Stanford University Press, 2014.
- AIEA. **Uranium 1999: Resources, Production and Demand. A Joint report by the OECD Nuclear Energy Agency and the International Atomic Energy Agency**. Paris, França: AIEA, 2000. Disponível em: <https://www.oecd-neo.org/jcms/pl_13366/uranium-1999-resources-production-and-demand?details=true>. Acesso em: 29 set. 2021.
- ALBRIGHT, D.; BASU, S. Separating Indian Military and Civilian Nuclear Facilities. **Institute for Science and International Security (ISIS)**, p. 6, 2005.
- ALMEIDA, P. R. DE. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 162–184, jun. 2004.
- ANDRADE, I. O.; CARPES, M. M.; LEITE, A. W. O desenvolvimento nuclear no Brasil e na Índia: uma comparação dos programas nacionais desses países. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 23, n. 3, p. 618–656, 2018.
- BARROS, S. DO R. A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 18–28, dez. 1998.
- BEACH, D.; PEDERSEN, R. B. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. 1st edição ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.
- BERNAL-MEZA, R. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 36, 2002.
- BRASIL. **Resenha de política exterior do Brasil** Coordenação de Documentação Diplomática, , 2008. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-exterior-do-brasil/resenha-n78-1sem-1996.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2021
- BUENO, C.; CERVO, A. L. **Historia Da Política Exterior Do Brasil**. 3ª edição ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2008.
- CABRERA-PALMER, B.; ROTHWELL, G. Why is Brazil enriching uranium? **Energy Policy**, v. 36, n. 7, p. 2570–2577, 1 jul. 2008.
- CARDOSO, F. H. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2001.
- CARDOSO, F. H. **Diários da Presidência (1995-1996)**: 1. Brasília: [s.n.].
- CERVO, A. L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 31, 2002.
- CHAULIA, S. S. BJP, India's Foreign Policy and the "Realist Alternative" to the Nehruvian Tradition. **International Politics**, v. 39, n. 2, p. 215–234, jun. 2002.
- CHIRIYANKANDATH, J. Realigning India: Indian foreign policy after the Cold War. **The Round Table**, v. 93, n. 374, p. 199–211, abr. 2004.

DAMASO, V. C. **Desarmamento e não proliferação nucleares: perspectivas da Defesa Nacional quanto ao Protocolo Adicional ao acordo de salvaguardas com a AIEA**. Monografia—Brasília, DF: Escola Superior de Guerra, 2019.

D'INCAO, M. A.; MARTINS, H. **Democracia, Crise E Reforma: Estudos Sobre a Era Fernando Henrique Cardoso**. 1º edição ed. São Paulo, SP: PAZ E TERRA, 2010.

GABRIEL, J. P. N.; MOTTA, A. L. C. Investigando as causas da falta de movimentos antinucleares na Índia durante a Guerra Fria. **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 57, p. 68–80, 30 jan. 2021.

GANGULY, S.; PARDESI, M. S. Explaining Sixty Years of India's Foreign Policy. **India Review**, v. 8, n. 1, p. 4–19, 10 fev. 2009.

GHOSE, A. Negotiating the CTBT: India's Security Concerns and Nuclear Disarmament. **Journal of International Affairs**, v. 51, n. 1, p. 239–261, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOLDGEIER, J. M.; MCFAUL, M. A Tale of Two Worlds: Core and Periphery in the Post-Cold War Era. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 467–491, 1992.

GUIMARÃES, S. P. **Estratégias. Índia e Brasil**. 1º edição ed. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1997.

HARSHE, R. India and Russia in a Changing World. **Economic and Political Weekly**, v. 33, n. 9, p. 457–460, 1998.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**. 1ª edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAIN, B. M. India–China relations: issues and emerging trends. **The Round Table**, v. 93, n. 374, p. 253–269, 1 abr. 2004.

KAMIOJI, M. I.; FILHO, G. M. DOS S. Origins and evolution of the nuclear program in Brazil: the alliance between scientists and militaries for the institutionalization of Science & Technology towards the nuclear technology development. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 37, 2 jul. 2019.

KAPOOR, N. India-Russia ties in a changing world order: In pursuit of a 'Special Strategic Partnership'. **Observer Research Foundation**, 2019.

KARNAD, B. **India's Nuclear Policy**. 1. ed. United States of America: Praeger Security International, 2008.

KASSENOVA, T. **Brazil's Nuclear Kaleidoscope An Evolving Identity**. [s.l.] Carnegie Endowment for International Peace, 2014.

KAYA, M.; KURSUNOGLU, S. **Thorium fuel for nuclear EnergyIMPC 2014 - 27th International Mineral Processing Congress**. Em: XXVII INTERNATIONAL MINERAL PROCESSING CONGRESS. Santiago, Chile, 20 out. 2014.

KISSINGER, H. **Ordem mundial**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 5–17, dez. 1998.

LEITE HENRIQUES, A. B.; LEITE, A.; TEIXEIRA JÚNIOR, A. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. **Revista**

Debates, v. 9, p. 09, 27 abr. 2015.

LIMA, M. R. S. DE. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 24–59, jun. 2005.

LUSTICK, I. S. History, Historiography, and Political Science: Multiple Historical Records and the Problem of Selection Bias. **The American Political Science Review**, v. 90, n. 3, p. 605–618, 1996.

MAIORINO, J. R. Thorium in Brazil. **Federal University of ABC – Center of Engineering and Applied Social Science**, p. 1–16, 2018.

MAIORINO, J. R.; CARLUCCIO, T. **A Review of Thorium Utilization as an option for Advanced Fuel Cycle-Potential Option for Brazil in the Future**. United States: IAEA, out. 2004.

MALONE, D.; MOHAN, R.; RAGHAVAN, S. **The Oxford Handbook of Indian Foreign Policy**. [s.l.] Oxford University Press, 2015.

MARTINS, F. T. **Política Externa no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso: A articulação Regional e a Integração Sul-Americana (1995-2002)**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul., 2006.

MESSARI, N. N. **Teoria das Relações Internacionais - Correntes e Debates**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2005.

MISTRY, D. Domestic-international linkages: India and the comprehensive test ban treaty. **The Nonproliferation Review**, v. 6, n. 1, p. 25–38, dez. 1998.

NARLIKAR, A. India and the World Trade Organization. Em: SMITH, V.-C. AND P. OF I. S. S.; HADFIELD, R. A.; DUNNE, E. D. T. (Eds.). **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. 3rd ed. edição ed. Oxford: Oxford University Press, USA, 2016.

NATALINO, E. C. **A construção do pensamento internacionalista de Fernando Henrique Cardoso**. Belo Horizonte, Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

NOLTE, D. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, v. 36, n. 04, p. 881–901, out. 2010.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE. **India's Nuclear Proliferation Cronology** James Martin Center for Nonproliferation Studies, , 2011. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/106218893/India-Nuclear>>. Acesso em: 27 set. 2021

OLIVEIRA, M. F. DE. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011.

OLIVEIRA, H. A. D. **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**. 1ª edição ed. São Paulo: SARAIVA, 2005.

PANT, H. V.; JOSHI, Y. **Indian Nuclear Policy: Oxford India Short Introductions**. New Delhi, India: Oxford University Press, 2018.

PAREKH, S. **India's Three Stage Nuclear Program**. Apresentação de Trabalho apresentado em Introduction to Nuclear Energy. Stanford University, 2014. Disponível em: <<http://large.stanford.edu/courses/2014/ph241/parekh1/>>. Acesso em: 29 set. 2021

PATTI, C. Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-

2010). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 178–195, 2010.

PATTI, C. **Brazil in Global Nuclear Order**. Tese de Doutorado—Cagliari, Itália: Università degli Studi di Firenze, 2012.

PATTI, C. O programa nuclear brasileiro entre passado e futuro. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 14, n. 140, p. 49–55, 2013.

PATTI, C. **O programa nuclear brasileiro: uma história oral**. São Paulo: Editora FGV, 2014.

PATTI, C. **Brazil in the Global Nuclear Order, 1945-2018**. 1º ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2021.

PATTI, C.; SPEKTOR, M. “We Are Not a Nonproliferation Agency”: Henry Kissinger’s Failed Attempt to Accommodate Nuclear Brazil, 1974–1977. **Journal of Cold War Studies**, v. 22, n. 2, p. 58–93, 1 maio 2020.

PERKOVICH, G. **India’s nuclear bomb: the impact on global proliferation**. 1º Edition ed. Berkeley, Londres: University of California Press, 2000.

PERKOVICH, G. India’s Ambitions. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 58, n. 2, p. 66–68, 1 mar. 2002.

PINHEIRO, L. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 305–333, 2000.

RICHELSON, J. **Spying on the Bomb: American Nuclear Intelligence from Nazi Germany to Iran and North Korea**. Illustrated edition ed. New York: W. W. Norton & Company, 2007.

RICUPERO, R. **A Diplomacia na Construção do Brasil. 1750-2016**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SAGAN, S. D. (ED.). The BJP and the Bomb. Em: **Inside Nuclear South Asia**. 1st edition ed. Stanford, California: Stanford Security Studies, 2009.

SILVA, A. L. R. **DO OTIMISMO LIBERAL À GLOBALIZAÇÃO ASSIMÉTRICA: A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)**. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, A. L. R. DA. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 20–34, 30 jun. 2012.

SOARES DE LIMA, M. R.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21–40, 1 jan. 2006.

SPEKTOR, M. The evolution of Brazil’s nuclear intentions. **The Nonproliferation Review**, p. 635–652, 2017.

STUENKEL, O. Identidade, status e instituições internacionais: o caso do Brasil, da Índia e do tratado de não proliferação. **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 519–561, dez. 2010.

THOMSON, M. Punching above our weight?: Australia as a middle power. **Australian Strategic Policy Institute**, 2005.

TICKNER, A. B. *Rising Brazil and South America*. Em: SMITH, V.-C. AND P. OF I. S. S.; HADFIELD, R. A.; DUNNE, E. D. T. (Eds.). . **Foreign Policy: Theories, Actors, Cases**. 3rd ed. edição ed. Oxford: Oxford University Press, USA, 2016.

TRACHTENBERG, M. **The Craft of International History: A Guide to Method**. STU-Student edition ed. United Kingdom: Princeton University Press, 2006.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. 1º Edição ed. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. DE; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31–61, nov. 2003.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, p. 381, 8 dez. 2006.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Nuclear Power in India. Indian Nuclear Energy**. Non Governamental. Disponível em: <<https://world-nuclear.org/information-library/country-profiles/countries-g-n/india.aspx>>. Acesso em: 29 set. 2021.

YAMADA, C. The history of the CTBT and where it stands today. **Asia-Pacific Review**, v. 4, n. 1, p. 69–81, 1 mar. 1997.

ZEILER, T. W. The Diplomatic History Bandwagon: A State of the Field. **The Journal of American History**, v. 95, n. 4, p. 1053–1073, 2009.

DOCUMENTOS ITAMARATY

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 840]** 06 dez. 1995, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. Declaração do Primeiro Ministro.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 675]** 08 nov. 1995, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. III Reunião De Consultas Políticas.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 710]** 21 nov. 1995, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 2 p.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 0156]** 02 fev. 1996, MRE, Brasília [para] Nova Delhi 2 p. Acordo de Cooperação Nuclear para fins Pacíficos. Análise e desdobramentos.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 065]** 15 jan. 1996, MRE, Brasília [para] Nova Delhi 2 p. Seminário do Ipri no Rio De Janeiro. Relatório Preliminar.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 165]** 02 fev. 1996, MRE, Nova Delhi [para] Brasília 2 p. Brasil-Índia. Visita Presidencial. Acordo de Cooperação Nuclear Para Fins Pacíficos. Análise e desdobramentos.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 910]** 19 out. 1996, MRE, Nova Delhi [para] Brasília 2 p. Brasil-Índia. Encontro no Ministério dos Assuntos Exteriores. Cooperação Nuclear.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 070026]** 07 mar. 1998, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 3 p. Índia. Energia Nuclear. Bomba Atômica. Declarações à Imprensa.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 121816]** 12 mai. 1998, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 5 p. Índia. Testes Nucleares.

BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 121816]** 12 mai. 1998, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. Desarmamento. CTBTO. Nota sobre os testes nucleares realizados pela Índia.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **[Circular Ostensivo Urgentíssimo OF34824]**. 18 mai. 1998, MRE [para] Todas as Embaixadas, Brasília. 2 p. Brasil-Índia. Energia nuclear. Memorando de entendimento sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear.

DOCUMENTOS CPDOC-FGV

Arquivo pessoal do chanceler Luiz Felipe Lampreia - FGV/CPDOC, p.1. Classificação: LFL pi Lampreia, L. F. Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampreia, sobre os testes nucleares indianos em maio de 1998.

Arquivo pessoal do Chanceler Sr. Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. BRASEMB NOVA DELHI. **[Telegrama 840]** 06 dez. 1995, Nova Delhi [para] MRE, Brasília. 1 p. Declaração do Primeiro Ministro.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.10/1. Data: 10.01.1995 a 05.10.1998. Qtd. de documentos: 104 (553 fl.). Documentos sobre as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, durante a primeira gestão do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, compreendendo correspondências sobre viagens e visitas a ambos os países e correspondências trocadas com Thomas Mack McLarty (Ex-chefe de Estado da Casa Branca e Conselheiro especial para as Américas do presidente Bill Clinton), Henry Kissinger (ex-secretário de Estado dos Estados Unidos), Madeleine Albright (secretária de Estado dos Estados Unidos entre 1997 e 2001) e com Michael Kantor (representante de Comércio dos Estados Unidos entre 1993 e 1997).

Disponível

em:

https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=NSG&pagfis=9978. Acessado em 18/10/2021.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996 Qtd. de documentos: 579 (2.810 fl.). Documentos enviados pelo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, comunicando as decisões tomadas pelo Ministério sobre a participação do Brasil nas Conferências do Desarmamento e na AGNU. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=%c3%adndia&pagfis=14560. Acessado em 18/10/2021.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.04/1. Data: 04.01.1995 a 26.03.1997. Qtd. de documentos: 21 (188 fl.). Documentos relativos às reuniões do Conselho de Política Externa, do Ministério das Relações Exteriores, compreendendo atas dos encontros; anotações manuscritas do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre reunião no Palácio Alvorada (doc.21). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=O%20regime%20internacional%20de%20n%c3%a3o%20prolifera%c3%a7%c3%a3o%20nuclear:%20uma%20analise%20da%20posi%c3%a7%c3%a3o%20brasileira%20frente%20ao%20TNP&pagfis=9047. Acessado em 19/10/2021.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documentos números 281 ao 283.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documento número 1639.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996 . Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documento número 1222.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996 . Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documento número 280.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.24. Data: 24.01.1995 a 19.12.1996. Qtd.de documentos: 579 (2.810 fl.). Documento número 1639.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.10/1. Data: 10.01.1995 a 05.10.1998

Qtd.de documentos: 104 (553 fl.). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=india&pagfis=10134. Acessado em 27/10/2021.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.04.21. Data: 21.04.1995 a 12.06.1998. Qtd.de documentos: 4 (11fl.). Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE1&Pesq=%c3%adndia&pagfis=16815. Acessado em 20/01/2022.

Arquivo: Luiz Felipe Lampreia. Classificação: LFL mre1 1995.01.10/1. Data: 0.01.1995 a 05.10.1998. Qtd.de documentos: 104 (553 fl.). Documentos sobre as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, durante a primeira gestão do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, compreendendo correspondências sobre viagens e visitas a ambos os países e correspondências trocadas com Thomas Mack McLarty (Ex-chefe de Estado da Casa Branca e Conselheiro especial para as Américas do presidente Bill Clinton), Henry Kissinger (ex-secretário de Estado dos Estados Unidos), Madeleine Albright (secretária de Estado dos Estados Unidos entre 1997 e 2001) e com Michael Kantor (representante de Comércio dos Estados Unidos entre 1993 e 1997).

Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AC_LFL_MRE/1&Pesq=india&pagfis=10137 . Acessado em 18/10/2021.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Luiz Felipe Lampreia (depoimento,2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, p. 218.

DOCUMENTOS ESTADOS UNIDOS

Brazil (12888) – Agreement for Cooperation Concerning Peaceful Uses of Nuclear Energy. Nuclear Energy: Peaceful Uses of Nuclear Energy. Agreement signed at Brasilia October 14, 1997; Entered into force September 15, 1999. With annex and agreed minute. Departamento de Estado dos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.state.gov/12888/>. Acessado em 04/01/2022.

Clinton Presidential Records. NSC Emails. MSMail-Record (Sept 94-Sept 97) ([Lampreia]). OA/Box Number: 590000. Acessado em 27/10/2021.

Declaração do Embaixador Arundhati Ghose, Conferência sobre Desarmamento. Plenary, CD / PV de documento 740 (Genebra: 20 de junho de 1996). Acessado em 30/10/2021.

House of Representatives, Congress. H. Doc. 105-161. Cooperation concerning peaceful uses of nuclear energy between the United States and Brazil". Government. U.S. Government Publishing Office, 29 de outubro de 1997. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/app/details/CDOC-105hdoc161>. Acessado em 30/10/2021.

Secretary of State Madeleine K. Albright and Brazilian Foreign Minister Luis Felipe Lampreia Remarks on Brazil's Accession to the Nuclear Non-Proliferation Treaty Washington, D.C., September 18, 1998 as released by the Office of the Spokesman U.S. Department of State Blue Bar. Disponível em: <https://1997-2001.state.gov/statements/1998/980918.html>. Acessado em 20/01/2022.

State Department telegram 28705 to U.S. Embassy India, "Arrange Wisner-Varma Meeting on Testing Issue," 10 December 1995, Secret, transmitted via ACDA e-mail. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/nukevault/ebb412/docs/doc%201.pdf>. Acessado em 30/09/2021.

DOCUMENTOS ONLINE

Abdul Minty et al, 'Posição da África do Sul sobre a Extensão do Tratado de Não Proliferação Nuclear (NPT), 03 de abril de 1995, Arquivo Digital do Programa de História e Políticas Públicas, Arquivo do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação do Sul África. Contribuição de Michal Onderco e Anna-Mart van Wyk. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/208585>. Acessado 30/09/2021.

Carta de Homi Bhabha para Sir Dorab of Tata Trust", 12 de março de 1944, Arquivo Digital do Programa de História e Políticas Públicas, Instituto de Estudos e Análises de Defesa (IDSA), Instituto Tata de Pesquisa Fundamental, Documentos Homi Bhabha, IDSA-HBP-12031944. Obtido e contribuído por A. Vinod Kumar e o Instituto de Estudos e Análises de Defesa. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/114188>. Acessado em 29/11/2021.

Escritório de Coordenação dos Países Não-Alinhados, 'Resultado da Troca de Opiniões sobre a Conferência de Revisão e Extensão do TNP, 27 de abril de 1995, Arquivo Digital do Programa de História e Políticas Públicas, Nações Unidas, A/49/920, disponível em <http://undocs.org/A/49/920>. Incluído no Leitor de Documentos para uma Conferência de História Oral Crítica na Conferência de Revisão e Extensão do NPT de 1995, Rotterdam, Holanda, 2018 <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/176519>. Acessado em: 29/11/2021.

German Federal Foreign Office, Memorandum, 'NPT Extension Conference: Positions of State Party', " 06 de abril de 1995, History and Public Policy Program Digital Archive, Arquivo político do German Federal Foreign Office. Linha 675, caixa 48828. Incluído no Leitor de Documentos para uma Conferência de História Oral Crítica na Conferência de Revisão e Extensão do NPT de 1995, Rotterdam, Holanda, 2018. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/176513>. Acessado em: 29/11/2021

Ghauri [Hatf-5] - Pakistan Missile Special Weapons Delivery Systems. Disponível em:

<https://nuke.fas.org/guide/pakistan/missile/hatf-5.htm>. Acessado em 11/01/2021.

Indira Gandhi Centre for Atomic Research. Announcements. Agradece sua recepção no Brasil e informa que deverá retornar de 26.10 a 01.11, além de encaminhar publicações. CT 526, de 23 jul. 1996. Obtido via solicitação a CNEN em 05 de maio de 2021.

Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil e a Comissão de Energia Atômica da Índia sobre a Cooperação para Utilização da Energia Nuclear – CNEN. Data: 27.01.1996. Acessado via solicitação à CNEN em 14/11/2019.

Review Conference of the Parties to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (5th : 1995 : New York). President. NPT/CONF.1995/L.5. Principles and objectives for nuclear non-proliferation and disarmament: draft decision / proposed by the President. [New York]: UN, 9 May 1995. 4 páginas Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/188026>. Acessado em 30/09/2021.

Rascunho do Telegrama do Departamento de Estado para a Embaixada dos EUA em Pequim, 'Possível Teste Nuclear Indiano', 15 de dezembro de 1995, Arquivo Digital do Programa de História e Políticas Públicas, Solicitação de Revisão de Desclassificação Obrigatória. Obtido e contribuído por William Burr e incluído no NPIHP Research Update # 10. <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116342>. Acessado em 30/09/2021.

PERIÓDICOS ONLINE

Diário de Sorocaba, 05 de abril de 1996. “FHC não garante mais recursos para aramar”. Acessado em 20/10/2021.

Folha de São Paulo. Ministro cobra recursos de FHC para submarino. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,marinha-precisa-de-10-anos-para-terminar-submarino-nuclear,20020415p58899>. Acessado em 20/10/2021.

Folha de São Paulo. FHC discute na Índia cooperação Nuclear. 22 de jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/22/brasil/8.html>. Acessado em 28/10/2021.

Folha de São Paulo. Acordo nuclear Brasil-Índia preocupa EUA. 25 de jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/25/brasil/31.html>. Acessado em 04/01/2021.

Folha de São Paulo. Brasil quer tecnologia dos indianos. 24 de jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/24/brasil/5.html>. Acessado em 28/10/2021.

Folha de São Paulo. Declaração pede Desarmamento. 28 de jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/28/brasil/13.html>. Acessado em 20/12/2021.

Jornal do Brasil. Brasil Assinará Acordo Nuclear. Edição 00288. 21 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22Brasil%20e%20Índia%22&pagfis=160005. Acessado em 28/10/2021.

Jornal do Brasil. Sai o acordo nuclear. Edição 00292. 25 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22Brasil%20e%20Índia%22&pagfis=160005

[ndia%22&pagfis=160259](#). Acessado em 28/10/2021.

Jornal do Commercio. Brasil intensifica comércio com a Índia. 23 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=69614. Acessado em 28/10/2021.

Jornal do Commercio. Brasil e Índia concluem acordo. 26 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=66964. Acessado em 15/12/2021.

Jornal do Brasil. Brasil Assinará Acordo Nuclear. Edição 00288. 21 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=160005. Acessado em 28/10/2021.

O país. Brasil fará acordo nuclear com a Índia. 23 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_18&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=66839. Acessado em 28/10/2021.

O Fluminense. “Memorando substitui acordo nuclear”. Edição 34483. 27 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_13&pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=55858. Acessado em 28/10/2021.

New York Times. “U.S. Suspects India Prepares To Conduct Nuclear Test”. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/12/15/world/us-suspects-india-prepares-to-conduct-nuclear-test.html>. Acessado em 25/05/2021.

The New York Times. World New Briefs; India turns to China to Fuel Nuclear Plant. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/01/08/world/world-news-briefs-india-turns-to-china-to-fuel-nuclear-plant.html>. Acessado em 30/09/2021.

The Hindu. A former Prime Minister speaks out, 1998. Disponível em: <https://frontline.thehindu.com/science-and-technology/article30159001.ece>. Acessado em 11/10/2021.

Tribuna da Imprensa. Brasil e Índia assinam memorando de cooperação nuclear em 7 áreas. 27 e 28 de jan. 1996. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_05&Pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=35110. Acessado em 28/10/2021.

Tribuna da Imprensa. Brasil Convoca Embaixador da Índia para Denunciar Acordo. Governo Suspende memorando Nuclear com Nova Delhi em represália aos testes. 19 de mai. 1998. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_05&Pesq=%22Brasil%20e%20India%22&pagfis=48101. Acessado em 12/01/2021.

Washington Post. China Holds Nuclear Test. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1995/05/16/china-holds-nuclear-test/40fda827-a568-488c-8a90-575bc24e9150/>. Acessado em 30/09/2021

FONTES ORAIS

AZIZ, Ishrat. Entrevista I. jun. 2021. Entrevistador: André Luiz Cançado Motta. Goiânia, 2021.

AZIZ, Ishrat. Entrevista II. out. 2021. Entrevistador: André Luiz Cançado Motta. Goiânia, 2021.

VINHAS, Laércio. Entrevista. Set. 2021. Entrevistadores: Carlo Patti e André Luiz Cançado Motta. Goiânia, 2021.

MAIORINO, José Rubens. Entrevista. nov. 2021. Entrevistador: André Luiz Cançado Motta. Goiânia, 2021.

SCHOLZE, Simone Henriqueta Cossetin. Entrevista. dez. 2021. Entrevistador: André Luiz Cançado Motta. Goiânia, 2021.